

*image
not
available*

1536
596

Library of



Princeton University.

Centro

ENSAIOS

SOBRE A

ESTATISTICA DAS POSSESSÕES PORTUGUEZAS

NO ULTRAMAR

II SERIE—LIVRO V

ESTADO DA INDIA

PARTE PRIMEIRA

POR

FRANCISCO MARIA BORDALO

536
596



ENSAIOS
SOBRE A
ESTATISTICA DAS POSSESSÕES PORTUGUEZAS

NA

AFRICA OCCIDENTAL E ORIENTAL

NA

ASIA OCCIDENTAL

NA

CHINA E NA OCEANIA

COMEÇADOS A ESCRIVER DE ORDEM DO GOVERNO DE SUA MAGESTADE

POR

JOSÉ JOAQUIM LOPES DE LIMA

E CONTINUADOS

POR

FRANCISCO MARIA BORDALO



LISBOA
IMPRENSA NACIONAL

1862

1536
596
v. 5

- LIVRO I — Ilhas de Cabo Verde, e suas dependencias.
» II — Ilhas de S. Thomé e Príncipe, e suas dependencias.
» III — Angola, Benguela, e suas dependencias.
» IV — Moçambique, e suas dependencias.
» V — Goa, Damão, Diu, e suas dependencias.
» VI — Macau, Timor e Solor, e suas dependencias.

SEGUNDA SERIE

LIVRO QUINTO

ENSAIO

SOBRE A

ESTATISTICA DO ESTADO DA INDIA

PARTE PRIMEIRA

POR

FRANCISCO MARIA BORDALO

ADVERTENCIA

Por determinação superior sae á luz publica a primeira parte do livro quinto dos *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas no ultramar*, comprehendendo as noções geraes do estado da India, escriptas por Francisco Maria Bordalo. A segunda parte, que devia comprehendender a estatistica topographica de cada uma das divisões naturaes do estado, não pôde elle, segundo consta, escrever-la, porque justamente no fim dos trabalhos da primeira, no dia 26 de maio de 1861, o surprehendeu a morte.

As pessoas a quem ha pouco o governo encarregou a continuaçao e conclusão d'estes *Ensaios*, ficam curoando incessantemente do complemento d'este livro.

Lisboa, 20 de abril de 1862.

INTRODUÇÃO

BOSQUEJO HISTORICO

Tendo descoberto a ilha de Moçambique, e parte da costa oriental de Africa¹, Vasco da Gama desaferrou de Melinde a 24 de abril de 1498, levando a bordo da sua nau um piloto para guiar a frota portugueza á desejada India; e a 20 de maio seguinte chegou a Calecut, termo da aventurosa expedição, coroando do mais feliz sucesso os votos do seu rei e as proprias diligencias. O caminho da India oriental, rodeando a Africa, estava emsfim patente á humanidade.

A principio foi bem recebido o capitão-mór em Calecut, e obteve audiencia do samorim, ou imperador do Malabar, a quem entregou duas cartas de el-rei de Portugal; porém como estas não fossem acompanhadas de ricos presentes, pouco influiram no animo do monarca indiano, e o bom acolhimento

¹ Vide o IV volume d'esta obra.

tornou-se em frieza, e depois em perseguição, para com Vasco da Gama e seus companheiros.

Recolhido á frota o capitão-mór, depois de alguns dias de forçada residencia em terra, por intrigas do catual, ou regedor da cidade, e havendo recebido uma carta do samorim para el-rei de Portugal, fez-se de vela para o reino a 29º de agosto do mesmo anno, levando como amostras da nova região descoberta alguns naturaes do paiz, e varias drogas e especiarias¹.

Na torna-viagem descobriu Vasco da Gama a ilha de Anchediva, ou Angediva, proximo á costa do Malabar, que até hoje se conserva sob o nosso dominio; e chegou a Lisboa com a noticia do glorioso feito que ia operar uma completa revolução no commercio europeu, e elevar a um alto grau a importancia politica de Portugal, acrescentando aos titulos dos seus reis o glorioso epitheto de senhores da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India.

Logo em 1500 despachou el-rei D. Manuel uma armada de treze vélas, com destino á India, e nomeou para a capitanejar a Pedro Alvares Cabral. Este chefe ia encarregado de estabelecer uma feitoria em Calecut, e acompanharam-n'o muitos homens de armas, para fazerem respeitar a bandeira da milícia de Christo, e alguns religiosos encarregados de pregar a fé aos idolatras do oriente.

Todos sabem que Pedro Alvares descobriu n'esta viagem a terra de Santa Cruz, porém esse valioso achado nada tem com a materia de que tratâmos; o que nos importa saber é que surgiu em Calecut, apenas com seis vasos dos treze com que saíra de Lisboa, tendo perdido quatro naus que sossobraram na altura do cabo da Boa Esperança; das tres restantes arribou uma a Portugal, outra voltou ao reino com a nova da descoberta do Brazil, e a terceira apartou-se da conserva alem

¹ Não damos uma minuciosa relação dos successos d'esta viagem, porque, alem de ser assumpto muito sabido, era incompativel com a estreiteza de um bosquejo historico, apenas destinado a servir de introdução á estatística das possessões portuguezas na India.

do cabo, e foi, por erro do piloto, engolfar-se no mar Roxo, d'onde a muito custo pôde sair.

As mesmas singidas mostras de amisade, as mesmas trapacás e delongas da parte dos mouros influentes na cidade, que tanto dissabor causaram a Vasco da Gama, incommodaram agora a Pedro Alvares Cabral; porém não parou ahí o desgosto do segundo capitão-mór. Ayres Correia, o feitor de Calecut, e todos os portuguezes que com elle estavam em terra, foram barbaramente assassinados no meio de um alvoroto popular... primeiro sangue portuguez que regou o solo da India! Quando Cabral acudiu com a gente das naus, já era tarde para salvar os companheiros; só lhe restava a triste satisfação de os vingar. Vendo que o samorim não tomava providencias para castigar os assassinos, incendiou quantas embarcações estavam no porto, carregadas de fazendas e mantimentos, bombardeou a cidade durante um dia inteiro, e ao cabo d'esta obra de destruição, velejou com toda a armada para Cochim, aonde ~~surgiu~~ a 24 de dezembro.

O rei de Cochim mostrou-se contente com a visita da frota portugueza; assentou pazes com o capitão-mór, e mandou apromptar carga de pimenta para quatro das suas naus. Do porto d'aquella, depois tão celebre, cidade partiu Cabral para Cananor, cujo rei, bem como o de Coulão, lhe enviára embaixadores a Cochim; ancorou em frente de Cananor no dia 15 de janeiro de 1501, e tendo carregado nas naus quatro mil quintaes de especiaria, fez-se de vela para Portugal, aonde chegou a salvamento.

Já antes porém de elle aferrar o porto de Lisboa havia largado do Tejo outra armada, seguindo o esteiro da India; compunha-se ella tão sómente de quatro naus, sob a capitania-mór de João da Nova, fidalgo gallego; e ainda assim duas d'essas embarcações eram de particulares, que contrataram com o governo, e os seus capitães escolhidos pelos donos dos vasos. Estas concessões repetiram-se de futuro muitas vezes.

João da Nova descobriu a ilha da Ascensão, e outra a que

deu o seu nome; e aproando á costa do Malabar, foi surgir em Cananor, aonde estabeleceu feitoria, como já Pedralves havia feito em Cochim. Depois de um renhido combate com a frota de Calecut, voltou ao reino, em cuja viagem descobriu ainda a ilha de Santa Helena, que se tornou logar de escala para os nossos galeões do oriente, por ter excellente agua.

Segunda vez tornou á India, em 1502, o almirante D. Vasco da Gama, com uma poderosa armada, que encheu de terror aquelles mares. Bombardeou Calecut, tomou muitas embarcações pertencentes aos seus habitantes, e tendo carregado de especiaria algumas naus já para esse fim destinadas, regressou a Portugal. Vicente Sodré ficou de guarda-costa n'aquellas paragens, com uma pequena armada, mas perdeu-se e muita da sua gente e navios, em uma ilha proxima á bôca do mar Roxo.

Cada anno partiam novas armadas para o oriente. Francisco de Albuquerque, capitão-mór de uma das tres esquadras que saíram de Lisboa em 1503, foi encontrar o rei de Cochim muito embaraçado com a guerra que lhe movia o samorim, motivada pela amisade do primeiro para com os nossos; e sob pretexto de defeza do seu proprio reino, alcançou do perseguido monarca o consentimento para levantar um forte portuguez, mesmo na cidade de Cochim, o que logo se effectuou com ajuda da gente de outra armada, que chegou pouco depois, capitaneada pelo grande Affonso de Albuquerque.

N'esta sua primeira ida ao oriente o futuro heroe da India fundou uma feitoria portugueza em Coulão, terceira que assentámos n'aquellas partes, não contando com a de Calecut, que durou um dia.

Passando em claro as proezas de Duarte Pacheco na defeza de Cochim, e como capitão-mór do mar da India, as victorias que alcançou do samorim, o auxilio que deu á feitoria de Coulão, e todos os mais serviços, aliás importantissimos, que fez ao seu paiz n'aquellas apartadas regiões, não por falta de vontade de commemora-los, mas em attenção á indole especial d'este livro; deixando igualmente de parte as façanhas do

novo capitão-mór Lopo Soares, que bombardeou Calecut mais uma vez, e pelejou em Cranganor e em Pandarane com as esquadras do samorim; vamos acompanhar á India o seu primeiro vice-rei, o illustre D. Francisco de Almeida.

Partiu elle de Lisboa em março de 1505, capitaneando uma armada de vinte e duas vélas, na qual embarcaram mil e quinhentos homens de armas, entre os quaes ia muita fidalguia; e depois das sabidas proezas com que se estreou na costa oriental de Africa¹, foi surgir no porto de Angediva, onde começou a erguer uma fortaleza, como lhe era ordenado em seu regimento.

N'esta pequena ilha recebeu D. Francisco os embaixadores de el-rei de Onor, e propostas de amisade de outros mouros da costa visinha; e quando viu que a obra da fortaleza estava bastante adiantada, entregou a governança de Angediva a Manuel Peçanha, que já vinha do reino provido n'aquelle capitania, e deixando com elle mais oitenta homens, em cujo numero entrava o alcaide-mór, feitor e escrivães da feitoria, embarcou na frota o resto da sua gente, e foi demandar com ella o porto de Onor. Ahi encontrou a mesma má fé e artifícios da parte dos mouros, que os capitães seus antecessores haviam achado em Calecut e outros pontos d'aquelle costa, e procedendo como elles, queimou quantas naus ancoravam no porto, não sem ter soffrido uma furiosa resistencia da parte dos contrarios. Acabado este feito velejou a armada para Cananor, aonde D. Francisco teve uma entrevista com o rei do paiz, e obteve d'elle permissão para erguer ali uma fortaleza, a qual obra logo se começou com diligencia, sob a vigilancia do seu capitão, Lourenço de Brito, que já vinha da côte provido n'aquelle cargo.

Em Cananor assumiu D. Francisco o titulo de vice-rei, na conformidade das provisões que levava; e pouco depois foi ter em Cochim a triste nova de haverem sido assassinados em Coulão todos os portuguezes residentes na feitoria. Despachou

¹ Vide o iv volume d'esta obra.

logo D. Lourenço de Almeida, seu filho, com uma pequena frota a castigar aquelle insulto, e ao cabo de poucos dias soube como as suas ordens haviam sido cumpridas, ardendo quantas naus estavam no porto de Coulão, e com ellas a mor parte dos mouros e gentios que as tripulavam.

D. Francisco coroou, em nome de D. Manuel de Portugal, o herdeiro do velho rei de Cochim, dentro do recinto da fortaleza da cidade, e em seguida despachou as naus da carga para o reino, em cuja viagem um dos capitães, Fernão Soares, descobriu a ilha de S. Lourenço, ou Madagascar, sendo o primeiro que fez o trajecto da India á Europa, por fóra do canal de Moçambique.

D. Lourenço de Almeida, que commandava a armada de guarda-costa, destroçou a frota do samorim proximo a Cananor; acudiu a Angediva, cujos defensores haviam lutado heroicamente contra os mouros que por muitos dias os cercaram e lhe bateram a fortaleza; d'ahi partiu a descobrir e reconhecer as ilhas Maldivas e a de Ceilão, por constar ao vice-rei que serviam de escala aos navios de Malaca e Sumatra; e tendo concluido com felicidade tão arriscada missão, voltou a Cochim a aperceber-se para novas aventuras e combates.

Já a esse tempo navegava ao rumo da India a armada do anno 1506, de que era capitão-mór Tristão da Cunha. O valente chefe castigou, na sua passagem pela costa oriental de Africa, algumas povoações de mouros, inimigos dos portuguezes; visitou a ilha de Madagascar; descobriu a ilha que ainda hoje conserva o seu nome; e com a valiosa cooperação do grande Affonso de Albuquerque, capitão-mór da armada de guarda-costa no cabo Guardafu, tomou a ilha de Socotorá. Chegado ao Malabar socorreu a nossa fortaleza de Cananor, contra a qual se levantára o novo soberano d'aquelle reino, e conseguiu terminar com vantagem a encarniçada luta que levára a feitoria portugueza ao ultimo apuro; d'ahi partiu para Cochim, a tratar da carga das naus com que havia de voltar ao reino; porém sabendo que o vice-rei se dispunha a investir

algumas naus de Meca que estavam varadas em Panane, porto do dominio do samorim, pediu para acompanha-lo n'aquelle pugna, e só depois de partilhar uma gloriosa victoria regressou a Portugal.

Entretanto haviam partido de Lisboa tres armadas, no anno de 1507, com destino á India; e o vice-rei D. Francisco de Almeida mandára desfazer a fortaleza de Angediva, por entender que a sua conservação era mais dispendiosa do que util. Ao mesmo tempo o capitão-mór Affonso de Albuquerque explorava a costa e mar da Arabia até ao sino persico, e conquistava Ormuz, a perola do oriente.

Pouco depois perceeu gloriosamente na barra de Chaul o joven D. Lourenço de Almeida, combatendo com a sua pequena frota contra as grandes armadas de Mirocem e Melique Yaz, e perdeu-se no mar o capitão-mór Jorge de Aguiar, que ia substituir Affonso de Albuquerque no commando da frota da boca do mar Roxo, por este haver sido nomeado governador da India.

Albuquerque veiu encontrar o vice-rei a Cananor, para tomar posse do governo; porém D. Francisco negou-se a entregar-lhe o poder, enquanto não tivesse vingado a morte de seu filho, e partiu com toda a armada do estado em busca das naus dos rumes. A primeira povoação que experimentou o furor do severo guerreiro foi Dabul, aonde não ficou pedra sobre pedra: o roubo, o incendio e a degolação reduziram a opulenta e populosa cidade a um deserto montão de ruinas!

D'ali partiu o viče-rei para Chaul, cujo senhor, tremulo de medo, se fez tributario de el-rei de Portugal; e segundo para Diu encontrou no seu porto as armadas reunidas de Melique Yaz, de Mirocem e do rei de Calecut que bateu e destroçou. Voltando a Cochim, veiu pela costa abaixo cobrando pareas dos reis avassallados, e, cousa estranha em tal homem, ainda então não quiz entregar a governança da India a Affonso de Albuquerque, antes o mandou preso para a fortaleza de Cananor.

Reinava na India a divisão entre os partidarios do vice-rei e os do seu successor, quando ali aportou Diogo Lopes de Sequeira, capitaneando uma frota destinada ao descobrimento de Malaca. Ia com elle o celebre Fernão de Magalhães, o navegador desleal que buscou, mais tarde, arrancar aos portuguezes o dominio das Molucas para o entregar a el-rei de Castella. Diogo Lopes nada quiz saber das intrigas do Malabar, e continuando a sua viagem descobriu a vasta ilha de Sumatra, aonde assentou pazes com os reis de Pedir e de Pacem. Depois surgiu em Malaca; concluiu tambem um tratado de amisade com o seu rei, e estabeleceu alem d'isso uma feitoria portugueza; porém esta foi logo queimada pelos da cidade: e como não tivesse força suficiente para vingar aquella affronta, retirou para Portugal, aonde chegou a salvamento. (Anno de 1510.)

Em março de 1509 partiu de Lisboa uma armada de quinze naus, commandada por D. Francisco Coutinho, marechal do reino, com instruções para metter de posse da governança da India a Affonso de Albuquerque. Chegando com boa viagem a Cananor, o marechal levou consigo para Cochim o predestinado fundador do imperio portuguez no oriente, ao qual D. Francisco entregou logo o governo. O ex-vice-rei embarcou pouco depois para voltar a Portugal, porém não tornou a enxergar a terra da patria, e acabou ás mãos dos cafres na aguada de Saldanha.

Entretanto o marechal e o novo governador, com mil e oitocentos homens de armas, davam sobre a cidade de Calecut, e a reduziam a cinzas, não sem grande perda dos nossos, e até do proprio D. Francisco Coutinho que ali foi morto. Regressando a Cochim, Affonso de Albuquerque mandou soccorros á fortaleza de Socotorá, e tratou de preparar-se para nova expedição guerreira.

Goa foi então o ponto destinado para theatro do valor portuguez, e bem depressa caiu em poder dos nossos, capitaneados por Affonso de Albuquerque; mas, cercada pouco tempo

depois pelo grande poder de Hyde-el-khan, foi abandonada pelo heroe, que guardou para mais tarde a sua ocupação definitiva, o que de feito alcançou, ainda no mesmo anno de 1510, a 23 de novembro.

Maior trabalho teve o grande politico em destruir os embraços que lhe oppunham os invejosos, no tocante a estabelecer povoação christã na cidade, e prover á sua administração, do que em conquista-la aos mouros¹; todavia o genio de Albuquerque superou todas as difficuldades, e fundou em Goa a séde do imperio portuguez do oriente. O primeiro capitão da cidade foi Rodrigo Rebello de Castel-branco, para ali transferido de Cananor, pelas suas excellentes qualidades; alcaide-mór Francisco Pantoja, feitor Francisco Curvinel, e capitão do mar da cidade Duarte de Mello de Serpa.

Ainda no mesmo anno foi desmancada a fortaleza de Socotorá, por se entender na côrte que era inutil a sua conservação; e logo a 2 de maio do anno seguinte, tendo deixado reguladas as cousas de Goa, Cananor e Cochim, partiu o governador com uma grossa armada para a conquista de Malaca.

Depois de soffrer um horrivel temporal, mas tendo, em compensação, tomado cinco naus de guzарат, aportou Albuquerque em Pedir, na ilha de Sumatra, e logo em Pacem, na mesma ilha, sendo bem acolhido pelos soberanos d'estes dois pontos.

Chegando a Malaca, o governador portuguez exigiu prompta satisfação dos insultos feitos a Diogo Lopes, e como a não conseguisse, saiu em terra com os homens de armas da frota, e investiu a cidade; teve porém de recolher ás naus, depois d'este primeiro assalto, em que todavia obrou prodigios de valor; mas tentando segundo commettimento, passado algum tempo, assenhoreou-se da povoação, acrescentando á corôa de Portugal um dos seus mais bellos florões.

Com o tacto politico que o caracterisava, Affonso de Albuquerque entendeu logo em regular a administração da cidade,

¹ João de Barros. Decada II, livro V, cap. xi.

a contento dos povos das diversas raças que a habitavam. Recebeu embaixadas dos reis de Java e de Siam, despachou enviados seus ao monarca de Pegu, mandou reconhecer as ilhas Molucas e Banda, e voltou á India, já em principio do anno 1512, deixando por primeiro capitão de Malaca a Ruy de Brito Patalim, e por alcaide-mór e feitor da cidade a Ruy de Araujo, que estivera captivo dos malaios desde o tempo que ali apontou com Sequeira.

Em quanto porém o grande Albuquerque expugnava Malaca, chegava Goa á ultima extremidade, cercada e batida pelos mouros das terras fronteiras; mas seus valorosos defensores não cederam, e a final acudiu-se-lhe com os soccorros vindos do reino na armada do anno 1511.

A nau de Albuquerque perdeu-se na costa de Sumatra, mas elle e toda a gente que o acompanhava salvaram-se em outro galeão, e chegaram felizmente a Cochim. Providencendo ali ácerca dos negócios d'aquelle e das outras fortalezas do Indostão, e havendo despachado as naus com carga de pimenta para o reino, dirigiu-se o governador a Goa, que estava de novo ameaçada pelas forças de Hyde-el-khan, ganhou a fortaleza de Benasterim, que se entregou a partido, e fez levantar o cerco da cidade. Em seguida negociou paz com o samorim de Calecut, recebeu um embaixador do rei da Abyssinia ou *Preste-João*, como os nossos chamavam áquelle monarca africano, e outros enviados dos soberanos de Ormuz, Narsinga, Cambaya e do capitão de Diu, Melique Yaz.

Disposto um sistema completo de defesa para a cidade de Goa, mandou Albuquerque levantar uma nova fortaleza em Calecut, como ajustára com o samorim, e foi nomeado capitão d'ella Francisco Nogueira, e feitor Gonçalo Mendes. Depois embarcou o governador e a gente mais luzida da India, em uma armada de vinte naus, e velejou para a bôca do estreito de Babelmandel, em fevereiro de 1513.

De passagem caiu sobre Adem, afamada cidade da Arabia feliz, e escalou os seus muros com sós mil portuguezes e qua-

trocentos malabares; mas encontrando resistencia tenaz da parte dos mouros, teve de recolher ás naus, com perda de bastantes dos nossos. O grande Albuquerque desejava commeter segunda vez a cidade e toma-la, porém o tempo da monção para entrar no mar Roxo ia-se acabando, e como essa ida era o fim principal da sua viagem, deixou Adem, e seguiu com a frota para o estreito.

Lutando com as dificuldades de uma navegação perigosa e desconhecida dos nossos pilotos, conseguiu Albuquerque passar a bôca do mar Vermelho, mas não tomar o porto de Judá, como projectava. Depois de varias tentativas infructuosas, pela contrariedade dos ventos, arribou a frota á ilha Camaram, aonde inveriou, carregada com os despojos de muitas naus de mouros, aprisionadas, saqueadas e queimadas pelos nossos.

Apenas começaram a ventar os ponentes largou a frota da ilha Camaram, e veiu ancorar na ilha Mehum, mesmo na bôca do estreito. Ahi mandou Albuquerque levantar uma grande cruz, em signal de posse de tudo que se continha para dentro do dito estreito, e mudou o nome á ilha, chamando-lhe *Vera Cruz*. Aproou depois a Adem, e mandou a Ruy Galvão e a João Gomes que fossem reconhecer a cidade de Zeila na costa africana, o que elles executaram com felicidade e promptidão, vindo reunir-se de novo ao seu chefe em Adem.

A cidade estava agora mais fortificada do que no tempo em que os nossos a atacaram, em vista do que resolveram os capitães em conselho não lhe dar novo assalto, mas tão sómente bombardea-la com a artilheria das naus, e queimar as embarcações de commercio que estavam no porto e nos estaleiros.

A 4 de agosto partiu a frota, caminho da India, e surgiu no porto de Diu, aonde Albuquerque se avistou com Melique Yaz, e lhe deixou um feitor portuguez, para entender na carga da uma nau que ali ficava para receber mantimentos. De Diu velejou para Chaul e Dabul, aonde tomou diversas naus de mouros, e finalmente chegou a Goa.

Entretanto sustentavam os portuguezes continuos comba-

tes por mar e terra no porto e cidade de Malaca; o capitão-mór d'aquelles mares batia as frotas javanezas, e o capitão da cidade defendia as suas muralhas contra os ataques dos malaios. Affonso de Albuquerque não se descuidava de lhes mandar soccorros.

A fortuna sorria ao grande capitão. Os seus enviados a Siam e a Pegu, e bem assim os encarregados de descobrir as ilhas Molucas voltavam ao mesmo tempo a Goa, na armada triunfante de Fernão Peres de Andrade que varrera de inimigos os mares de Malaca; mas o prudente governador não queria só conquistar, queria manter as conquistas, e fazer administrar sã justiça aos povos conquistados; por isso partiu em correiço pelas fortalezas da India, aproveitando o remanso de paz que então gosava o estado. Visitou Cananor, aonde se deteve alguns dias; passou por Calecut, a ver a obra da fortaleza que já ia adiantada; demorou-se pouco tempo em Cochim, e voltou a Goa a preparar-se durante o inverno para uma nova expedição. Despachou entretanto a seu sobrinho, Pero de Albuquerque, com quatro vélas para andar na bôca do mar Roxo os mezes que lhe fosse possivel, tomado os navios de Meca e de Suez, e ao cabo da monção ir a Ormuz arrecadar as parreas que estavam em dívida, e olhar pelo negocio da fortaleza que Affonso começara n'aquelle ponto, bem como descobrir a ilha de Baharem, no seio do mar da Persia.

E enquanto Pero de Albuquerque navegava para o estreito, partia Diogo Fernandes de Beja, com embaixada para el-rei de Cambaya, a fim de conseguir auctorisação para levantarmos uma fortaleza em Diu, e João Gonçalves de Castello Branco ia solicitar a posse das terras firmes de Goa, então dependentes de Hyde-el-khan, a troco da entrada de cavallos da Persia em seus dominios, objecto este que pelas determinações de Albuquerque era considerado o maior contrabando em todos os portos da India, á excepção do de Goa que era nosso.

Em setembro de 1514 chegaram a Goa as naus do reino da monção d'aquelle anno, e logoque Albuquerque conseguiu

faze-las carregar de especiaria em Cochim, para voltarem a Lisboa, tratou de apromptar a frota da India, composta de vinte e sete velas; e a 21 de fevereiro de 1515 largou com todas ellas da barra de Goa, e tendo passado por Mascate e Curiate foi surgir em Ormuz a 26 de março seguinte.

Apesar das delongas usadas pelos astuciosos mouros da governança de Ormuz, Albuquerque assenhoreou-se da fortaleza começada, de que se elles haviam apossado na sua ausencia, e concluiu as necessarias obras de defeza, dando a capitania d'ella a Pero de Albuquerque, e alcaidaria-mór a Vasco Fernandes Coutinho. Depois, sentindo-se gravemente enfermo, resolveu voltar a Goa, aonde já então havia aportado o seu successor no governo da India, Lopo Soares. Não chegou a desembarcar: a bordo da nau que o transportára de Ormuz, na barra da cidade conquistada por elle para séde do imperio portuguez no oriente, falleceu o grande Albuquerque, a 16 de dezembro de 1515, *mal com el-rei por amor dos homens, e mal com os homens por amor de el-rei.*

Lopo Soares de Albergaria, ou Alvarenga, ia acompanhado de mil e quinhentos homens de armas, entre os quaes muitos pertencentes á primeira fidalgia de Portugal, que embarcaram em Lisboa nas treze naus destinadas á carreira da India n'aquelle anno de 1515; mas com a sua chegada ao oriente coincidiu a volta para o reino de quasi todos os valentes e desinteressados cavalleiros da escola de D. Francisco de Almeida e de Albuquerque. D'ahi por diante começaram-se a usar mui soltamente na India todos os meios de adquirir fazenda, e decresceu o brio e pundonor dos guerreiros¹.

Logoque Lopo Soares visitou e proveu do necessario as fortalezas da costa do Malabar, despachou uma frota para Ormuz, outra para descobrir a China, e tratou de aperceber uma terceira e mais grossa armada, para ir em pessoa procurar no mar Roxo a esquadra do soldão do Cairo, que se dizia estar de verga de alto em Suez. Partiu com effeito de Goa em feve-

¹ Barros e todos os demais historiadores e chronistas da India.

reiro de 1516, e chegando a Adem foi recebido pelo seu capitão com mostras de grande prazer, e o offerecimento das chaves da cidade. Este proceder do mouro, tão contrario ao que tivera com Albuquerque, explica-se por uma recente visita que lhe fizera a esquadra do soldão, derrubando-lhe parte das muralhas com a sua artilheria, e a presença de uma frota tão numerosa como era a de Lopo Soares. O governador porém não aceitou por então a offerta, para não dividir as suas forças, mas determinou apossar-se da cidade, chave da navegação do mar Roxo, quando voltasse de combater os rumes; seguiu para o estreito, visitou a ilha de Camaram, já com quatro navios de menos na frota, extraviados do comboio; e constando-lhe, por um barco de venezianos que encontrou n'aquelas paragens, estar a armada do soldão no porto de Gida, ou Judá, dirigiu para lá as proas de todas as suas embarcações. Como porém a entrada do porto era difficult, e a cidade não promettia bom saque, porque os seus habitantes tratavam de pôr em seguro o que possuiam, foram de opinião os capitães, em conselho, que não se commettesse o desembarque, nem se tratasse de queimar as embarcações do soldão, ao que Lopo Soares accedeu, ordenando immediatamente a saída da frota para a ilha Camaram.

Ali invernaram; e logoque o tempo o permitiu velejou toda a armada em busca das portas do estreito, que transpoz felizmente, e foi surgir no porto de Zeila. Sob pretexto de que os seus moradores e governantes haviam favorecido muito a armada do soldão, e mais provavelmente para satisfazer os portuguezes da frota que iam desgostosos pelo mallogro d'aquella jornada, resolveu Lopo Soares tomar a cidade por armas, e destrui-la por fogo, o que tudo effectuou com rapidez e fortuna.

Voltando a Adem, encontrou o seu governador de diferente aviso, quanto a fazer-se tributario de el-rei de Portugal; e não se achando com forças sufficientes para acommetter a cidade, nem meios de alcançar ali a agua e mantimentos que

lhe escasseavam, diligenciou ir tomar o porto de Barbora, na costa fronteira; porém uma espantosa trovoadas separou uns dos outros os navios da esquadra, que quasi todos naufragaram com perda de muita gente. Lopo Soares foi ter a Ormuz com a sua nau.

Em quanto estes tristes successos se passavam no mar da Arabia, outros igualmente tristes se davam em Goa, que cheava a grande apuro, cercada por forças numerosas, depois de haver perdido muitos dos seus valentes defensores em uma entrada pela terra firme; e não era menor o trabalho em que se via a guarnição de Malaca, a braços com a guerra e a fome simultaneamente. Logoque o governador aportou á India, e encontrou nova gente que chegára fresca do reino, mandou auxilios em varias direcções, despachou um navio para as ilhas Maldivas, e uma pequena armada para a costa da Arabia. Esta armada, capitaneada por Antonio de Saldanha, rendeu e incendiou a cidade de Barbora, perto de Zeila.

Em setembro de 1518 largou de Cochim o governador com uma frota de dezésete vélas, e o designio de fundar uma fortaleza na ilha de Ceilão. Chegado á antiga Taprobana encontrou resistencia nos habitantes da ilha, mas desembarcando com a sua gente em Columbo, atacou as tropas indigenas, e, a ferro e fogo, lançou os fundamentos do nosso dominio n'aquelle ponto, que ainda devêra pertencer-nos se se guardasse a fé dos tratados¹. Logo depois recebeu propostas de paz e

¹ Tratado de 23 de junho de 1661 entre Portugal e a Gran-Bretanha. Eis na sua integra o artigo XIV:

«Porém se o rei da Gran-Bretanha, ou seus vassallos, em qualquer tempo adiante recuperarem dos hollandezes, ou de outros, quaequer praças, fortalezas ou territorios, que de antes pertenciam á corôa de Portugal, o rei de Portugal, com consentimento e deliberação do seu conselho, lhe concede o governo soberano e pleno e inteiro e absoluto senhorio d'ellas, e de cada uma d'ellas ao rei da Gran-Bretanha, seus herdeiros e sucessores, para sempre livre, inteira e absolutamente, excepto Mascate, que agora está habitada dos arabes: e se em algum tempo a ilha de Ceylão vier por algum modo a poder do

amisade da parte do soberano da ilha, que se fez tributario de el-rei de Portugal, e com ajuda dos obreiros que elle lhe mandou, poz prompta a fortaleza em fins de novembro do mesmo anno, nomeando para capitão d'ella a D. João da Silveira, que vinha de explorar a costa de Bengala.

Duarte Coelho firmou pazes por este tempo, em nome de el-rei de Portugal, com o monarcha de Siam, e alcançou do rei de Pam que se fizesse tributario da corôa portugueza; e Fernão Peres de Andrade devassou os mares da China, e surgiu no porto de Cantão.

Concluidos os tres annos de governo, termo ordinario d'aquelle cargo, assim como o era das capitanias e mais officios das fortalezas da India, foi Lopo Soares rendido por Diogo Lopes de Sequeira, o descobridor de Malaca, e antigo capitão de Arzila; regressou aquelle ao reino em janeiro de 1519, e o novo governador começou desde logo a tomar providencias energicas para bem cumprir as provisões de el-rei que levava muito recommendedas.

Expediu João Gomes *Cheira-dinheiro* para as Maldivas, a fim de levantar uma fortaleza na principal d'aquellas ilhas, da qual ficaria por capitão; depois foi em pessoa apaziguar o levantamento de Baticalá, obrigando o seu governador a pagar as pareas que devia; despachou de novo Antonio de Saldanha com uma frota para cruzar na costa da Arabia, e invernar em

rei de Portugal, elle se obriga, e fica por este tratado obrigado de transferir e conceder ao rei da Gran-Bretanha a praça e porto de Galle, e o pleno e absoluto governo e senhorio d'elle, e de dar com effeito posse da mesma praça e porto com todas suas pertenças ao mesmo rei da Gran-Bretanha, reservando para si o dito rei de Portugal a praça e porto de Columbo, porém o trato da canela se repartirá igualmente entre ingleses e portuguezes; como tambem *se em algum tempo vier a mesma ilha a poder do rei da Gran-Bretanha, elle está obrigado de dar e com effeito restituir ao rei de Portugal o senhorio e posse da praça e porto de Columbo, dividindo e repartindo-se o trato da canela entre portuguezes e ingleses, do mesmo modo que está dito.*»

(*Collecção de Tratados*, tom. I, pag. 248.)

Ormuz; mandou Simão de Andrade, irmão de Fernão Peres, por capitão-mór de uma armada para a China; e a Antonio Correia encarregou de ir assentar pazes com o rei de Pegu.

A cidade de Malaca continuava a ser incommodada pelos seus irrequietos vizinhos, principalmente el-rei de Bintam; mas não se esqueceu Diogo Lopes de lhe mandar soccorros, e tanto a proposito foram, que os aggredidos poderam tornar-se aggressores, e castigar outros vizinhos que os perseguiam pela parte do mar, os reis ou tyrannos de Adem e Pacem, da ilha de Sumatra.

A 13 de fevereiro de 1520 partiu o governador em pessoa, á testa de tres mil homens de armas, entre portuguezes e canarins, repartidos por dez naus grossas, dois galeões, cinco galés, quatro navios redondos, duas caravellas latinas e um bergantim, com destino ao mar Roxo, e proposito de erguer uma fortaleza em alguma das suas ilhas, e destruir a esquadra dos rumes. O primeiro d'estes intentos não se realizou, por faltarem materiaes e mantimentos para o fabrico e sustentação de um forte na ilha de Maçuá, aonde esteve algum tempo a frota; e quanto ao segundo tornou-se impossivel a sua execução, porque os rumes não appareceram. Entretanto sempre o governador aproveitou o tempo, conferindo com um capitão principal do Preste João no porto de Arquico, assentando com elle pazes, e entregando-lhe um embaixador d'aquelle soberano que viera ter a Goa (designado pelos nossos com o nome de padre Matheus), bem como um enviado de el-rei de Portugal em missão extraordinaria á Abyssinia, o qual foi D. Rodrigo de Lima; acompanharam-n'o treze pessoas do seu sequito.

Depois de invernar em Ormuz, com parte da sua armada, voltou Diogo Lopes á India, expediu para o reino as naus da carreira, e tratou de apromptar nova armada para ir expugnar Diu.

Entretanto conseguira Ruy de Mello, capitão de Goa, adquirir a posse das terras firmes, fronteiras aquella ilha, aprovei-

tando o ensejo de uma guerra entre o rei de Narsinga e o Hyde-el-Khan; porém, menos feliz, o capitão Lopo de Brito, da fortaleza de Ceilão, esteve cinco mezes cercado por mouros e gentios em grande numero, e quasi a ponto de se perder, até que lhe chegou socorro de Cochim.

Logo no principio do anno 1521 se dirigiu o governador com uma grande armada para Diu, resolvido a accommetter aquella cidade; mas attento o estado de defeza em que encontrou o porto, e o voto da quasi totalidade dos capitães da frota, desistiu da empreza, e foi invernar a Ormuz, despachando varias esquadrilhas e navios soltos para diversas viagens, segundo as ordens ultimamente recebidas de Portugal.

Jorge de Albuquerque foi a Pacem metter de posse da governança o herdeiro do legitimo rei, que apparecera na India fugindo á sorte de seu paé, que fôra assassinado; e fez tributario da corôa portugueza o novo monarcha; levantou uma fortaleza na barra do rio, cuja capitania confiou a Antonio de Miranda de Azevedo, e partiu a tomar conta do seu lugar de capitão de Malaca, d'onde expediu Antonio de Brito para as ilhas Molucas, a fim de levantar uma fortaleza em Ternate.

Antonio de Abreu fôra o primeiro que, por ordem de Afonso de Albuquerque, procurara aquellas ilhas da Oceania, e visitará successivamente Amboino, Banda, Ternate, Tidore e outras, sendo bem recebido pelos naturaes de todas ellas; o mesmo sucedeu aos que se lhe seguiram n'esta carreira, e igual acolhimento encontrou Antonio de Brito, posto que achasse estabelecida uma feitoria hespanhola em Tidore. A 24 de junho de 1522 lançou elle a primeira pedra nos alicerces da fortaleza de S. João Baptista de Ternate.

Mas já a esse tempo governava a India D. Duarte de Menezes, successor de Diogo Lopes, que partira para o reino, deixando em principio de construccion uma fortaleza em Chaul, cujo primeiro capitão foi Henrique de Menezes. O novo governador começou logo a cuidar dos negocios do estado com acti-

vidade e prudencia, tratando de dar cumprimento ás ordens que trouxera da corte, nem todas fundadas na boa rasão.

Sob pretexto de que eram roubadas as rendas do estado de Ormuz, decidiu el-rei de Portugal metter officiaes seus na alfandega d'aquelle cidade; mas o soberano do paiz, a quem era suspeito tamанho zélo pelos seus interesses, mandou atacar de noite os officiosos protectores, muitos dos quaes morreram pelejando, e o resto se acolheu á fortaleza. Vendo porém que não conseguiam exterminar aquelle punhado de portuguezes, apesar do rigoroso cerco que, por mar e terra, pozeram ao forte, passaram os mouros de Ormuz a habitar a proxima ilha de Quixome, e lançaram fogo áquelle rica e formosa cidade, da qual resa o dictado: *Se o mundo fóra um anel, Ormuz seria a pedra!*

D. Luiz de Menezes, chegando ao golpho persico, com socorros enviados pelo governador da India, conseguiu estabelecer novas pazes com o rei de Ormuz, e livrar os poucos defensores da fortaleza do imminent perigo em que se achavam.

Por esse tempo perdemos as terras firmes de Goa, que Ruy de Mello havia tomado poucos annos antes, e que o governador não tratou então de recuperar por não quebrar as pazes que tinhamos com o Hyde-el-khan; e foi abandonada pelos nossos a fortaleza de Pacem, depois de renhidos combates, em que não levaram a melhor.

Não foi mais feliz Martim Affonso de Mello Coutinho na expedição que, no mesmo anno de 1522 tentou com designio de levantar uma fortaleza na China; tal recepção encontrou nas esquadras do celestial imperio, que apenas quatorze dias se demorou n'aquelles mares; e ainda peior sorte teve D. Sancho Henriques, e muitos dos seus, que perderam a vida combatendo contra el-rei de Bintam, então victorioso das nossas armas.

Ainda no mesmo anno lançaram os portuguezes os primeiros fundamentos á cidade de S. Thomé, a pouca distancia da antiga Meliapor, na costa de Coromandel.

Em 1524 chegou á India o conde almirante D. Vasco da Gama, com o titulo de vice-rei d'aquelle estado. Levava ordens da corte para mandar desfazer as fortalezas de Coulão, Ceilão, Calecut e Pacem, e levantar um forte em Sunda, mas nada chegou a executar, porque falleceu tres mezes e vinte dias depois de avistar, pela terceira vez, a costa india, que elle descobrira vinte e sete annos antes.

D. Henrique de Menezes, seu successor, queimou os logares de Panane e Coulete, pertencentes ao samorim, do que resultou mandar este sitiar a nossa fortaleza de Calecut, que depois de grandes apuros foi derribada pelos proprios defensores, que se pozerao a salvo.

Por este tempo voltou da Abyssinia D. Rodrigo de Lima, acompanhado de outro embaixador que o Preste João mandou a el-rei de Portugal; e visitaram os portuguezes as ilhas Celebes.

A cidade de Malaca poucos intervallos de socego tivera desde o dia da sua conquista, e mesmo alguns revezes haviam sofrido os seus defensores, principalmente por parte do rei de Bintam, até que o governador, Pero Mascarenhas, tomado a offensiva, desbaratou uma armada de el-rei de Pam, e destruiu a cidade de Bintam, vingando assim os ultrajes recebidos, e alcançando para Malaca o socego temporario de que tanto carecia.

Nas Molucas começava então a guerra. Tidore era destruida pelo capitão de Ternate, mas os nossos viam-se a braços, ora com os inimigos naturaes do paiz, ora com os castelhanos que queriam apossar-se d'aquellas ilhas.

Passando em claro as desavenças entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio sobre melhor direito á governança da India; as proezas d'este ultimo n'aquelles mares, socorro que deu á fortaleza de Ceilão, e armadas que despachou em diversos serviços; vejamos chegar a Ormuz o novo governador do estado, Nuno da Cunha, depois de haver enchido de terror toda a costa oriental de Africa.

Grande era a desordem que então reinava n'aquelle ilha, e só a prudencia de Nuno da Cunha obteria, como obteve, acalmar os animos irritados, e sustentar o dominio portuguez em Ormuz. Ali veiu ter com elle o capitão Belchior de Sousa Tavares, que havia entrado com mão armada pelos rios Tigre e Eufrates, e voltava de Bassorá, aonde fizera temidas as nossas armas.

Quando entendeu que tudo estava pacificado por aquelle lado, partiu Nuno da Cunha para a India, d'onde mandou preso para Portugal o seu antecessor Lopo Vaz de Sampaio. Depois cuidou em prover do necessario as fortalezas do Malabar, perseguiu por mar e terra os inimigos do estado, e pelo seu capitão Antonio da Silveira levou o terror á costa de Cambaya. Surrate, Reiner e Agacim, cidades importantes, foram presa das chamas, depois de saqueadas pelos nossos.

Entretanto ia Heitor da Silveira fazer tributario o senhor de Adem, e Nuno da Cunha dirigia em pessoa uma expedição contra Diu.

De passagem tocou o governador em Damão, cuja fortaleza foi logo abandonada pela guarnição que ali tinha el-rei de Cambaya; destruiu a povoação da ilha de Beth (desde então denominada ilha dos Mortos), aonde encontrou furiosa resistencia; e chegando enfim a Diu, começou a bombardear a cidade, mas teve de desistir, por então, da sua conquista, por lhe haver rebentado a melhor artilharia que levava, e achar o sitio mais bem defendido do que suppunha.

Depois edificou uma fortaleza no porto de Challé, com assentimento do samorim, senhor do logar, cujo primeiro capitão foi Diogo Pereira (1531); e mandou Diogo da Silveira a destruir e queimar as cidades de Patane, Pate e Mangalor. A morte, o saque e o incendio corriam então desenfreados por todo o oriente, enchendo de terror os seus habitantes, e tornando execrado o nome portuguez.

Em 1533 coube a sua vez á cidade de Baçaim, que foi entrada e destruida por Nuno da Cunha, e a sua fortaleza arra-

sada até aos alicerces; passando depois, por cedencia de el-rei de Cambaya, a ser propriedade de el-rei de Portugal, tanto a ilha em que estava a cidade, como as terras firmes a ella adjacentes.

No anno seguinte foi arrasada a fortaleza de Damão pelo capitão-mór do mar da India Martim Affonso de Sousa, e pouco depois se fundou a fortaleza de Diu, em resultado de um contrato entre o governador da India e el-rei de Cambaya. Este successo deu lugar á façanha de Diogo Botelho Pereira, que em uma pequena fusta veiu da India a Portugal trazer a boa nova a el-rei.

Da mesma data é a fundação da nova fortaleza de Baçaim.

Nuno da Cunha tornou a recuperar as terras firmes de Goa, e em seguida sustentou renhidas pelejas pelas conservar, em tanto que Martim Affonso de Sousa castigava com os canhões da sua armada o tredo rei de Calecut; porém não corriam com a mesma felicidade os negócios de Malaca e das Molucas, aonde além de jorrar o sangue dos nossos ás mãos dós inimigos, havia inglórias lutas entre portuguezes e portuguezes.

A nova fortaleza de Diu também se viu em grande apuro. Morto o seu capitão, Manuel de Sousa, pelas gentes do sultão Badur (como chamavam ao rei de Cambaya), e assassinado este pelos nossos, tomou conta d'aquelle capitania Antonio da Silveira de Menezes, que sustentou a fortaleza contra as forças de mar e terra de Soleimão bachá e Coge Sofar, durante muito tempo, até que os inimigos levantaram o cerco, e o novo vice-rei da India, D. Garcia de Noronha, foi em pessoa a Diu assentar paz com el-rei de Cambaya.

Antonio Galvão, que então governava as ilhas Molucas, fundou um seminario para doutrinar as creanças d'aquelle archipelago (1536), e mandou missionarios a converter os gentios das Celebes e Macaçar; o navio em que elles iam, de que era capitão Francisco de Castro, forçado por um temporal, foi dar ás, então desconhecidas, ilhas de Mindanau, em 1540¹.

¹ Foram depois achadas o anno de quarenta e tres por Bernardo de

Logo em 1540 ordenou o franciscano Vicente de Lagos a fundação do collegio de S. Thiago de Cranganor, para educar os filhos de gentios convertidos ao christianismo, boa semente que ainda hoje dá fructo no mesmo solo; e em 1541 se fundou o seminario de Santa Fé de Goa, convertido mais tarde em collegio da companhia de Jesus.

D. Estevão da Gama, que sucedera a D. Garcia na governança da India, partiu com uma grossa armada para o mar Vermelho, e depois de varios successos em diversos pontos d'aquelle litoral, e de haver armado cavalleiros a muitos fidalgos no mosteiro de Santa Catharina do Monte Sinay, despediu para a Ethiopia a seu irmão D. Christovão, com quatrocentos homens de armas, destinados a servir de guarda ao imperador amigo dos portuguezes (1541), e tratava de investir Suez; porém observando que tinha a lutar com uma forte resistencia, pelo estado de defesa em que se achava o porto, voltou á India a despachar as naus de carga para o reino, e a preparar-se para nova campanha.

Em 1542 foi descoberto o Japão pelos portuguezes Antonio da Mota, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto, que negociavam em um pequeno juncos no porto de Chincheu, e que foram arrojados por um tufão áquelle archipelago.

Já a esse tempo os portuguezes tinham um estabelecimento provisorio na China, em Liampoo ou Ningpó, d'onde foram expulsos, os que escaparam á morte, em 1542, indo depois estabelecer-se em Chincheu, no mesmo imperio, e mais tarde em Macau, por concessão do governo chinez, no anno de 1557.

Martim Affonso de Sousa, que sucedeua na governança da India a D. Estevão, destruiu a cidade de Batecalá, fez outros commettimentos por mar e terra contra os mouros do Indostão, e mandou tomar conta das ilhas Molucas, em nome de el-rei de Portugal, a quem instituirá por herdeiro o rei D. Manuel,

la Torre; mas aqui se dá a honra de seu descubrimento a este Francisco de Castro, por que por rasão, e verdade é sua propria.

(Diogo do Couto—Decada v, livro vii, cap. ii.)

senhor das mesmas ilhas, que falleceu em Malaca. No seu tempo voltaram definitivamente a nosso poder, por contrato, as tefras firmes de Bardez e Salsete (1543).

Já em tempo do seguinte governador, D. João de Castro, teve logar o memoravel segundo cerco de Diu, estando por capitão da fortaleza o valente D. João Mascarenhas. O proprio governador acudiu áquelle ponto, e fez levantar o sitio, ordenando em seguida a destruiçao dos principaes logares da costa de Cambaya.

D'ahi a pouco tomava D. Jorge de Menezes a cidade de Barroche (1547); Antonio Maria Barreto atravessava, com as armas na mão, toda a ilha de Ceilão, pelejando e vencendo; e D. Diogo de Almeida, capitão de Goa, desbaratava os inimigos nas terras de Salsete.

D. João de Castro tomou depois a fortaleza de Pondá, despachou seu filho, D. Alvaro, para Surrate, bombardeou as cidades de Pate, Patane e Dabul, acudiu ás terras de Salsete, e destruiu todas as povoações da costa do norte. Coberto de gloria, e honrado com o titulo de vice-rei, falleceu D. João de Castro, em Goa, havendo antes entregado o governo ao bispo D. João de Albuquerque, a quem deu por coadjutores D. Diogo de Almeida Freire, capitão da cidade, Francisco Toscano, chancellor do estado, Bastião Lopes Lobato, ouvidor geral, e Ruy Gonçalves da Camara, vedor da fazenda.

Abrindo as vias de successão acharam-se designados na primeira e segunda D. João Mascarenhas & D. Jorge Tello, que tinham partido para o reino, e na terceira Garcia de Sá, o pae da infeliz D. Leonor de Sepulveda, o qual estava presente, e tomou conta da governança da India, por pouco tempo, que a morte o salteou logo; e sucedeu-lhe o nomeado na quarta via, Jorge Cabral.

Vieram a Goa, n'esse tempo, embaixadores de Barcelor pedir carta de vassallagem para aquella cidade, pagando ao es-tado o feudo annual de 500 fardos de arroz (1550).

Por todo aquelle oriente não largavam mão das armas um

só momento os poucos portuguezes, que ali tinham ido a ganhar fama e colher proveito: Malaca, Ceilão, Ormuz, as Molucas e toda a costa indiana, eram permanentes theatros de encarniçada luta, e, posto que varia, a fortuna quasi sempre se inclinava a favorecer os nossos. Não foram porém do numero dos favorecidos os defensores de Mascate, que tiveram de entregar a fortaleza aos turcos sitiantes (1554).

D. Constantino de Bragança tomou depois a cidade e fortaleza de Damão, e mais tarde a cidade de Jafanapatão; e por seu mandado destruiu Luiz de Mello da Silva a cidade de Mangalor, e castigou todas as povoações da costa do Malabar, conjuradas contra a nossa fortaleza de Cananor.

Começa então a descair para o occaso o astro da nossa gloria na India, e não tarda que D. Luiz de Athaide se veja a braços com uma colligação de todos os reis do Indostão centra os portuguezes. Ainda assim os cercos de Chaul, Goa e Onor, a que os nossos resistiram galhardamente, ficarão para sempre memoraveis nos fastos da heroicidade; e não menos o de Challé, posto que os seus defensores se vissem em fim obrigados a render-se.

Resolveu-se por esse tempo na corte dividir o estado da India em tres governos, como dissemos no iv volume d'estes *Ensaios*, e foram nomeados para esses cargos os seguintes fidalgos: D. Antonio de Noronha para a jurisdicção das terras comprehéndidas entre o cabo Guardafu e a ilha de Ceilão; Antonio Moniz Barreto para a parte do Pegu até á China; e Francisco Barreto para a costa oriental de Africa: porém esta divisão pouco durou, e a governança do estado oriental continuou a ficar na mão de um só homem, até que se desannexou definitivamente do governo da India a capitania de Sofalla e Moçambique¹.

As principaes fortalezas que então arvoravam a bandeira portugueza no oriente eram as seguintes: Diu, Damão, Goa, Baçaim, Chaul, Onor, Barcelor, Mangalor, Cananor, Crangas-

¹ Vide o iv tomo d'estes *Ensaios*.

nor, Columbo, Cochim, Coriate, Calaiaate, Ormuz, Malaca, Ternate, Tidore, Amboino, Solor, Timor e Macau.

Em 1582 tentaram os moradores da cidade de Barcelor tomar-nos á traição a fortaleza, mas prevenido a tempo o vice-rei enviou-lhe soccorros, com que por então continuou sob o nosso dominio. Em 1584 estabeleceu-se uma alfandega portugueza em Cochim, depois de seria resistencia da parte dos moradores. Em 1585 fundou-se uma nova fortaleza em Panane, porto do samorim, de que foi primeiro capitão Ruy Gonçalves da Camara. Em 1586 foi augmentado o numero de desembargadores da relação de Goa, crearam-se novos logares de magistratura, e tambem se proveu em que fossem letrados os ouvidores das fortalezas, e não leigos como até ali; mas parece que a justiça pouco ganhou com a troca. N'esse mesmo anno foi tomada a nau *S. Filipe*, que voltava da India com preciosa carga, pela esquadra ingleza de Drake, na altura dos Açores; e foi entrada e destruida a cidade de Jor por D. Paulo de Lima, capitão de Malaca, emquanto a fortaleza de Columbo soffria um apertado cerco, sendo valorosamente defendida pelo seu capitão João Correia de Brito.

Em 1594 foi tomado pelos portuguezes o chamado *Morro de Chaul*, fortificação mourisca, fronteira á cidade do mesmo nome, que muito incommodava a nossa fortaleza, sobre a qual ficava a cavalleiro. Em 1596 morreu o rei de Ceilão, D. João Pereira Pandar, nomeando seu universal herdeiro a el-rei de Portugal, que logo foi acclamado por soberano de toda aquella ilha na cidade de Columbo.

Já por este tempo começavam os hollandezes a infestar o mar da India, e a incomodar a nossa fortaleza de Malaca, encontrando, todavia, heroica resistencia da parte dos portuguezes.

Em quanto por lá soavam os golpes de mal-feridos combates, o providente governo de Lisboa mandava auctorisação aos vice-reis e governadores do estado para doarem as donzellas nobres, cujos paes tivessem morrido em combate; insti-

tua a torre do tombo em Goa, sendo nomeado seu primeiro guarda-mór o chronista Diogo do Couto; e creava a alfandega na cidade e praça de Damão (1595).

André Furtado de Mendonça, capitão-mór do mar da India, inaugurou o começo do novo seculo (o xvii) com uma famosa victoria e o aprisionamento do pirata Cunhale, vassallo rebel-lado do samorim, que mais tarde foi degolado em Goa.

Logo depois temos a mencionar um acto de lealdade, sem precedente na historia. O portuguez Salvador Ribeiro de Sou-sa, que fôra proclamado rei do Pegu, em paga dos heroicos feitos que praticára n'aquelle paiz, entregou a um enviado do vice-rei da India a fortaleza de Sirião, que lhe era pedida em nome do soberano de Portugal, e abandonou o seu reino, aonde era querido dos povos e dos monarchas seus aliados. Erro politico dos nossos governantes, que bem depressa foi punido, com a perda da fortaleza e do seu capitão Philippe de Brito Nicote (em 1613), desaparecendo aquelle foco de chris-tandade, aonde já existiam cinco mil catechumenos, e que promettia crescer muito em população e riqueza.

Em 1611 foi nomeado o primeiro feitor portuguez em Sur-rate, segundo o ajuste feito entre o vice-rei da India e o na-babo da cidade.

Quando D. Jeronymo de Azevedo foi nomeado vice-rei, em 1612, e largou a conquista de Ceilão, de que fôra capitão geral por espaço de dezoito annos, deixou a mór parte d'aquelle ilha reconhecendo o dominio de Portugal. D. Jeronymo trouxe para Goa immensas riquezas, que despendia com a generosi-dade de um principe. Não foi porém muito feliz no seu novo governo.

Appareceram então os inglezas sobre Surrate, com uma nau é um patacho, e saiu ao mar a combate-los o capitão-mór Nuno da Cunha com quatro galeões. A nossa força numerica era su-perior, mas a maior parte da tripulação compunha-se de ma-laios, e os navios eram ronceiros e estavam mal artilhados. Quanto ás embarcações inglezas tinham a vantagem de serem

mais boiantes, jogarem melhor artilheria, e possuirem mais destros bombardeiros e mareantes do que os nossos pesados galeões; conseguiam sempre tomar-nos barlavento no combate, safar-se por entre os baixios quando lhe convinha evita-lo, o que não podiam fazer os nossos galeões que demandavam maior altura de agua, e com a sua boa artilheria voltarem de novo á peleja quando achavam occasião opportuna¹. Indecisa ficou a sorte do combate, que se repetiu ainda proximo a Castelete, e se renovou contra maior força de ingleses, indo em pessoa o vice-rei combate-los com uma grande frota junto a Surrate, porém com o mesmo resultado: muitas perdas de parte a parte.

A nossa decadencia no oriente já então era visivel, palpável, ainda para os mais cegos e incredulos. Antonio Pinto da Fonseca, visitador e provedor geral das fortalezas, mandado expressamente á India com este importante cargo, encontra por toda a parte a desordem; vê-se obrigado a mandar demolir conventos que inutilisavam obras de fortificação, e dissipar outros abusos; porém soffrendo tenaz resistencia da parte dos interessados. Antonio Barreto da Silva, enviado por ouvidor a Malaca, encontra desmontada muita da artilheria da praça, e os moradores guerreando-se entre si, e fazendo-se mutuamente mais damno do que haviam soffrido da parte dos holandezes, achens, jaus e malaio².

Em 1613 chegou á India um embaixador do shah da Persia, que regressava de Lisboa em companhia de D. fr. Antonio de Gouveia, primeiro bispo de Sirene, encarregado de dirigir o rebanho christão na Persia. Aquelle partiu para Ispahan, a dar conta do resultado da sua missão, porém o bispo não passou por então da fortaleza de Ormuz, por haver más novas dos missionarios da Persia que eram perseguidos n'aquelle imperiò.

¹ *Antonio Bocarro* — Decada 13. Ms. que possue o sr. Jacinto da Silva Mengo.

² *Idem.*

Não descontinuavam as guerras nas vizinhanças de Chaul e Baçaim. Um capitão do nome do fundador d'esta ultima fortaleza defende-a corajosamente de um apertado cerco, e em seguida leva a ferro e fogo todas as povoações dos arredores.

A cidade de Gogo, no reino de Cambaya, é tomada e destruída pelos nossos, em 1614; e igual sorte tem, ainda no mesmo anno, a cidade de Pôr, quarenta leguas distante de Diu, expugnada por Gaspar de Mello e Sampaio, e as de Barroche e Barbute, accomettidas por Luiz de Brito de Mello. Porém o verdadeiro terror dos mouros da India, n'esta epocha, era Ruy Freire de Andrade, capitão de Chaul, respeitado por elles como um ente sobrenatural.

A armada do anno 1615 levou á India a fatal ordem para serem vendidos todos os empregos d'aquelle estado, e o seu producto applicado ás necessidades publicas! Estranho meio de enriquecer o thesouro!

A immoralidade já corroia o corpo social d'aquelle conquista; a que ponto se elevaria com a recente determinação, que fechava as portas ao merito para as abrir ao dinheiro, extinguindo todo o genero de emulação honrosa? Não admira pois que fosse tão rapida e vergonhosa a decadencia.

Sebastião Gonçalves Tibau quiz reconquistar pela força a soberania que Salvador Ribeiro de Sousa obtivera pelo merecimento, no Pegu, e alcançou soccorros do vice-rei da India, com os quaes venceu e queimou a esquadra do rei de Arracam (1615); mas sendo depois prisioneiro na ilha de Sundina, expiou as suas crueldades no cadasfalo.

N'esse mesmo anno sofreu um rigoroso sitio a fortaleza de Cranganor, o qual D. Bernardo de Noronha fez levantar; ao mesmo tempo que D. Diogo de Sousa ia queimar no porto de Calecut um navio carregado de ricas mercadorias, pertencente ao samorim.

Em 1616 foi Ruy Dias de Sampaio encarregado de restabelecer a paz em Meliapor, alterada vergonhosamente pelas desordens dos moradores portuguezes, que estavam divididos

em dois bandos e se guerreavam de parte a parte com o encarniçamento de inimigos ligados; e pouco depois eram punidos os instigadores de rivalidades entre os habitantes de Chaul e de Baçaim, e os moradores de Trapor e de Tana.

A par d'estas desordens domesticas, as nossas armas sofriam tambem revezes de toda a sorte, tanto no mar como em terra, n'esta calamitosa epocha, em que crescia o poder das armadas inglezas e hollandezas na India, sempre promptas a aliar-se com os inimigos da Hespanha, e portanto com os de Portugal.

Assim perdemos Ormuz no anno de 1622, sendo o seu ultimo capitão portuguez Simão de Mello.

Mais de uma sentença de pena capital, executada mesmo em pessoa da primeira nobreza, por crimes de concussão, arbitrio ou covardia, não foi remedio bastante para evitar o progresso da gangrena moral, que atacava o estado portuguez da India. Além d'isto parece que os proprios elementos se conjuravam contra as frotas do Malabar nos annos de 1622 e 1623; porém em 1624 brilharam de novo as armas portuguezas no golpho persico, sob o commando dos dois famosos capitães Nuno Alvares Botelho e Ruy Freire de Andrade, e depois na costa de Malaca, ainda sob o commando de Botelho, um dos ultimos heroes da India.

Os recontros entre navios portuguezes e neerlandezes repetiam-se todos os dias; e no anno de 1631 apareceu em Coulão uma nova bandeira até então desconhecida n'aquelles mares: era o balsão farpado da Dinamarca.

Atacada de improviso pelos nossos, a embarcação scandinava oppoz longa e vigorosa resistencia; mas teve de ceder ao numero e ao valor dos portuguezes, e foi aprisionada.

No mesmo anno (a 12 de maio) tomaram os portuguezes posse da ilha de Cambolim, que lhe foi cedida pelo soberano do Canará.

Mas em 1633 perdemos Golim, no reino de Bengala, sendo destruida pelas tropas do Mogol a povoação portugueza que

ali florescia; verdade é que, poucos annos depois (1639), apresentando-se em pessoa o proprio grão-mogol sobre Damão com um poderoso exercito, foi recebido pelos portuguezes fóra dos muros da praça, e forçado a retirar, depois de encarniçada peleja.

As fortunas já eram poucas em comparação dos revezes n'este cyclo da historia dos portuguezes na India; haviam desapparecido os aureos tempos dos Albuquerque, dos Pachecos e Cunhas.

Malaca seguiu a sorte de Ormuz; o seu capitão, Manuel de Sousa Coutinho, cedeu ás forças combinadas dos hollandezes e dos subditos de el-rei de Pam, depois de vinte e cinco mezes de cerco e heroica resistencia, e entregou a praça em 1641.

Ao mesmo tempo chegava a Goa a noticia de haverem sido martyrisados alguns dos nossos no Japão, e ficar interrompido todo o commercio portuguez com aquelle archipelago; e a propria capital da India corria perigo de acompanhar no fatal destino as outras duas conquistas do grande Albuquerque, cercada como se achava pelos hollandezes.

E no meio da decadencia das nossas armas, a inquisição de Goa aticava as chammas da *santa* fogueira, para não ficar atraz dos barbaros japonezes, e dava áquelle cidade o primeiro espectaculo de um *auto de fé*, em 1650; e a orgulhosa fidalguia da India, tendo á sua frentre D. Braz de Castro, alçava o facho da rebellião, e depunha sediciosamente o probo e desinteressado vice-rei conde de Obidos (1653).

As fortalezas do Malabar, ganhas e sustentadas pela prudencia e pelo valor dos primeiros conquistadores, iam caindo successivamente em poder dos mouros ou dos hollandezes. Em 1652 é Barcelor que, depois de larga resistencia, arria a bandeira portugueza; é Mangalor e Onor em 1653; Columbo em 1657, quando o seu capitão, Antonio de Sousa Coutinho, velho de setenta annos, só tinha comsigo, dentro das rotas muralhas, noventa e quatro companheiros estropiados e famintos! É Coulão em 1658, Cranganor em 1662, Cananor e

Cochim em 1663, que baixam as quinas de Portugal depois de apertados cercos por mar e terra; finalmente Bombaim, em 1665, que tambem deixa de pertencer-nos, por uma convenção dotal, e passa ao dominio britannico. (Tratado de 23 de junho de 1661.)

Entretanto invadiu o Hyde-el-khan as provincias de Bardez e Salsete (1655), e posto que repellido e expulso, pouco depois, do nosso territorio, voltou á empreza em 1659, mas foi derrotado em Margão por Luiz de Mendonça Furtado, e ficou por então menos bellicoso.

As desordens intestinas do estado cresciam todos os dias. Em 1660 armaram-se os conegos de Goa em dois bandos, aquartelando-se em diversos pontos da cidade, para decidirem a arca-buzadas quem tomaria o encargo da *séde vacante*; foi necessário intervir a força publica para acabar com este motim ecclesiastico!

Em 1671 permitiu o rei de Canará aos portuguezes que levantassem feitorias muradas em Onor, Barcelor e Mangalor, e ainda em 1678 consentiu a edificação, não só de feitorias, mas tambem de igrejas catholicas, em Mirzeo, Chândor, Baticalá e Caleampor: porém nada d'isto obstava a que seguisse seu curso a torrente da decadencia, que só em meiodos do seculo seguinte parou, e retrocedeu mesmo um instante, para volver de novo ao seu caminho de perdição.

Em 1682 fortificou-se a ilha de Angediva.

O commercio maritimo portuguez estava aniquilado pelos piratas do oriente; ninguem ainda se lembrára de tirar partido da agricultura das nossas terras indianas, e portanto aquelle estado, outr'ora florescente e theatro de heroicas façanhas, jazia pobre, triste e dilacerado por mesquinhas ambições de fidalgos, intrigas de frades, subtilezas de desembargadores e corrupção geral.

Impostos extraordinarios para sustentar guerras mal sucedidas levavam a desconsolação de aldeia em aldeia, erguendo por toda a parte os dois terriveis fantasmas do fisco e do inimigo armado!

Em 1675 creou-se o estanco do tabaco em Goa; em 1691 instituiu-se uma ephemera *Companhia commercial da India*, e já em 1687 se mandara estabelecer na grande ilha de *Borneo* uma feitoria e missão de clérigos da Divina Providencia, que foram bem acolhidos pelos indígenas; porém o numero dos inimigos marítimos crescia todos os dias: não eram já só as naus inglezas e hollandezas que se mediam com os nossos galeões, arrostavam-se tambem com elles as embarcações dos arabes; e se uma ou outra vez estes sectarios do koran levavam alguma severa lição, como em 1690 lhes deu na barra de Surrate o capitão Diogo de Mello Sampaio, nem por isso deixaram de incomodar os nossos muitas outras vezes, nem desaproveitaram a pratica dos combates, mestra sempre, mesmo nos reyezes.

- Com melhores auspicios começou o seculo xviii, reaparecendo a nossa bandeira nos mares de Ormuz, e saindo novamente triumphante das meias-luas em Surrate. O vice-rei • Caetano de Mello mandou arrasar a fortaleza de Ambona, do Bounsoló, e foi em pessoa tomar e destruir a casa forte de Bicholim (1705). Subjugou e fortificou as ilhas de Corjuem e Ponelem (1706). Outro vice-rei, Cesar de Menezes, aggravado de el-rei do Canará, partiu com uma pequena esquadra para Barcelor, cuja fortaleza desmantelou, queimando em seguida as povoações das margens do rio, e dando a morte a todos que lhe oppunham resistencia. Igual sorte teve Calianapor, na mesma costa, e ahi arderam alguns navios de mouros, e se recolheu muita artilheria da fortaleza para a esquadra. Depois foi bombardear Mangalor, Comutá, Gocorna e Mirzeo, esparlhando por toda a parte o terror, o incendio e a morte (1713).

O conde da Ericeira fez queimar os armazens e naus inimigas em Por-Patane, perseguiu o pirata Angríá, derrotou os arabes em tres combates, começou a fabricar a fortaleza de Chaporá, e alcançou outras vantagens para as armas portuguezas, sem grande vexame dos povos (1718 a 1720).

Porém logo no anno de 1736 vieram tristes successos es-

curecer o brilho d'aquellas victorias. Sob o frívolo pretexto de haverem sido mal hospedados os seus embaixadores, entrou o famoso Marattá pela *província do Norte*¹, e apossou-se por surpresa da fortaleza de Taná; mas indo, já no anno seguinte, assaltar a fortaleza de Madapor, de que era comandante Manuel Sanches de Oliveira, viu morrer muitos dos seus, de envolta com os defensores da praça, reduzida a cinzas pelo valor do capitão portuguez que a fez voar para que não caisse em poder dos inimigos².

Seguiu-se o apertado cerco de Baçaim. O governador da praça, e general do norte, Martinho da Silveira, morreu logo no principio d'esta serie de combates, o que foi uma perda incalculável para os sitiados; tanto mais que o seu substituto, Pedro de Mello, valoroso capitão da epocha, também morreu ás mãos do inimigo, passados poucos meses.

O terceiro governador, Caetano de Sousa, vendo-se apenas cercado de sessenta soldados, e sem munições de nenhum género, capitulou com o Marattá, e saiu da praça com todas as honras de guerra, no dia 23 de maio de 1739. Assim se perdeu esta famosa cidade, aonde residiam muitos fidalgos portuguezes, e que era conhecida na India pelo titulo de *Corte do Norte*.

O exercito triumphante seguiu para Damão, com idéas de conquistar também esta praça; mas desistiu da projectada empreza, e successivamente modifcou os seus planos no mesmo sentido a respeito das fortalezas de Chaul e Diu; porém mandou devastar a província de Salsete.

Ao mesmo tempo o Bounsoló invadiu as terras de Bardez, e o Angríá atacava as nossas embarcações no mar; os recursos do estado tinham chegado ao ultimo extremo, e para salvar Goa foi necessário entregar Chaul ao Marattá!

Mas a este periodo, quasi de aniquilamento, seguiu-se uma

¹ Assim chamavam vulgarmente áquelle parte da India, em que está Baçaim, Chaul, Damão, Diu, etc.

² Duarte da Costa — Relação das guerras da India de 1736 a 1740.

brilhante aureola de gloria para as nossas armas, e o nome portuguez tornou a ser respeitado no Malabar, ao menos na seguinte decada.

O conde da Ericeira, então marquez de Louriçal, voltou á India, e com elle a fortuna que já da primeira vez o acompanhára; trouxe consigo tropas europeas, com as quaes derrotou as forças do Marattá nos campos de Bardez, tomou as fortalezas de Sanguem e Supem, e retomou a de Pondá (1742). Já a esse tempo se havia assignado um tratado de limites das praganás Naer e Calana, em Damão (1741).

Seguiu-se depois o glorioso governo do marquez de Castello Novo e Alorna (1744 a 1750), durante o qual conquistaram as nossas armas, sob o seu commando e direcção, as praças de Alorna e Rarim, e as fortalezas de Tiracol, Sanquelim, Bicholim e Neutim¹; e ainda a esta sucedeu a feliz administração do vice-rei marquez de Tavora, que depois de castigar por mar e terra os inimigos do estado, veiu morrer no cadasfalso em Lisboa, accusado de attentar contra a vida de el-rei D. José. Pobre marquez, que tanto se desvelára pelo bem dos povos da India!

Em 1754 mandou o governo portuguez entregar ao Bounsoló, seu antigo possuidor, os fortes de Neutim e Rarim, fructo das victorias do marquez de Alorna; ao que elle correspondeu, quatro annos depois, rompendo as pazes juradas e apossando-se de Pernem e Sanquelim.

Em 1755 nomeou o governo um procurador dos portuguezes em Pondichery, como já dois annos antes havia nomeado um agente em Coromandel; permitiu a liberdade religiosa aos habitantes das *Novas Conquistas*, e concedeu-lhes licença para construirem pagodes, o que estava prohibido nas *Velhas Conquistas* desde 1540, epocha em que foram arrasados os que existiam.

Em 1756 foi prisioneiro e morto pelos marattas o vice-rei

¹ *Epanaphora indica*, por Monterroyo.—*Relação dos felices sucessos da Índia*, por Manuel Antonio de Meirelles.

conde de Alva, unico governador da India portugueza que teve tão tragico fim n'aquellas partes.

Em 1759 foram presos 221 jesuitas, todos os que existiam nas terras do estado da India.

Em 1761 voltou á posse da corôa portugueza o districto e praça de Cabo de Rama, que ainda hoje possuimos, e em 1762 concluiu-se um tratado de paz e alliança com o rei de Sunda.

No anno seguinte creou-se o logar de *intendente geral das Novas Conquistas*, que em 1838 passou a denominar-se *encarregado fiscal*, e em 1840 *administrador geral*. As suas funções estão hoje repartidas por quatro administradores.

O rei de Sunda, destronado pelo nababo Aidar-Ali-Khan, acolhe-se a Goa com a sua familia (1764). Por ordem da côrte entrega-se a fortaleza de Bicholim, que volta ao nosso poder pouco depois (1766), e conclue-se a paz com o Marattá.

Em 1769 creou-se a junta da fazenda de Goa; em 1771 mandou-se administrar por conta do estado a alfandega da mesma cidade, que andava arrendada desde a conquista; em 1772 fundaram-se as primeiras aulas publicas na India; em 1773 creou-se o logar de *intendente da marinha e dos armazens*, e mandou-se applicar a esta colonia o imposto do subsidio litterario, criado em 10 de novembro do anno precedente; em 1774 foi extinta a relação de Goa; em 1775 promulgou-se que os filhos de Goa, não tendo inconvenientes de lei, gosavam das mesmas honras e privilegios que os naturaes de Portugal, e ficavam habeis para todos os empregos publicos; em 1776 mandaram-se entregar a clérigos seculares todas as igrejas que eram parochiadas por frades; em 1779 creou-se um *intendente da agricultura do estado*, emprego que durou até aos nossos dias; em 1782 fez-se a primeira exposição do corpo de S. Francisco Xavier, na sua igreja de Goa, tendo já sido declarado o mesmo apostolo *protector da India*, em 1748.

Durante o sabio governo do capitão general D. Frederico

Guilherme de Sousa (1779 a 1786), readquiriu o estado as provincias e fortalezas das Novas Conquistas, que por imprevidencia dos nossos ou traição dos inimigos andavam alienadas do dominio portuguez; creou novos brios a marinha da India; restaurou-se o tribunal da relação de Goa; deu-se grande desenvolvimento á fortificação das praças fronteiras; e emfim olhou-se ainda uma vez com desvelo para a administração publica d'aquelle paiz. O seu successor Francisco da Cunha e Menezes zelou com cuidado a fazenda da colonia, reconquistou a provinica de Pernem (1788), e pôde com rasão ser considerado como um dos bons governadores da India. Ainda no seu tempo (1791) cedeu o rei de Sunda ao de Portugal a provinica de Pondá e outras annexas; e tomou-se posse da fortaleza de Piro, que foi restituída em 1793. Já um anno antes tinham os inglezes feito arriar a bandeira portugueza que tremulava sobre a feitoria de Calecut.

Em 1795 se tomou posse definitiva da provinica de Pondá e annexas, por força de armas; e no mesmo anno passou a considerar-se como consulado a feitoria de Surrate.

O primeiro anno do novo seculo viu ocupadas por forças inglezas as fortalezas da barra de Goa, occupação que durou até á paz geral em 1815, e já em 1814 tinha desapparecido da India o horrivel tribunal, chamado hereticamente *santo ofício*, quando ainda estavam de pé as inquisições de Lisboa, Coimbra e Evora.

Apoz a liberdade religiosa raiou a liberdade politica nos horisontes da India portugueza; mas começou com ella uma serie de desordens e revoltas, que com maiores ou menores intervallos se prolongou até aos nossos dias. Os inimigos da liberdade, para a desacreditar, quizeram transforma-la em licença, e logoque constou o heroico movimento regenerador de 1820, sairam desenfreadamente á praça com gritos sediciosos, prenderam o bravo, economico e prudente vice-rei, conde de Rio Pardo, e substituiram-lhe na governança uma junta provisoria, que pouco depois depozeram tambem, para

arvorarem novo governo, presidido por D. Manuel da Camara, capitão general nomeado pela côrte. Com as novas da reacção de 1823 assumiu a si o governo este funcionario, e por sua morte legou a administração a uma junta, composta das tres auctoridades maiores: ecclesiastica, militar e judicial.

A prudencia e sabedoria do novo vice-rei D. Manuel de Portugal pôde conter por um lado os excessos dos demagogos, e por outro as violencias dos absolutistas, de tal maneira que, sob o regimen despotico, os proprios degradados por alcunhados crimes politicos gosavam de segurança pessoal, e até certo ponto dos direitos dos cidadãos; porém sobrevindo a epocha da restauração, em 1834, o imprevidente governo da metropole lembrou-se de nomear *prefeito da India portugueza* um filho do paiz, aliás homem de talento, mas com sympathias e antipathias pessoaes na terra que lhe dera o berço, e á sua chegada a Goa começou de novo a desordem, como era de esperar, armou-se a revolta, correu muito sangue, e o prefeito foi deposto na capital da India portugueza, e só alcançou reassumir a sua auctoridade nas praças de Damão e Diu. O ex-vice-rei tomou conta do abandonado governo, apenas por quarenta e oito horas, o tempo necessário para acalmar os animos irritados, e passou depois a administração ao primeiro conselheiro de prefeitura, na conformidade da lei vigente; porém o espirito de sedição não estava satisfeito, e novas revoluções se succederam umas a outras, em diversos sentidos.

Para aggravo do mal, dois governadores successivamente nomeados pela côrte, os barões de Sabroso e de Candal, apenas por poucos mezes presidiram á administração do estado, prematuramente ceifados pela morte; sob o regimen dos *conselhos de governo* a desordem sempre pôde, mais ou menos, conservar ateado o fogo da revolta, até ousar, em 1842, depor do governo o conselheiro Lopes de Lima, governador interino nomeado pela Rainha.

Emfim os gentios de Satary quizeram imitar os seus senho-

res, christãos de Portugal e da India, e levantados com mão armada perturbaram, durante alguns annos, o socego do estado, não deixando desenvolver á vontade o genio creador, economico e justiceiro do então governador geral visconde de Villa Nova de Ourem (1851 a 1855).

Afastando porém os olhos d'este quadro de revoltas, fixemos as vistas no agradavel painel dos melhoramentos moraes e physicos que tem alcançado o estado da India, durante o segundo e principio do terceiro quarteis do seculo xix; e fechemos com elle este pequeno bosquejo historico.

D. Manuel de Portugal e Castro, que governou aquelle estado desde 1827 até 1835, deixou um nome glorioso nas margens do Mandovi. Foi elle o creador da cidade de *Nova Goa* (hoje assim chamada), erguida á sua voz d'entre solitarios pantanos, com o nome de *villa de Pangim*, quando até ahi não passava de um miseravel e quasi deserto bairro da aldeia Taleigão. Edificios publicos, pontes, monumentos surgiram de toda a parte, apesar da falta de recursos do estado, em novas ruas e praças, embellezadas por edificios de particulares, que vinham aproveitar a crescente salubridade do sitio, d'onde os pantanos iam desapparecendo; e a instrucção publica e a cultura da terra, promovidas tambem pelo vice-rei com toda a diligencia, contribuiam igualmente para felicitar os povos, e completavam a immarcescivel corôa civica que lhe consagra a India portugueza.

Desde 1820 que se publicaram na India folhas periodicas, e o *Boletim oficial do governo* tem aparecido, sem interrupção, desde 7 de dezembro de 1837. A lithographia foi introduzida em Goa no anno de 1840. O correio interno data ali de 1841.

Sob o paternal governo do conselheiro Pestana foi abolida na India portugueza a barbara usança dos *enganchados* (1844); também no seu tempo se estabeleceu a *Companhia commercial de Goa*; ergueu-se em Pangim um monumento ao grande Affonso de Albuquerque, e tomaram incremento os melhora-

mentos moraes e physicos, tantas vezes interrompidos pelo espirito da desordem e pouca duração das administrações anteriores, que estiveram, como vimos, continuamente mudando de pessoal.

No anno de 1857 desceu um carro, pela primeira vez, a montanha dos Gates, e entrou no nosso territorio por uma estrada ainda não de todo concluida. A 29 de abril de 1858 lançou-se a primeira pedra no edificio dos paços da camara de Nova Goa, e a 16 de setembro do mesmo anno inaugurou-se a estrada real de Vernem (defronte de Pangim) a Sinquervale, na fronteira das terras britannicas, passando por Saligão e Ma-puçá, na extensão de 33,5 kilometros.

Durante o anno findo, 1859, restaurou-se a ponte de Ri-bandar, inaugurou-se a estrada de Pangim a D. Paula, introduziu-se o telegrapho electrico em Goa, concluiram-se varias obras de salubridade publica, terminou a questão de limites das jurisdições de Diu e de Damão, alargando-se o dominio portuguez em volta d'aquellas praças, e fez-se segunda exposição do corpo de S. Francisco Xavier.

A 29 de janeiro de 1860 abriu-se em Goa uma exposição da industria, não só de productos do estado da India portuguez, mas de todo o Indostão. As obras publicas continuam com grande incremento, a fazenda do estado é bem fiscalizada, e a justiça, a actividade e a economia presidem á administração do actual governador, o visconde de Torres Novas.

CAPITULO I

NOTICIA GERAL DO PAIZ E DE SEUS HABITANTES

Propondo-nos a escrever ácerca dos estabelecimentos de Goa, Damão, Diu e suas dependencias, que constituem o estado da India portugueza¹, limitaremos esta noticia do paiz á parte da peninsula indostanica comprehendida entre o cabo Comorim e o golpho de Guzarate, em cujas costas, ou em ilhas adjacentes, jazem todos aquellos estabelecimentos, e ainda muitos dos logares em que outr'ora tivemos fortalezas; sem nos estendermos para a contra-costa da mesma peninsula e golpho de Bengala, estreitos de Malaca e de Sunda, mares da China e da Oceania, Sino persico, ilhas de Ceylão e Maldivas, aonde tambem tremulou a nossa bandeira em casas fortes e feitorias, em templos e cidades, em navios de guerra e de commercio, poisque de tanta grandeza só nos resta hoje uma recordação gloriosa; e reservaremos para o seguinte e ultimo tomo d'estes *Ensaios* o estudo das, ainda nossas, possessões de Macau, Timor e Solor.

Começando pois do cabo Comorim, que faz rosto á ilha de

¹ O decreto de 20 de setembro de 1844 separou da jurisdição do estado da India a cidade de Macau e as ilhas de Timor e Solor; porém estas ultimas foram de novo annexadas ao governo da India por decreto de 25 de setembro de 1856. Não tratámos d'ellas n'este volume, por ser a sua posição geographica inteiramente fóra do circulo da India.

Ceylão (da qual é separado pelo pequeno golpho de Manar), e entestando ao norte, com maior ou menor inclinação para oeste, fica-nos á direita a pittoresca costa do Malabar, orlada de palmares, casas dispersas e igrejas, e coroada pela alta e afamada cordilheira dos Gates, que separa em duas regiões, de climas diversissimos nas mesmas estações do anno, esta costa e a de Coromandel¹.

O primeiro logar, conhecido nos fastos da nossa historia da India que se encontra alem do cabo Comorim, no littoral do Malabar, é *Travancor*; segue-se *Coulão*, aonde tivemos fortaleza; *Cale-Coulão*, *Porcá*, e mais adiante a cidade de *Cochim*, aonde se vê de pé, ainda hoje, a cathedral portugueza; depois *Cranganor*, sède de um arcebispado, tambem portuguez; e logo *Panane*, *Tanor*, *Challé*, a celebre *Calecut*, *Coulete* e *Pandarane*; *Cananor*, *Mangalor*, *Bacanor*, *Barcelor*, *Batecalá*, *Onor*, as ilhas de *Angediva* ou *Anchediva*, das quaes só a principal é habitada, e pertence á corôa de Portugal; as ilhas de *Goa*, com a cidade capital do estado da India, e as peninsulas de *Salsete* e *Bardez*, que constituem o que se chama as *Velhas Conquistas*, cercadas em toda a sua extensão, de mar a mar, pelas terras das *Novas Conquistas*, desde *Cabo de Rama* até á fortaleza de *Tiracol*; logo os *ilhéus Queimados*, marca dos pilotos que demandam a barra de Goa; depois a famosa *Dabul*; a outr'ora nossa cidade de *Chaul*, e seu alcantilado *Morro* e fortaleza; a prospera *Bombaim*, que foi cedida pela corôa de Portugal á da Gran-Bretanha em 1661, como dote do casamento da infanta D. Catharina com el-rei Carlos II, e hoje é séde de uma das tres presidencias inglezas da India; *Baçaim* e seu distrito, que tanto sangue portuguez custou até se perder; *Damão*, praça e cidade do nosso domínio; *Surrate*, ja dentro da enseada de Cambaya, aonde temos uma feitoria; e do outro lado da bôca d'esta enseada, a

¹ Quando é inverno no golpho de Bengala é verão no golpho de Oman, e vice-versa. Este phenomeno tem sido attestado por innumeros navegantes, e mencionado por muitos geographos e naturalistas.

ilha e fortaleza de *Diu*, memorável pelos dois cercos que sustentou contra o poder de Cambaya e as esquadras da Turquia.

O estado da India portugueza, afóra as praças de Diu e Damão, pôde considerar-se como formando um só corpo, sem solução de continuidade; apenas pequenos rios ou estreitos braços de mar separam as ilhas do continente, e retalham este em províncias ou outras menores divisões. Um território assim cortado, abundante de água e exposto aos raios do sol tropical, não podia deixar de ser fértil, nem também esquivar-se ao influxo das febres palustres; todavia não deve considerar-se absolutamente insalubre este clima, e a agricultura, principalmente nas Novas Conquistas, teria um grande desenvolvimento e enriqueceria os seus habitantes, se elles não fossem, em geral, pouco diligentes no trabalho.

A cordilheira dos Gates separa ao nascente as terras portuguezas das possessões britânicas; e tanto ao norte como ao sul entestam os nossos domínios com territórios ingleses; o mar banha a parte occidental d'esta colónia.

As praças de Damão e Diu, distantes entre si e da capital do estado (Goa), mal podem incluir-se n'esta *noticia geral do paiz*, e por isso entendemos que seria melhor reservar para capítulos especiais tudo o que diz respeito a cada uma d'ellas.

As montanhas mais consideráveis do estado da India são *Chandarnate*, *Sidnato*, *Consid* e *Vaguerim*, todas nas Novas Conquistas. As ilhas de Goa e as penínsulas de Bardez e Salsete são pouco montanhosas.

Os seus principaes rios são :

O *Arondem* ou rio de Tiracol, fronteira septentrional do território português na costa do Malabar.

O *Chaporá* ou *Colvale*, que separa a comarca de Bardez e as províncias de Bicholim e Sanquelim da de Pernem; estes dois rios nascem fóra do nosso território, e o seu curso dentro do paiz é avaliado, quanto ao primeiro em $14 \frac{1}{2}$ milhas, e quanto ao segundo em 18.

O *Baga*, mais ao sul, com uma milha de curso.

O *Senquerim*, com $3\frac{1}{2}$ milhas de curso, que mette entre si e o oceano a peninsula de Bardez.

O *Mandovi*, que desagua junto á fortaleza da Aguada, reparte-se em diversos braços, indo um tomar o nome de *Mapuçá* no concelho de Bardez, outro o de *Naroá*, entre as provincias de Bicholim e de Pondá, e outro o de *Goa*, entre a ilha do mesmo nome e Pondá; tem $38\frac{1}{2}$ milhas no seu maior curso.

O *Zuarim*, que passa entre a provincia de Pondá e a de Salsete, e dividindo-se em dois entra por um lado no rio Mandovi e por outro no mar, junto á barra de Mormugão, depois de correr 39 milhas.

O rio do *Sal*, ou antes esteiro do mar, que entra na comarca de Salsete em Betul, e subindo a leste até Carmoná, segue para Conculim, deitando ali um braço para o norte que vai á villa de Margão; tem 15 milhas no seu maior curso.

O *Talpona*, na provincia de Canacona, com 7 milhas de curso.

A navegação d'estes rios e das suas mil ramificações faz-se em pequenas embarcações, chamadas *tónas*, que, com as mares, vão a toda a parte, estabelecendo comunicações faceis de povoação para povoação.

O porto de Goa é o unico d'este paiz que pôde receber navios de alto bordo; mas encontram-se ali tambem os surgi-doiros de Tiracol, Chaporá, Col, Betul, Agonda, Talponda e Galisbaga, proprios para servir de abrigo a patamarins e embarcações menores.

Fóra do continente temos ainda o bom ancoradouro de Angediva.

Os primeiros povoadores do Concão foram homens pobres que desceram com suas familias do Canará, em tempos muito remotos. Os cabeças d'estas familias, repartindo a terra entre si, começaram a cultivar o arroz, a palmeira e o arecal, de que mais tarde houveram de pagar fôro aos diversos conquistadores que se assenhorearam da terra. Chamam-se *gancares* os

descendentes dos chefes de familia, e *gancaria* a reunião de todos os gancares de uma aldeia, ou ao menos de uma pessoa de cada *vangor*. Vangores são as familias que têm voto na gancaria, e são tantos quantos foram antigamente os primeiros fundadores de cada uma das aldeias. Em cada *tanadaria* ou comarca ha uma camara ou gancaria geral, que governa todas as gancarias parciaes, e que consta de vinte e quatro eleitos pelas doze principaes aldeias. A jurisdição das gancarias limita-se á cultura das terras e á satisfação e segurança dos fóros.

Os usos dos gentios aborigenes são geralmente os mesmos em todo o Indostão, e posto que seja vulgar o conhecimento das particularidades concernentes ás raças indianas, não deixaremos, por dever do officio, de dizer algumas palavras sobre o assumpto. Quanto aos mouros conquistadores, os mais encarniçados inimigos que ali encontrámos no tempo do descobrimento, e que foram por nós desapossados de tantos lugares importantes, esses conservam os seus costumes como em qualquer outra parte do mundo, immutaveis como a fatalidade em que acreditam. O resto dos habitantes são europeus ou *mestiços*, descendentes principalmente de portuguezes, ou filhos de christãos indianos, a que chamam *canarins*, por estar quasi todo o territorio da India portugueza situado no *Concão*, lingua de terra entre o mar e a cordilheira dos Gates, na costa do Malabar¹. *Concani*, *concánico* ou *concanā* se chama o idioma que vulgarmente ali se falla², e os nossos missiona-

¹ Em Goa os portuguezes chegados da Europa ou America são indistinctamente denominados *frangues* ou *fringuins*, ou *reinões*. Os filhos d'elles, ou os nascidos na India, mas de puro sangue portuguez, são chamados *castícos*, denominação correspondente á de creoulos na America meridional; os de paes portuguezes e mães indianas, *mestiços*; os christãos de pae e mãe indianos, *canarins*; e os gentios, *conkanós*. — *Memorias de G. de Magalhães*.

² O sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, actual secretario geral do governo da India, escreveu um *Ensaio historico para servir de*

rios dos seculos XVI e XVII, que muito o cultivaram, chama-vam-lhe lingua *bramana*¹, *canarim ou canarina*.

A população nativa do estado da India divide-se em tres castas principaes — *bramanes*, *charadós* e *sudros* — rivaes entre si, especialmente as duas primeiras, que se disputam a supremacia². Os charadós reputam-se os mais nobres habitantes do Indostão, comquanto os bramanes sejam os que tratam dos ídolos.

Os sudros, raça inferior, contenta-se com a sua sorte e não inveja a supremacia que as outras duas litigam. Estas castas não se confundem; perpetua-as o casamento. São raros os consorciós entre christãos bramanes e charadós, vulgar a união entre pessoas de qualquer d'estas raças e gente europea, mas sem exemplo a alliança com sudros ou com individuos das classes mais inferiores ainda, como são: os *boiazes*, conductores de machilas, cadeirinhas, dolys e outros vehiculos que suprem as carruagens em muitas partes da Asia e da Africa; os *farazes*, que trabalham em obras de bambu, e tambem servem de carregadores para a gente mais inferior; *marinheiros*, que remam nas embarcações miudas; *pescadores*, *begarins*, jornaleiros e sorventes; *derrubadores*, que cortam os cachos das palmeiras, e outros parias d'aquellea região de privilegios anti-naturaes.

Ha ainda entre os gentios mais uma casta especialissima: é a das *bailadeiras* e *mordangueiros*. Aquellas dansam nos pagodes e nas festas, e se entregam á prostituição, a que são conduzidas pelos homens da mesma familia ou raça, os mordangueiros³.

introdução à *Grammatica da lingua cónconi* (Nova Goa, 1858), que os curiosos podem consultar com proveito.

¹ «Nome visivelmente derivado de serem os bramanes quem só entre os gentios sabia ler e escrever.» (*Rivara*, Obra citada.)

² *Memoria de M. F. Lousada de Araujo*, publicada nos *Annaes marítimos e coloniaes*.

³ O nome de *mordangueiros* vem-lhes de um tamboril, a que chamam *mordango*, e que elles tangem nas festividades gentílicas.

Os varões gentios podem casar com mais de uma mulher, porém as mulheres não devem pertencer a mais de um homem (menos as bailadeiras); e são obrigadas, quando enviavam, a conservar-se n'esse estado o resto da vida, e, graças á civilisação, que já hoje evitam o enterrar-se com o seu desfunto marido, como era de uso no Malabar.

As mulheres christãs haviam adoptado das gentias o uso de não passarem a segundas nupcias, o que, por ser prejudicial ao augmento da colonia, attrahiu a atenção do governo, e fez apparecer o alvará de 27 de junho de 1684, confirmado por el-rei em 17 de março de 1687, no qual se comminam grandes penas contra quemquer que dissuadir uma viuva de contrahir novo consorcio.

O paiz é habitado tambem por parses, gugires, baneanes e outros adventicios de diversas seitas religiosas.

Os gentios crêem muito em agouros. O seu passadio ordinario é arroz, legumes e leite. Mascam betle e areca, misturados com cal viva, cravo e cardamomo, como entre nós ha quem use do tabaco.

Quanto á sua religião, todos conhecem a Trindade india, e os sacrificios humanos, que felizmente foram abolidos em todo o territorio portuguez da India, por provisão do governador Pestana.

Ha poucas familias ricas n'esta possessão, e nenhuma das principaes possue uma renda annual superior a vinte mil *rupias* (6:400\$000 réis de Portugal). As que desfructam duas mil rupias de renda já são consideradas ricas. Julga-se sufficiente *meio-pardau* (80 réis) para o diario passadio de uma pessoa.

Quatro quintos da população compõem-se de gente pobre e miseravel¹. Ha no paiz grande numero de advogados, medico-cirurgiões e padres. Os individuos abastados trajam á europea,

¹ N'este, como em outros muitos pontos, seguimos a *Cottineau de Kloguen* no seu *Bosquejo Historico de Goa*, vertido em portuguez e annotado pelo sr. Miguel Vieente de Abreu.

e não é raro ver-se um homem da classe media de casaca de panno, calça curta e sapatos sem meias. Os disparatados trajes que se apresentam nas funcções de casamento nas aldeias, e mesmo em Goa, excitariam o riso a um quaker.

Por um bando do governo geral da India, datado de 6 de agosto de 1851 e ampliado por outro bando de 18 de dezembro de 1855, se prohibiu que na cidade de Nova Goa e nas villas de Margão e Mapuçá, capitais das tres comarcas das Ilhas, Salsete e Bardez, se apresente em publico qualquer individuo, maior de dez annos de idade, sem trazer o corpo coberto, pelo menos desde a cintura até aos joelhos, e sendo mulher tambem o peito. No resto do estado ainda é permittido o trajo de Adão, apenas modificado pelo langotim, quando muito.

Os povos das Novas Conquistas regem-se por leis peculiares, e não pela legislação geral do reino, como explicaremos no capitulo competente, e só n'isso se differenciam dos habitantes das Velhas Conquistas. Todos estes malabares, quer sejam christãos, quer sejam mouros ou gentios, têm em geral as qualidades de soffredores, sagazes, sobrios e fanaticos pelo solo em que nasceram.

Ha uma carreira semanal de paquetes a vapor entre Bombaim e Cochim, que toca no porto de Goa, tanto na ida como na volta. Da nossa cidade á de Bombaim gastam-se ordinariamente quarenta horas na viagem, e despende-se na passagem:

56 rupias em camara de 1. ^a classe
28 " " " " 2. ^a "
10 " " " " 3. ^a "

E de Goa a Cochim, ou vice-versa, empregam-se setenta horas, pouco mais ou menos, no trajecto, e paga-se:

74 rupias em camara de 1. ^a classe
37 " " " " 2. ^a "
12 " " " " 3. ^a "

O resto da navegação de cabotagem na costa occidental do Indostão, a pescaria nos seus mares, bem como o transito fluvial, faz-se em barcos de variadissimas armações a que correspondem, entre outras, as seguintes denominações:

Galvêta, Terrada, Patamarim, Mochuo, Pangaio, Chambuco, Balão, Dengui, Chalupa, Barca, Sualá, Gallia, Manguerim, Batelão, Saudó, Cundró, Lancha, Cotea, Tôna e Almadia.

TÁBUA DAS LATITUDES E LONGITUDES
DOS PRINCIPAES PONTOS DA COSTA OCCIDENTAL DO INDOSTÃO
E PORTOS DO ESTADO DA ÍNDIA

(AS LONGITUDES SÃO REFERIDAS AO MERIDIANO DE LISBOA)

NOMES	LATITUDES	LONGITUDES
Cabo Comorim	8° 03' N.	86° 44' E.
Coulão	8° 54' "	85° 45' "
Cochim	9° 58' "	85° 25' "
Cranganor	10° 12' "	85° 21' "
Calecut	11° 45' "	84° 57' "
Cananor	11° 51' "	84° 33' "
Mangalor	12° 52' "	84° 00' "
Barcelor (pico)	13° 51' "	84° 02' "
Onor	14° 17' "	83° 37' "
Ilhas de Angediva (a mais occidental)	14° 48' "	83° 01' "
Cabo de Rama	15° 03' "	83° 03' "
Goa (forte da Aguada)	15° 29' "	83° 02' "
Tiracol	15° 45' "	82° 51' "
Ilheus Queimados	15° 56' "	82° 03' "
Dabul	17° 30' "	82° 09' "
Chaul	18° 32' "	81° 53' "
Bombaim (pharol)	18° 55' "	82° 06' "
Baçaim	19° 05' "	81° 20' "
Damão	20° 22' "	81° 34' "
Surrate (castello)	21° 41' "	82° 11' "
Diu	20° 42' "	80° 03' "

CAPITULO II

EXTENSÃO E DIVISÃO DO TERRITÓRIO DO ESTADO E SUA POPULAÇÃO

O estado da India portugueza compõe-se das tres comarcas das *Ilhas de Goa, Bardez e Salsete*, ou provincias das *Velhas Conquistas*, das provincias continentaes de *Pernem, Sanquelim ou Satary, Bicholim, Pondá ou Antruz, Astragar, Bally, Chondravaddy, Cacorá, Embarbacem* (estas cinco ultimas tambem têem o nome collectivo de *Zambaulim ou Panchemal*), *Canacona*, o districto de *Tiracol* e a jurisdicção de *Cabo de Rama*, que constituem as *Novas Conquistas*, estendendo-se por vinte leguas de costa, proximamente, desde *Torchem* até *Palem*, sobre o oceano indicio, entre $14^{\circ} 48'$ e $15^{\circ} 49'$ de latitude norte, e contando pouco mais de dez leguas na sua maior largura desde *Mormugão*, sobre o mar, até *Cuessem nos Gates*, entre $83^{\circ} 02'$ e $83^{\circ} 34'$ de longitude a leste de Lisboa; e alem de todo este territorio unido, dentro de cujos limites nenhuma outra potencia tem mando, depende ainda do governo geral da India, o grupo das ilhas de *Ange-diva*, das quaes a principal e unica habitada jaz em $14^{\circ} 48'$ de latitude norte, e $83^{\circ} 01'$ de longitude oriental de Lisboa; a praça de *Damão* e seu territorio adjacente, na costa do norte; a ilha e fortaleza de *Diu*, quasi na bôca da enseada de *Cambaya*, e suas dependencias na costa de Guzarate; e modernamente foi de novo annexado ao estado da India o archipelago

de *Timor e Solor*, que jaz na Oceania. D'este ultimo nos ocuparemos em outro volume, como já dissemos; e quanto ás praças de Damão e Diu, trataremos particularmente d'ellas em capitulo especiaes, no fim d'este tomo.

O territorio das *Velhas e Novas Conquistas*, de que nos vamos ocupar especialmente agora, comprehende uma superficie de 121 leguas quadradas, povoada por 363:788 habitantes, que estão repartidos por 83:556 fogos, componentes de 1 cidade, 2 villas e 421 aldeias e logares, constituindo tres comarcas para a administração judicial, 3 concelhos e 4 administrações fiscaes para o civil, 5 commandos militares, e 98 parochias para o espiritual ¹.

O seguinte mappa mostrará a parte de milhas quadradas que pertence a cada província ou districto, o numero de habitantes por milha quadrada que cabe a cada um d'elles, divisão da população, fogos, povoações e freguezias de cada divisão.

¹ Todo segundo a ultima estatística official que possuímos.

MAPPA ESTATISTICO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA (1).

— 52 —

PROVÍNCIAS OU DISTRITOS	POVOAÇÕES		HABITANTES	EUROPEUS E SEUS DESCENDENTES		ASIÁTICOS		AFRICANOS	SUPERFÍCIE EM MILHAS QUADRADAS	HABITANTES POR MILHA QUADRADA				
	POVOAÇÕES	PAROCHIAS		Mascul.	Fem.	Mascul.	Fem.							
				Mascul.	Fem.	Mascul.	Fem.							
Ilhias de Goa.....	32	29	12.445	45.577	568	450	24.777	22.477	145	460	48	949.52		
Bardez.....	40	26	20.445	99.875	116	95	47.465	52.022	84	93	72	1.387.15		
Salsete.....	67	29	25.599	102.394	134	153	49.840	64	97	102	403.86			
Anjediva	1	1	91	374	2	"	162	206	1	4	371.00			
Pernem	26	2	3.673	22.263	4	4	14.680	10.573	2	73	304.97			
Tiracol	4	"	53	286	1	1	4.438	4.336	"	4	286.00			
Bicholim	29	1	2.957	11.543	131	77	6.030	5.304	1	67	172.28			
Satary ou Sanquelim	88	1	1.975	9.946	59	59	5.262	4.654	13	18	69.07			
Pondá ou Antruz.....	28	3	4.465	28.563	59	44	14.500	13.883	9	8	361.56			
Embarbacem	38	1	1.265	6.445	"	"	3.438	2.977	"	"	34.49			
Astragar	48	1	686	5.253	"	"	2.760	2.493	"	"	68.22			
Bally	27	"	534	4.699	"	"	2.619	2.050	"	"	82.44			
Chondravaddy	49	1	1.437	7.628	3	6	3.947	3.672	"	37	206.16			
Cacorá	2	2	343	2.102	"	"	4.036	4.066	"	5	420.40			
Canacona	7	2	1.959	15.181	1	"	8.006	7.174	"	104	145.97			
Cabo de Rama	1	1	317	1.692	"	"	875	817	"	9	188.00			
Velh. e Nov. Conq. Ias.	424	98	83.556	363.788	1.024	830	178.901	182.344	348	377	4.062	334.06		

(1) Excluem-se as praias de Damão e Diu e as ilhas de Timor e Solar, como antecedentemente havíamos advertido.

N.B. A diferença entre 1.062 milhas quadradas, ou 118 leguas quadradas, que apresenta este mappa, e as 124 leguas quadradas que antes mencionámos como total da superfície das Velhas e Novas Conquistas, provém de incluirmos ali o espaço ocupado pelos rios que dividem umas das outras províncias.

Os limites d'este territorio indiano-portuguez são:

Ao norte—as terras do Sar-dessay Bounsoló, hoje em poder dos bretões, em cuja fronteira temos a fortaleza^a de Tiracol;

Ao sul—os estados de Tipu-Saib, conquistados pelos inglezes; em frente da costa do Canará temos a ilha de Angediva;

A leste—a cordilheira dos Gates, que por esse lado nos separa dos dominios inglezes;

E a oeste—o mar da India.

Quanto a religião, os povos das Novas e Velhas Conquistas da India portugueza dividem-se assim:

Christãos	232:189
Gentios.....	128:824
Mouros	2:775
	<hr/>
	363:788

E por sexos, da seguinte maneira:

Homens	180:240
Mulheres.....	183:548
	<hr/>
	363:788

As Velhas Conquistas formam *tres concelhos*, e as Novas *quatro administrações fiscaes* no tocante á administração civil; a saber:

Concelho das ilhas de Goa, composto das 10 ilhas assim denominadas;
» de Bardez, composto da provincia do mesmo nome e distrito de Tiracol;
» de Salsete, composto da provincia do mesmo nome e da ilha de Angediva;

Primeira divisão das Novas Conquistas, composta da província de Penem;

Segunda dita, composta das províncias de Bicholim e Satary;

Terceira dita, composta das províncias de Pondá e Embarbacem;

Quarta dita, composta das províncias de Astragar, Bally, Chondravaddy, Cacorá, Canacona e da jurisdição de Cabo de Rama.

As Velhas Conquistas governam-se pela legislação judicial e código administrativo portuguezes, com as alterações determinadas em leis especiaes; porém as Novas Conquistas regu-

lam-se pelo seu *codigo de usos e costumes*, e posto que sujeitas aos juizes de direito das *tres comarcas* das Velhas Conquistas — *Goa, Bardez e Salsete* —, conservam a sua antiga e peculiar forma de processo, com appelação para a relação do estado. (Decreto judicial de 7 de dezembro de 1836, artigo 44º.)

O commando militar das Novas Conquistas é assim repartido:

- 1.ª Divisão — Pernem e Tiracol;
- 2.ª " — Bicholim e Sanquelim;
- 3.ª " — Pondá e Embarbacem;
- 4.ª " — Zambaulim, menos Embarbacem;
- 5.ª " — Canacona.

O districto de Cabo de Rama não pertence a nenhuma d'essas divisões, e está sob as ordens do commandante da praça.

O povo das Novas Conquistas só vota na eleição de deputados, depois do decreto de 27 de dezembro de 1844.

O mappa dos circulos eleitoraes do estado da India, segundo o decreto de 21 de dezembro de 1859, é o seguinte:

1.º Círculo — Nova Goa.	{ Ilhas; Pondá, Embarbacem;	Astragar, Bally, Chondravaddy e Cacorá;
2.º " — Mapuçá . . .	{ Bardez; Pernem e Tiracol.	
3.º " — Margão . . .	{ Salsete; Canacona, Cabo de Rama;	Angediva.
4.º " — Damão . . .	{ Damão; Diu.	
5.º " — Dilly	— Timor e Solor.	

Mas com o ultimo recenseamento, feito em julho de 1860, foi em parte alterada aquella divisão, como se vê no seguinte mappa, em que se menciona tambem o numero de eleitores e elegiveis de cada povoação do estado:

	ELETORES	ELEGIVEIS
1.º CÍRCULO ELEITORAL		
<i>Nova Goa e Ilhas</i>		
(Freguezias)		
Pangim.....	357	92
Ribandar.....	94	29
S. Pedro.....	105	20
Taleigão	74	6
Santa Ignez.....	7	—
Santa Cruz	113	16
Bambolim.....	8	—
S. Bartholomeu.....	102	3
Senhora da Graça.....	17	1
Piedade	57	4
S. Mathias.....	53	6
Naroa e Vauxim.....	35	2
Santo Estevão.....	488	3
S. Braz	209	9
Corlim	30	4
Carambolim.....	26	3
Azossim	1	—
Neurá e S. Simão.....	33	6
Mandur	77	—
Mercês	56	6
Santa Barbara.....	21	—
Curca	24	1
Goa Velha.....	152	8
Batim	10	2
S. Lourenço	60	3
Sant'Anna	4	—
Seridão	11	—
<i>Pondá</i>		1:995
(Aldeias)		224
Adeolná.....	9	—
Bandorá.....	34	—
	43	—

	ELEITORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte</i>	43	-
Betgui	10	-
Betodem	7	-
Borim	48	4
Borná	4	-
Candeapor	24	2
Candola	2	-
Coddar	6	-
Conoscem	6	-
Cuncalien	13	-
Cutri	9	1
Cundain	29	2
Marcaim	33	-
Nerancal	7	-
Orgão	21	-
Panchavaddy	17	-
Priol	49	8
Querim	42	1
Queulá	115	11
Sirodá	60	-
Talandim	15	-
Tiverem	4	-
Vaddy	8	1
Vagurbem	2	-
Velinga	3	-
Verem	25	4
Volvai	13	-
<i>Astragar, Embarbacem, Bally, Chondravaddy, Cacorá e Canacona</i>	617	31
(Aldeias)		
Batty	18	-
Bilvem	4	-
Colomba	11	-
Cumbari	4	-
Cunaga	1	-
Curdy	9	-
	44	-

	ELETORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte.</i>	44	-
Curpem	40	-
Netrauly	41	-
Nunden	2	-
Rivona	17	1
Salginem	1	-
Verlem	2	-
Vichuadrem	2	-
Viliana	4	-
Zagni	1	-
Atbarcem	5	1
Bandorbarcem	6	-
Callem	7	-
Codly	4	-
Collem	4	-
Sancordá	5	-
Salanly	13	1
Surla	3	-
Tuddon	3	-
Arally	20	-
Barcem	25	-
Bally	8	-
Maina Sulcan	10	-
Amona	3	-
Ambauly	4	-
Assoldá	22	-
Aveddem	7	-
Curchorem	9	-
Cusmane	17	4
Cottomby	12	-
Molcornem	42	-
Oddar	6	-
Quepem	5	-
Sirvoy	8	1
Helvona	12	-
Heldeur	16	-
Cacorá	27	-
Canacona	27	-
	424	8

	ELEITORES	ELEGIVELIS
<i>Transporte.....</i>	424	8
Cotigão	17	—
Cola	36	1
Gaundongrem	9	—
Laliem	74	—
Nagarcem.....	23	1
Poinguinem.....	44	—
	627	10
<i>Bicholim e Satary</i>		
(Aldeias)	—	
Amaná, de Bicholim.....	13	—
Arvollem	1	—
Advolpal	12	—
Atorly	1	1
Barden	2	—
Cundone	6	—
Carapur	20	—
Cassabe, de Bicholim	46	14
Cottomby.....	1	—
Dumaxem	2	—
G angem	1	—
Latarbacem	32	—
Lamagão	2	1
Mercurem	3	—
Mahem.....	7	—
Manlinguem.....	8	—
Mulgão.....	3	—
Narvá.....	8	—
Navelim.....	13	—
Pessurlem	10	—
Pally	9	—
Piligrão	11	—
Sirigão	3	—
Querem de Satary.....	—	1
Sorvono.....	1	—
Salem.....	12	—
Surla	31	—
	258	17

	ELEITORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte</i>	238	17
Usgão	33	-
Vainguiny	6	-
Velguem	9	-
Virddy	1	-
Ambeddem Codal	1	-
Ambeddem Bombedem	6	-
Cassabe, de Sanquelim	19	4
Cottodem	2	-
Corombely Chandegdem	4	-
Caschirein	3	-
Codqui	1	-
Davem	2	-
Dongurly	3	-
Govanem	2	-
Gullulem	1	-
Edoddem	2	-
Hondó	3	-
Morlem	1	-
Nanoddem	1	-
Namly	-	-
Nogorgão	4	-
Padely	1	-
Pariem	2	-
Podoxem	1	-
Sonaulim	2	-
Singuem	1	-
Sonos-vomvolem	4	-
Vona	1	-
Velguem	2	-
Vantem	1	-
2.º CIRCULO ELEITORAL	377	21
<i>Bardez</i>		
(Freguezias)		
Assagão	116	26
Aldoná	224	15
	340	41

	ELEITORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte.....</i>	340	41
Anjuna	105	21
Assonorá	27	4
Cadolim	169	29
Calangute	184	41
Colvalle	59	17
Guirim	212	18
Linhares	22	6
Mapuçá	409	38
Moirá	101	10
Nagoá	293	40
Nachinolá	39	8
Nerul	66	7
Oxel	23	2
Pilerne	43	6
Penha de França	51	5
Pomburpá	74	8
Parrá	102	17
Reis magos	82	25
Revorá	71	7
Siolim	106	30
Socorro	130	22
Salvador do Mundo	104	24
Tivim	72	13
Ucassaim	84	11
	2:963	450
<i>Pernem e Tiracol</i>		
(Aldeias)		
Alorna	7	-
Arambol	3	-
Agarvadó	2	-
Cassabe, de Pernem	10	4
Corgão	9	-
Cançarvonem	3	-
Chopodem	2	-
Chandel	3	-
Dargalim	6	3
	45	7

	ELEITORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte.....</i>	45	7
Ibrapur	2	—
Morgim	9	—
Mandrem	12	—
Parcem	2	3
Paliem	1	—
Querim	5	1
Porcem	8	—
Tambocem	4	—
Tuem	5	1
Tiracol	6	1
Virmodeim	2	—
Varecondá	1	—
3.º CIRGULO ELEITORAL	102	13
<i>Salsete e Angediva</i>		
(Freguezias)		
Assolná	42	19
Benaulim	64	32
Betalbatim	45	22
Carmoná	78	43
Chinchinim	236	29
Concolim	86	6
Chicalim	7	2
Curtorim e S. José de Areial	106	35
Cortalim e Sancoale	32	9
Chandor	23	31
Colva	51	27
Ilha de S. Jacinto	—	1
Loutolim	40	32
Macasana	41	9
Majordá	56	37
Murmugão	34	4
Margão	231	146
Navelim	140	22
Orlim	45	15
Praça de Angediva	3	3
	4.300	494

	ELEITORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte.....</i>	1.300	494
Parodá	3	2
Raia	46	26
Rachol	22	15
S. Thomé.....	15	29
Seraulim	28	6
Verná.....	38	19
Varca	28	11
Vellim	74	5
Velção	39	12
4.º CÍRCULO ELEITORAL	1.593	619
<i>Damão</i>		
(Aldeias)		
Bempor	28	-
Bangi Metta	3	-
Calicachigão	43	-
Carivary.....	104	2
Catria	384	1
Campo dos Remedios	221	6
Caria.....	51	-
Deucá.....	39	-
Damão de Cima.....	96	-
Doler	29	-
Dundortá	59	-
Dabel	42	-
Dadará	1	1
Damão pequeno.....	719	50
Jumprim	206	3
Jary	9	-
Jampor.....	9	-
Janivancar.....	20	-
Magarvará	145	-
Marvor	26	-
Nailá Padi	7	-
Prial	19	-
Palhita	4	-
	2.264	63

	ELEITORES	ELEGIVEIS
<i>Transporte</i>	2:264	63
Praça	15	6
Riganvará	8	-
Varacunda	428	-
	2:415	69
<i>Diu</i>		
(Freguezias)		
Santo André de Brancavará.....	426	3
Nossa Senhora da Conceição	4:449	28
	4:845	31

A capital de todo o estado é a cidade de Nova Goa, e existem mais na província as cidades de Damão e Diu, e as villas de Margão, Mapuçá e Dilly (em Timor). O resto da povoação compõe-se de aldeias.

CAPITULO III

CLIMA, SOLO E PRODUÇÕES

Apesar das repetidas diligencias dos governos para melhorar o estado sanitario da India portugueza, principalmente nos ultimos trinta annos, ainda muitos dos logares d'aquelle provincia podem ser considerados insalubres, com especialidade os que estão cercados de pantanos ou situados perto de rios, cujo trasbordamento de aguas, que se estagnam, tudo infeccionam; d'ahi se têm originado varias epidemias, e como consequencia o abandono de alguns d'esses sitios, que ainda hoje se conservam desertos. Entretanto ha muitos logares saudaveis no territorio do estado, com particularidade nas Novas Conquistas, e comarca de Salsete, que quasi toda goza de bons ares e possue optima agua e terrenos feracissimos.

O clima da India é muito quente nos mezes de abril, maio, outubro e novembro, mas n'esses mesmos mezes reinam os ventos do quadrante nordeste com bastante força que refrescam o ambiente; em dezembro e janeiro declaram-se os terraes, e é essa a estação mais fresca do anno n'aquellas partes.

Desde os fins de maio, começo ordinario do inverno na costa do Malabar, até ao mez de setembro, o mais aprazivel de todos, especie de primavera para aquella parte da India, os ventos sopram, humidos e tempestuosos, do quadrante sudoeste.

Ha ali só duas estações do anno bem caracterisadas: o verão, ou tempo secco; e o inverno, ou tempo da chuva. Nas

mudanças de estação, especialmente do estio para o inverno, é que mais se desenvolvem as febres endémicas, que, em geral, não passam de sezões benignas.

O *cholera* tambem visita amiudas vezes aquelle paiz tão visinho do seu berço, o Ganges; e á data das ultimas notícias fazia estragos na população indígena das praças de Damão e Diu.

Os ares da cidade de Nova Goa, principalmente no bairro da antiga capital, são nocivos á vida dos europeus, e ainda dos nativos, com especialidade nos mezes de outubro, novembro e maio. A epidemia que se declarou na velha cidade em 1635, poz em fuga os mais ricos de seus habitantes, depois o governador, e sucessivamente todas as repartições publicas. Debalde o governo da metropole ordenou passados annos (1774) que se reedificasse a cidade abandonada; os novos predios nunca tiveram moradores, e a acção do tempo os desmoronou na solidão.

Pangim é mais saudavel do que a velha Goa; porém havia na ilha um sitio melhor, pela sua bondade climaterica, para ser assento da capital da Asia portugueza: era o morro do Cabo, onde existem algumas casas da companhia ingleza das Indias, as quaes servem de hospital de convalescentes a muitos bretões domiciliados em diversos pontos do Indostão.

Já em 1685 se tinha começado a elevar uma nova cidade, para capital do estado, na praça de Mormugão, logar tambem sadio; muitos edifícios se chegaram a concluir, e até o vice-rei mudou para ali a sua residencia em 1703; porém todas as obras foram suspensas por determinação regia em 1712.

As doenças mais communs na India em todas as estações do anno são: as febres intermitentes de todos os typos, complicadas com engorgitamentos activos ou passivos, que muitas vezes precedem as febres e outras as seguem ou acompanham; as febres remittentes simples ou acompanhadas de inflamação de algum orgão do abdomen (gastricas) ou do peito; as febres perniciosas, hoje mais raras, por serem logo

atalhadas as simples intermitentes com o sulphato de quinino; as pleuro-pneumonias, as hepatites e as dysenterias, que eram antigamente a mais mortifera de todas as molestias do paiz, porém que hoje são combatidas pela medicina, com bom resultado no maior numero de casos¹.

As terras do estado da India compõem-se de argilas de diversas cores: azulada, vermelha, amarella e branca, e côr de carne e branca; encontra-se tambem ali o quartzo muito sólido, de côr escura, e o quartzo côr de leite; o *ferrum haematis*, de côr rubra, tendo quartzo por base; o *ferrum haematis lamellosum*, o *ferrum haematites compactum*, e em alguns outros estados; mas não consta que haja fosseis petrificados, pedras calcareas silicinas, betumes, saes e enxofres, nem innumeras outras producções que fazem rico o reino mineral².

O gado vaccum do paiz é pequeno e fraco; os bufalos são ali empregados na lavoura e no transporte de cargas. Os porcos são de má qualidade, e o mesmo se pôde dizer dos carneiros e cabras. Os cavallos são pequenos e ruins. Burros não os ha n'aquellas provincias. Nos seus matos encontram-se tigres, bufalos bravos, ursos, macacos, adibes, rapozas, veados, corças, porcos montezes, javardos, gazelas e lobos; nas povoações ha o catanduro, especie de rato bravo, mui damninho, habitante dos forros das casas.

Encontram-se tambem na India portugueza gallinhas, perus, patos, gansos, lebres, patos de coral, pombos, pavões em abundancia, rolas, pombos verdes, codornizes, perdizes, etc. garças, marrecos, gallinholas, galeirões e outras aves aquáticas; papagaios, dominicos, martinhos, papafigos e outros passarinhos de canto e vista.

Por toda a parte da India se topa com reptis venenosos; os

¹ Relatorio do cirurgião mórl do estado da India José Antonio de Oliveira, de 11 de junho de 1853.

² Idem.

mais temíveis d'estes são: a cobra de capello, a cobra alcatifa, a vibora. Nos rios encontram-se os jacarés ou crocodilos.

As principaes producções d'aquelle solo, quasi todo fértil, mesmo na parte montanhosa, são: cereaes, coco, sal, areca e fructas; em Canacona dá-se mais especialmente o linho canhamo, e a pimenta redonda e longa; em Zambaulim a canela do mato; todo o paiz abunda em plantas medicinaes, de que tém vindo amostras para a metropole, e que servem aos gentios no tratamento de quasi todas as doenças.

As arvores de fructo e de construcção que se acham nos seus campos e florestas são: aldavane, cajuris, cajueiro, figueira, jaqueira, aguieiro, jambuleira, mangueira, palmeira de coco, palmeira brava, quer, tamarindeiro, teca, rajalum, hedu, honvôleiro, bocôdio, cumbyo, honty, sadri, sicô, maretta, corchongo, quinzol, nanom, assono, miryo, congue, dambono, zambó, etc.

Cereaes, legumes, fructas, hortaliças e outros productos do paiz: trigo indiano, milho, maguire, bate, codra, feijão, juar, langa, mugo, nachinim, tori, urida, val, gontual, arroz, cevada, bajeri, grão, coco, cholá, govar, ananaz, manga, cajú, banana, papaia ou mamão, figo, morango, uvas, melão, amora, batata doce, patêca ou melancia, ata ou fructa do conde, fructa de Adão, matomba, toranja, laranja, limão, cidra, romã, semente de carrapato, sal, tabaco, vinho de palmeira, gerge-lim, maurá, pimenta, jagra, azeite, açafrão, batata, linho canhamo, canela do mato, oleo de ricino, alforvas, algodão, kussomba, mostarda, rajugra, funcho, indigo, amphião, cominhos, canna de assucar, gengibre, cebola, alho, rabano, abóbora, inhame, cenoura, quiabo, areca, cairo, sifa, salitre, brindão, copra, cal, anil, sumauá ou panha, culita, betele, café, pimentão, salsa, bretalhe, gonçalim, ervilha quadrangular, pepino, alface, chicoria, couve ordinaria e lombarda, almírão, bredo, beringela, tomate, repolho, etc.

Plantas medicinaes e outras vulgares na India portugueza: curcuma rotunda, amomum zingiber, canna indica, piper ni-

grum, piper betel, tamarindus indica, coffea arabica, datura stramonium, datura fastuosa, solanum nigrum, solanum melongena, solanum edule, solanum indicum, solanum fuscatum, capsicum annum, capsicum baccatum, sapiendus saponaria, cassia fistula, cassia tosa, tasquilô, cassia lignea, cesalpina sappan, anacardium occidentale, rhiophora conjugata, rhiophora mangles, agrimonia repens, euforbia canariensis, euforbra terucalli, punica granatum, mentha crispa, mentha viridis, brassica napus, sinapis orientalis, abustilon ida et striatum, sida indica (a verdadeira malva não se dá em Goa), abrus precatorius gincho (antidoto da mordedura da cobra), ricinus communis, areca catechu, mirobalanus, cambogia gutta, aloes, citrus medica, citrus aurantium, parietaria officinalis, digitális purpurea, asplenium trichomanoides, triticum repens, althéa officinalis, calamus draco, calamus aromaticus, strychnos nux vomica, cissampelos pareira, scilla maritima, periploca indica, amomum cardamomum majus et minus, plantago psillium.

Nos jardins, e mesmo nos campos, se encontram lindas flores indigenas e muitas exóticas, posto que algumas d'estas degeneradas.

Ha tambem minas de ferro no estado da India, nas faldas do oiteiro de Bagá, em Bardez, nas províncias de Satary e Pernem, e sobretudo nas províncias de Zambaulim, das quais se extrahe todo o ferro que se manipula no mesmo estado; desde remotos tempos se empregam centenares de operários, pela mór parte naturaes de Navelim de Salsete, nas muitas forjas d'aquellas províncias.

Os locaes em que existem as principaes minas são estes: Corcoremansotembo, Serdosem, Pigáun, Collém, Calém, junto ás faldas das montanhas dos Gates, na província de Embarracem;

Netornim, Batím, Curdim, Badém, Tursay, Rivana, Colombo, na província de Astragar;

Malcornem, na província de Chondravaddy.

Nas aguas da barra de Goa encontram-se perolas, cuja

pesca era outr'ora prohibida para não prejudicar a de Ceylão; hoje, que deve ser livre, não tenta, que nos conste, os especuladores; e lá continua a jazer no fundo do mar, desproveitada, aquella grande riqueza.

CAPITULO IV

COMMERCIO, AGRICULTURA E INDUSTRIA

Quando se projectou e conseguiu o descobrimento da India não era com vistas de fundar castellos nem conquistar vastos territorios n'aquelle parte do mundo, mas unicamente com o pensamento de adquirir o exclusivo do commercio marítimo, e sustenta-lo pelo poder das nossas armadas. Tal era a opinião do primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida, o qual praticamente a demonstrou, poisque tendo feito erguer, segundo as ordens que levava da corte, uma fortaleza na ilha de Angediva, a mandou arrasar por inutil passados dois annos, e esqueceu a fortaleza de Cananor, tambem começada por elle, a ponto de correr risco de se perder ainda no tempo do seu governo. Almeida estava persuadido de que bastava dominar o mar para ter sujeita a terra; não queria praças fortes na India, contentava-se com a edificação de algumas feitorias no litoral para commodidade das carregações, e ter os mares limpos de inimigos; porém Albuquerque encarou as cousas por diversa face. A India ficava muito distante de Portugal, a navegação pelo cabo da Boa Esperança era perigosa e incerta, e se uma tempestade ou um renhido combate causasse grossas avarias no todo ou parte da frota, não teria donde ir reparar as perdas ou pedir socorro, porque se carecia de anno e meio, pelo menos, para levar a noticia á metropole e receber de Lisboa o preciso auxilio. Demais o governo portuguez projectava a total destruição do commercio dos árabes, e um tal

designio não poderia realizar-se, sem que as principaes escalaas d'esse commercio—Adem, Ormuz e Malaca—caissem em poder dos nossos. Estas considerações apressaram o abandono do primitivo plano; a idéa mais prudente foi abandonada, e logo o segundo governador da India fundou a capital de um estado portuguez-oriental em Goa, rendeu e fortificou Ormuz e Malaca, e começou a erguer essa serie de castellos, continuada por seus successores, aonde tremulou a bandeira de Christo, desde Sofala até ás Molucas.

A despeito do apontado erro politico, o commercio portuguez do oriente tomou as mais amplas proporções, e fez concorrer ao Tejo os mercadores de todas as nações, que anteriormente buscavam a rainha do Adriatico para adquirirem por permutação a especiaria da India e das Molucas, os metaes preciosos de Sumatra e do Japão, as perolas, rubins e diamantes de Ceylão, Pegu e Narsinga, os artefactos da China e da Persia, o sandalo de Timor, e outras valiosas madeiras, estofos, lavores, essencias e fructos de toda a Asia e Oceania.

No principio da conquista da India o commercio da especiaria era um monopolio real, e a sua permutação por mercadorias europeas andava ajustada, a preço fixo, com os reis do Indostão, em cujos portos tinhamos feitorias; os outros generos de importação e exportação pagavam direitos á corôa de Portugal nos logares em que possuímos fortalezas, e se comutavam livremente nos demais pontos da Asia.

Como porém os mercadores da India eram os mesmos guerreiros da conquista, tratavam sempre dos negocios com a espada em punho ou com o arcabuz apontado, afugentando assim o pacifico negociante de transacções em que faltava o necessário equilibrio e até a segurança pessoal; e para que nenhum mal deixasse de flagellar os povos conquistados, creou-se na India o sanguinario tribunal da inquisição! Eis o que diz ácerca do assumpto o vice-rei João de Saldanha da Gama, em seu ofício de 19 de dezembro de 1729:

« Toda a ruina d'este estado consiste visivelmente na *falta*

de commercio, e esta falta provém de dois motivos: *o primeiro, o horror que todos os mercadores*, que só são gentios e mouros, *têm ao procedimento do santo officio*, não só pela diabolica paixão com que sentem verem ultrajados os seus ritos, mas tambem *pelo que padecem nos carceres, aonde es-colhem morrer*, por não alterarem a ceremonia de não comearem e beberem diante de christãos, nem vianda preparada por mãos de pessoas que não sejam da sua casta; e sendo muitas as que entre si tem, não pôde haver carceres separados para tantas castas. » . . . « Não sei o regimento que a inquisição tem para conhecer de culpas de homens que nunca foram catholicos, e vejo sim, que pela excessiva quantidade de presos d'esta qualidade, está despovoada toda a provincia do norte, perdida a admiravel fabrica de Taná, que hoje se começa a estabelecer em Bombaim, de donde os inglezes levam todos os camelões de seda, lã, todos os gorgorões, lençós de seda e picotilhos que introduzem n'essa côrte. »

O monopólio do commercio que até então pertencia ao governo, passou em 1587 para uma *companhia portugueza das Indias Orientaes*, a qual pouca influencia chegou a obter, por ter sido sempre contrariada pelos vice-reis e outros magnates d'aquellas partes. Creou-se depois outra *companhia de commercio da India*, aprovada por carta regia de 16 de março de 1697, mas logo extinta em 14 de março de 1701, por causa da perda de Mombaça, pois que o seu principal tráfico se fazia na costa de Melinde. Esta associação oferecia anualmente a el-rei um donativo de 66:333 xerasins.

Ainda em 1788 se instituiu outra companhia, que pouco tempo durou, e cujo fim era a exportação de algodões para a China; e por portaria do vice-rei, de 5 de maio de 1828 fundou-se a *sociedade patriotica agricola dos baldios das Novas Conquistas*, com o fundo de 40:000\$000 réis fortes, a qual arroteou os *campos de Portugal e Castro* em Uguem, e os de *Lopes de Lima* em Collem, ambos pertencentes á provincia de Embarbacem. O seu estado actual não é prospero.

Existem actualmente no estado da India tres *companhias commerciaes*: a de *Goa*, aprovada provisoriamente por portaria do governador geral de 16 de março de 1847 e definitivamente auctorizada por decreto de 11 de agosto de 1851, sem fundo limitado; a de *Diu*, creada em 1859, com o fundo de 50:000 xerasins, e a de *Damão*, instituida em 1858, com o fundo de 30:000 rupias.

O commercio das praças do norte (Diu e Damão) foi outr'ora muito productivo; a sua decadencia actual provém de fazerem concorrencia aos tecidos de Diu as fazendas americanas, destinadas ao trafico da Africa oriental, e a não ser exportado o amphião em larga escala de Damão para os portos da China; quanto a Goa, quasi que exporta unicamente algumas fructas (d'entre as quaes as mangas *affonsinas* e *fernandinas* são excellentes), e em muito pequena escala areca, sal, salitre, pimenta redonda, canella, cairo, fenim e varias gommas.

A India portugueza ainda importa arroz para sustento dos seus habitantes. De Lisboa recebe vinhos, carnes ensacadas, azeite doce, aguardente, vinagre, chocolate, chapéus, cortiça, papel e miudezas; de Moçambique vem-lhe oiro em pó e em barras, tartaruga, dentes de cavallo marinho, unicornio e marfim; de Macau, chá, assucar, sagú, rotim, seda, louças, fazendas e quinquilherias da China; dos portos do sul do Malabar, arroz, copra e tabaco; de Bombaim, todos os objectos de luxo.

Importa mais, pelos *portos secos* de Balagate e Belgão, nas alfandegas da fronteira dos Gates, fazendas brancas e pintadas, arroz, trigo, tabaco em folha, pimenta redonda, linho canhamo, cera bruta, salitre e outros objectos menos importantes; e exporta pelos mesmos pontos sal, cocos, copra, areca, peixe salgado, aves e fructas.

Alem dos objectos apontados, despacham-se nas alfandegas, para consummo, os seguintes artigos de commercio interno: Adubos ou temperos, bambús, manteiga da terra, solam de brindão, batte, nachenim, tory, trigo, mugo, grãos, urida,

copra aparada, areca vermelha, dita branca, jagra de canna, pontas de veado, brindão, alhos, pimenta longa, louça de barro, lenha, madeiras, telhas, foguetes, pratos de folha de bananeira, casca de maretá, alejas, sussins, lenços, peduvens, mangas, bananas, toranjas, laranjas, patécas (melancias), cajú, chuname (cal), sifa, azeite de coco, ananaz e outras fructas e hortalicas.

A navegação entre a metropole e Goa, que a principio se fazia pelas esquadras da monção annual, e depois pela chamada *nau de viagem*, está hoje a cargo de poucos navios mercantes portuguezes; mas os portos da India são igualmente frequentados por embarcações estrangeiras que ali podem fazer livre trafico. Ainda resta alguma navegação entre estes portos e os da Africa oriental, e cremos que devem animar-se as suas relações com Macau, em vista das condições assignadas pelo governador geral da India em 24 de janeiro de 1839, cujo resumo é o seguinte: — É admittido a deposito, por prazo illimitado, na alfandega de Nova Goa, para ser reexportado para Macau, ou qualquer outro ponto da China, o amphião transportado dos portos da Persia para o de Goa, por conta dos negociantes de Macau, debaixo da firma de Maximiano Antonio dos Remedios. O estado fica responsável pelo amphião, e percebe o direito de 16 patacas por cada caixa reexportada.

A navegação de cabotagem entre Goa, Damão, Diu, Bombaim, Cochim e outros portos da costa occidental do Indostão, é feita por inumeras embarcações de vela, de diversas dimensões e bandeiras, e por alguns pequenos barcos a vapor ingleses; porém o commercio costeiro que d'abi resulta para as possessões portuguezas nem chega a ser a sombra d'aquelle espantoso trato de que elles foram ricos empírios.

Com um commercio limitadissimo, e quasi nenhuma industria fabril, só resta aos povos da India portugueza o recurso da agricultura; porém a mingua de braços, os preconceitos das castas, que a muitos faz conter no modo de vida que seus paes tiveram, a influencia do clima, cujo calor constante e ex-

cessivo convida á inacção, são causas do atraso na cultura das terras; portanto só nas *communidades agrarias* se pode dizer que está a riqueza agrícola, cujo producto se reparte pelos gancares e interessados¹; o resto do povo é quasi todo pobrissimo².

A agricultura d'este estado havia sido descuidada desde o tempo da conquista, até que o omnipotente marquez de Pombal tentou promover o seu melhoramento, com a provisão de 21 de abril de 1771; tratou-se então do fornecimento de um celleiro publico; creou-se em 1776 um *intendente da agricultura do estado* (cargo que durou até 1834); isentaram-se de dízimo por dez annos as novas culturas (assento de 23 de março de 1781), e na mesma data se creou uma *junta da agricultura*, composta do governador, chanceller, secretario do governo, intendente da agricultura e um lavrador de cada comarca ou província.

Foi necessário usar da força para conseguir que os povos cultivassem o sustento de que careciam; multas, prisões, todo o genero de violencias era empregado pelos governantes para alcançar dos governados que amanhassem as terras, abrissem lagoas, semeassem legumes e plantassem cafeseiros, algodoeiros e arvores de construcção. Hoje está muito mais desenvolvida a cultura do que no seculo passado, mas ainda assim luta com os inconvenientes que apontámos.

¹ Segundo se vê do foral de 16 de setembro de 1526 cada aldeia ou circulo territorial era possuída, no tempo da conquista, por um certo numero de familias ou *vangores*, e os membros d'ellas eram chamados *gancares*. Concedeu-se-lhes ficarem com o que possuiam, pagando cada aldeia ou comunidade á fazenda os fóros que o antigo dominante percebia. As comunidades agrícolas compõem-se de *gancares*, *joneiros*, *culacharins*, *rantellos* ou *rantellis*, e *cuntocares* ou *interessados*. (Acerca d'estas entidades e da sua origem, consulte-se a *Collecção de leis peculiares das comunidades agrícolas*, 5.^o vol. do *Gabinete litterario das Fontainhas*, 1855.)

² Aqui, como em outros muitos lugares d'este livro, seguimos a *Memoria descriptiva e estatistica das possessões portuguezas na Asia*, pelo desembargador M. F. Lousada de Araujo.

O arroz constitue a principal subsistencia de todas as classes e castas na India; apparece em todas as mesas, acompanha todas as eguarias, mistura-se nas massas e doces, e até toma parte nas ceremonias gentilicas; é portanto o principal ramo da agricultura, como objecto de primeira necessidade, e por isso deve desenvolver-se a sua plantação até que satisfaça ás exigencias do consummo¹. Muitos terrenos do estado da India produzem duas novidades de arroz: a do serodio, que se semeia no principio da estação das chuvas e se recolhe no fim d'ella, e a da vangana, que se semeia em dezembro e se colhe em março.

Conviria animar a plantação do algodão, que o ha de quatro especies na costa occidental da India; o café, que é melhor do que o da America, e a pimenta redonda que em parte alguma se dá tão bem como na costa do Malabar. O terreno das vizinhanças de Goa é optimo para esta cultura². Já se tentou ali, mas sem fructo, adquirir o amphião; a papoula não se dá bem com aquelle solo³.

A cultura das palmeiras acha-se desenvolvida em grande escala na India portugueza; os goanos quasi que as adoram, e com razão, porque nenhuma outra arvore é mais util, nem reune maior numero de productos. Ouçamos como a seu respeito se expressá o desembargador Lousada, na já citada Memoria:

«A industria a faz ser proveitosa em todas as mãos, em todos os misteres, e até em quasi todas as necessidades domesticas. O seu fructo serve para comer, para doces, e entra, bem como a agua que existe dentro do coco, em todas as comidas e eguarias. Na casca do coco cresce o cairo de que se fazem

¹ Por um mappa feito em Goa, por ordem do governador visconde de Ourem, vê-se que no anno agricola de 1850 a 1851 houve uma deficiencia de arroz, correspondente a 113 ½ dias de consummo.

² *Memoria sobre as possessões portuguezas da Asia*, pelo desembargador Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto. Nova Goa, 1859.

³ Idem.

cordas, amarras e cabos para os navios. Do coco secco, que chamam cópra, se extrahe excellente azeite para luzes, e geralmente usado na comida. A mesma casca do coco partida forma uma especie de cuia, de que a gente pobre se serve para por ella beber; e a chareta, lenha que se faz do entre-casco do côco, se reduz a carvão, de que usam os ourives e fundidores. Os resíduos do coco pisado têm o nome de pinaca, e é excellente para sustento dos porcos e do gado. As folhas da palmeira tecidas formam o que chamam olas, e servem para cobertura de barracas e para tapumes; soltas se empregam, como entre nós o colmo, para servir de telhados nas choupanas: no tallo da folha, junto ao tronco da arvore, apparece uma especie de musgo, de que se faz uso para isca: da raiz, que é á feição de uma cebola, fazem baldes com que tiram agua dos lagos artificiales, para rega da vangana. Os filamentos das mesmas folhas são como guita, com que cosem as almadias; fazem d'ellas vassouras, pinceis e outras bagatellas. O tronco se emprega em construcção de casas, para ripas, etc. A madeira da palmeira brava é de rigidez igual ao ferro, e por isso d'ella fazem até grandes prégos para a construcção das casas.

«Ainda outros productos da palmeira são a sura, jagra, o vinho e o vinagre. A *sura* é um liquido que se tira da bainha do cacho da palmeira, e d'ella se faz a *jagra*, especie de assucar, de que muito usam os gentios, e mesmo outras pessoas na confecção dos doces. Da sura distillada sáe a *urraca*, especie de aguardente, que em mais subido grau se chama *fenim*, e é o vinho commun da gente ordinaria, e dos que não podem comprar o de uva, que lhe vae de Lisboa ou de Bombaim. O vinagre faz-se da mesma sura fermentada... e é ainda a palmeira a unica planta que paga diversas e vantajosas contribuições ao estado.»

A aréca é o terceiro ramo da agricultura da colonia, mas a principal plantação d'estas arvores faz-se nas provincias das Novas Conquistas; exporta-se para tinturaria, e consome-se

no paiz, mascada de mistura com o *betele*, que é uma folha muito estimada.

Há no estado da India grande abundancia de sal; a canela do mato e o linho canhamo cultivam-se nas Novas Conquistas; o tabaco, o anil e a sumaúma dão-se ali espontaneos. A canna de assucar é tambem planta indigena.

Há ainda o *berindão*, que serve para comer, e de cujo caroço se prepara uma massa oleosa, boa para luzes e para outros usos; o gergelim, de que se extrahe o azeite, e o cajú, de que se faz vinho.

A colheita dos legumes é mediana, mas abundante a das fructas. Os tamarindos servem, alem de outros usos, para preparar o peixe e carne que se exporta para Moçambique e outras partes, misturando-lhe sal, pimenta e vinho de palmeira.

Tambem podiam com vantagem concorrer ao commercio europeu as seguintes drogas da India:

Almiscar; aloes; borax ou tincal; beijoim; cardamomo; camphora; cravo da India; canela da China e do mato; enxofre; gengibre amarella e branca; gomma alcatira, arabica, ammoniaca, galbano, myrrha; gutta; incenso; noz moscada; oleo volatil de canela, de noz moscada, de cravo; opio; pedra hume; ruibarbo; sagü; sangue de drago; salitre; sal ammoniaco; senne; sassafraz.

Quanto á industria manufactureira, existem n'esta colonia, alem da fabrica da polvora, que pertence ao estado, uma de assucar em Collem, propriedade da sociedade dos baldios das Novas Conquistas; outra de licores em Margão, pertencente ao sr. Bernardo Francisco da Costa; varias fabricas de tecidos em Diu e Nova Goa; outras de cabos de cairo em diversos pontos; algumas de cera na comarca de Salsete, e ferrarias nas Novas Conquistas. Houve teares em Combarjúa, por conta da fazenda publica, mas deram prejuizo, e por isso acabaram. Luiz José de Moraes Sarmento levantou depois uma fabrica de tecidos em Taleigão, porém teve a mesma sorte, e igual

sim alcançou outra de José Rodrigues Moreira, em Ribandar. Ainda ultimamente se tem feito repetidas tentativas, com pouco sucesso é verdade, porém que atestam a perseverança dos industriaes da India portugueza.

Na exposição que teve logar no principio d'este anno em Goa apareceram muitos objectos dignos de attenção, tæs como: ricas obras de sandalo, tartaruga e marfim, filagranas de oiro e esmalte, tecidos de algodão, lençaria, atoalhados, vinhos e vinagres da terra, aguardente e assucar de canna, polvora, pistolas de *revolver* e outras armas, esmeradas encadernações, modelos de machinas, grupos de figuras de barro, quadros, desenhos, flores artificiaes, rendas, tapetes, bordados, e outras obras de senhora, tudo manufacturado n'aquelle paiz.

E já na exposição de Madrasta, em 1859, tinham apparecido os seguintes objectos, enviados de Goa:

Ferro em bruto; argila; taiquiló; vaicanda (*acarus calamus*); sebo vegetal (azeite de brindão); noz vomica; tamarindo; arroz asgó, com casca e sem casca; arroz corgunto, cherim e pacharil; milho; mugo; urida (*Phaseulus urida*); feijão; culita; curiandro; pimenta longa; mostarda; açafrão; gengibre; pimenta redonda; anona brava; castanhas de cajú; cocos; areca; teslam; coitan (drupa); solam de brindão; mel; ag ra da palmeira e de canna; assucar de canna; café; licor de aniz, de amendoa e de rosas; vinho de cajú e de jambolão; espirito do coqueiro e da canna de assucar; vinagre de canna de assucar; sal marinho; gomina de cajú; azeite de coco, de gergelim e de brindão; oleo de cajú, de puna, de sementes de undá e de cointan; cera; sementes de gergelim, de carrapato, de undá, de cangi, de sôn (linho), de puna, de coitan e de brindão; rimto; casca de cajú; mirabolanos; fibra de pita, de cairo, de linho canhamo, de algodão e de panha; nachenim; e as madeiras nanó, ambó, cedro, adão, miriô, iri, quir, naguin, bendi, siçó, nachampó, asson, corningo, eda, mareta, cumbió, cirosso, teca, calo-gundo, moy, chivon, jam-

boli, pungi, paû, dumbariô, zambó, cudchampó, quinzol, ja-queira, outo, onvoleira, sadrá, balea, aldevano, damani, sa-mar, peba, ker, tarasse, bindá, damorá, calame, teca, rosa, biá, chaniá, cady, bidá, timly e sivone.

Os ourives do Indostão imitam com facilidade qualquer ob-jecto de oiro ou prata, e trabalham com a mais resumida fer-ramenta que pôde imaginar-se e por um preço insignifican-tissimo; os artífices dos outros officios mechanicos são, em geral, menos perfeitos no estado da India, mas não deixam de se encontrar ali, -melhores ou peiores, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, ferreiros, latoeiros, ta-noeiros, bordadores, tecelões, lapidarios, cavouqueiros, dis-tilladores, enrotadores, pintores, escultores, serralheiros, abridores, etc.

CAPITULO V

MOEDA, PESOS E MEDIDAS, PREÇOS DO MERCADO E CAMBIOS

§ 1.º — MOEDA

As moedas que actualmente circulam no estado da India são as seguintes:

MOEDAS NACIONAIS	RÉIS DE GOA	RÉIS DE PORTUGAL
OIRO		
Peça ou meia dobra	45\$000	8\$000
Meia peça	7\$500	4\$000
S. Thomé, novo	3\$600	1\$920
S. Thomé, velho, ou $\frac{1}{2}$ S. Thomé	1\$845	968
PRATA		
Rupia ou pardau dobrado	600	320
Meia rupia, pardau, xerasim ou 5 tangas	300	160
Meio xerasim ou $\frac{1}{2}$ pardau	150	80
COBRE		
Tanga	60	32
Meia tanga	30	16
Vintem	20	$10\frac{2}{3}$
Quarto de tanga ou rubo	15	8
Vis-duddi ou corem-vintem	12	$6\frac{2}{5}$
Dez réis	10	$5\frac{1}{3}$
Polem-vintem ou pondrá-duddú	9	$4\frac{4}{5}$
Pancho-dombdio	7 $\frac{1}{2}$	4
Daduddú	6	$3\frac{1}{3}$
Ord-vintem	4 $\frac{1}{2}$	$2\frac{2}{3}$
Pancho-duddú ou sabedará-duddú	3	$1\frac{3}{5}$
Roda ou dombdy	1 $\frac{1}{2}$	$\frac{4}{3}$

N. B. As peças e meias peças não se cunham na India, e giram em pequeno numero, sujeitas ao agio. Ha annos que se não cunham os *S. Thomés*, e por isso hoje são raros, e rarissimos os *S. Thomés velhos*. Actualmente só se cunham em Goa as rupias e meias rupias de prata, e as tangas, meias tangas e moedas de 15, 12, 7 ½, 6, 4 ½ e 3 réis de cobre¹.

As contas do estado, e em geral as dos particulares também, são feitas na India por xerafins, tangas e réis fracos. O cobre soffre uma diferença de 20 por cento, para menos, no valor, em relação á prata, e é n'esta moeda que se effe-

¹ Nas províncias das *Novas Conquistas* contam nas transacções particulares por umas moedas imaginarias denominadas *pagode saunoy*, que equivale a 6 xerafins e 2 ½ tangas, e *pagode nixany*, ou 6 xerafins. Cada uma d'estas moedas subdivide-se, também imaginariamente, em 2 *prataps*, cada pratap em 5 *damos*, o damo em 4 *pagós*, o pagó em 4 *visvós*, e o visvó em 4 *canós*.

Em *Damão* todas as contas se calculam a respeito das *rupias de Baroche* (*vide cap. xviii*) dando-lhe um cambio, para mais, de 12 ½ sobre as rupias de Goa, no que ha excesso, porque as de Baroche são mais fracas do que as de Bombaim, e estas têm a maioria de 12 ½ por cento sobre as de Goa. A moeda portugueza têm muito pouca circulação n'esta cidade e terras da sua jurisdição, aonde não corre a rupia de Goa.

Em *Diu* (apesar do alvará de 17 de março de 1688, que ordenou que a moeda cunhada ali fosse igual em tudo á de Goa) circulam as seguintes moedas nacionaes, aindaque raras:

OIRO—*S. Thomé novo* (14 xerafins de Diu ou 13 de Goa) equivalente a 23080 réis de Portugal.

PRATA—*Rupia de Diu* (480 réis de Goa ou 256 de Portugal), *meia rupia e quarto de rupia*.

COBRE OU TUTINAGA—*Atiá* ou *bazaruco*, que vale 15 réis de Diu, ou 12 de Goa, ou 6 2/5 de Portugal, *meio atiá, dugny* ou *quarto de atiá, e oitavo de atiá*.

Nas províncias das *Velhas Conquistas* ainda se encontram algumas moedas de tutinaga (*basgrucos*), em circulação, apesar de se haverem mandado recolher, por quebradiças e susceptiveis de falsificação; é motivado isto pela falta que ha ali de moedas de cobre inferiores a meia tanga.

Pôde consultar-se, com proveito, sobre este assunto a *Notícia sobre os pesos, medidas e moedas*, pelo sr. Luiz Travassos Valdez.

ctuam as pequenas transacções e compras. Quando se falla em *rupias* entende-se sempre *prata*, e n'essa especie se fazem os pagamentos do commercio em grosso; quando se mencionam *xerafs* ou *pardaus* deve acrescentar-se se são de *prata* ou de *cobre*.

MOEDAS ESTRANGEIRAS	RÉIS DE GOA	RÉIS DE PORTUGAL
OIRO		
Golmor inglez (Gold-Mohur).....	9\$900	5\$280
Veneziano ou sequim.....	3\$750	2\$000
PRATA		
Rupia xirina de Bombaim.....	630	336
Meia rupia.....	315	168
Quarto de rupia	157 1/2	84
Pataca columnaria.....	1\$725	920
Meia dita	862 1/2	460

N. B. Tanto os *gold-mohur* (peças de diversos padrões, de Bombaim, Madrasta, Calcutá, Surraté, etc.) como os *sequins*, aparecem raras vezes na circulação. As rupias xirinas são sujeitas ao agio, que varia muito. As patacas hespanholas é que soffrem pouca variação no cambio e têm curso legal no paiz.

MOEDAS ESTRANGEIRAS QUE CIRCULAM EM DAMÃO	RÉIS DE GOA	RÉIS DE PORTUGAL
PRATA		
Rupia de Baroche	675	360
Meia dita	337 1/2	180
Rupia de Bombaim.....	678	361 3/5
Meia dita	339	180 4/5
Quarto da dita.....	169 1/2	90 2/5
Oitavo da dita.....	84 3/4	45 1/5
Pataca hespanhola	1\$725	920

MOEDAS ESTRANGEIRAS QUE CIRCULAM EM DAMÃO	RÉIS DE GOA	RÉIS DE PORTUGAL
COBRE		
Dabú, do Maratá.....	18	9 3/5
Siuray (meio dabú).....	9	4 4/5
Aricá	1 1/2	1/5
Duas aricás	3	1 3/5
Tres aricás.....	4 1/2	2 2/5
Anná (1/16 da rupia de Bombaim).....	42 5/8	22 3/5
Fodeá (1/32).....	21 3/16	11 3/10
Derqui (1/64)	10 19/32	5 13/20
Paiá (1/128)	3 51/96	1 53/60

Tambem correm em Damão as moedas de cobre miudas de Goa; á de 6 réis dão-lhe o nome de *janovadim*, e vale 4 aricás. Igualmente circulam no territorio da praça e suas dependencias algumas moedas informes, com o nome de *ducrás*.

Em Diu admittem-se as patacas hespanholas, brazileiras e outras, rupias xirinas, etc. com agio.

§ 2.º — PESOS E MEDIDAS ¹

Os pesos e medidas em uso no territorio de Goa são os seguintes:

PESOS

Arrobas, arrateis, onças, como no antigo sistema portuguez.

Candil, de 16 arrobas ou 20 mãos.

Mão, de 25 arrateis e 9 1/5 onças.

Ha outros candis que têm o mesmo numero de mãos, mas cada uma d'estas se divide em 24 arrateis se é para pesar cera

¹ Dos pesos e medidas usados nas praças de Damão e Diu achar-se-ha noticia no fim do capítulo respectivo à cada uma das ditas praças.

lavrada, e em 32 se é para cebolas, tamarindos, manteiga e jagra.

Perulo é a sexta parte do candil.

E ainda se usa dos antigos pesos com as seguintes denominações:

Dorá ou *Doddó*, que é de $6 \frac{1}{2}$ arrateis, ou de 8, conforme os objectos que se pesam.

Pavon xery ou *Paucherí*, $3 \frac{1}{2}$ arrateis.

Sovay rató, $1 \frac{1}{4}$ arrateis.

Rató, 1 arratel.

Pavon rató, $\frac{3}{4}$ arratel.

Ardo rató ou *Ordo rató*, $\frac{1}{2}$ arratel.

Pavon xeró 4 onças } .

Notango 2 " } Para líquidos.

Ordo-notango .. 1 "

Alem d'estes, tambem em Salsete se usam os seguintes:

Candil quintaly, dê 20 mãos.

A mão divide-se em *dorás*, *ratos* (*arrateis*), *marcos*, *onças*, *oitavas*, *mangelins* e *grãos*, mas varia de peso conforme o objecto a que se applica.

O *mangelim* equivale a $5 \frac{1}{2}$ grãos, e serve para pesar diamantes.

O *marco* (*meio rato*) usa-se para oiro e prata.

MEDIDAS DE EXTENSÃO

As medidas de distancia ou de comprimento e as de superficie são as mesmas que se usam em Portugal, mas geralmente servem-se da *jarda* em Goa.

Os nativos gentios usam das seguintes medidas:

Gauim ou *Gramu*, quasi 2 leguas portuguezas, divide-se em 4 *côssos*, e o *côsso* em 2 *dovornis*.

Vaum ou braça.

Dai ou *ató*, igual a 1 mão ou 2 palmos.

Vethá ou palmo.

Dinken ou $\frac{3}{4}$ de palmo.

Angolá ou pollegada.

Sutá ou linha.

Na medição das terras usa-se de *bambus* ou *conddos*, paus graduados com diferente numero de jardas ou covados, conforme se applicam a *palmares*, *varzeas*, *arecás*, etc.

MEDIDAS DE SOLIDOS

Cumbó, de 20 *candis*.

Candil, de 20 *curós*. O candil varia de província para província nas *Velhas e Novas Conquistas*.

Curó, ou *cuddoró*.

Paili, ou *meio curó*, ou *chouto*.

Pori, ou *poddi*, ou *medida*, oitavo de curó.

Nacti, *solguem*, *ardy-poddi*, *ord-pori*, ou meia medida.

Anati, *ardy-nacti*, *arnatem*, *ornaty*, ou quarto de medida.

Guernati, ou *ghir-nacti*, oitavo de medida.

Solavem, *solahó*, *solaró*, ou $\frac{1}{16}$ da medida.

Botissaró ou $\frac{1}{32}$ da medida.

Sovay-poddi, ou $1\frac{1}{4}$ da medida.

Paun-poddi, ou $\frac{3}{4}$ da medida.

Treze *poris* ou *medidas* regulam por um alqueire de Lisboa.

Candil de mão ou *mon kandy* divide-se em 20 mãos, e cada *mão* em 20 *curós*.

Mão de medição, de 3 curós.

Moio de medição de cal, 32 caixas.

Caixa de medição de cal (*chuname*), de 7 curós. (Está em uso.)

A *caixa legal* é de 2 mãos, ou 6 curós, ou 48 medidas.

Em objectos que não carecem de grande exactidão, mede-se a *mão* applicando o braço desde o cotovelo até á extremidade do dedo maximo.

MEDIDAS DE LIQUÍDOS

Para azeite e outros oleos, leite, sura, vinho de palmeira e vinagre, usam-se as seguintes:

Candil, de 20 mãos ou *almudes*.

Mão ou *almude*.

Calão ou *meia mão*; chama-se tambem *colsó* ou *sidy*.

Em Salsete divide-se em 4 canadas; nas ilhas e Bardez em 6.

Quarto de mão.

Canada.

Quartilho ou *xeró*.

Meio quartilho ou *ord-xeró*.

Para os medicamentos líquidos empregam-se as medidas portuguezas.

Nas *Novas Conquistas* usa-se dos mesmos pesos e medidas, porém o cndl de *Bicholim* e *Satary* é diferente do cndl de *Zambaulim* e *Pondá*, que tambem é diverso do de *Per-nem* e *Canacona*, e todos designaes do cndl das *Ilhas de Goa*.

§ 3.º — PREÇOS DO MERCADO E CAMBIOS

PREÇOS CORRENTES DA PRAÇA DE GOA

(Março de 1860) ¹

GENÉROS	UNIDADE	X. T. R.
Trigo	candil de mão (*)	48 0 00
Batte de asgó do paiz.....	candil ordinario	45 0 00
Dito de Concherim	"	45 0 00
Urida	"	20 0 00
Culita	"	45 0 00
Grão de lico	"	30 0 00
Nachinim.....	"	14 0 00
Arroz limpo de asgó.....	5 medidas	1 0 00
Dito de Concherim	"	1 0 00
Dito de Mascate	"	1 0 00
Dito pacharil de 1. ^a sorte.....	3 medidas	1 0 00
Dito de 2. ^a sorte.....	5 medidas	1 0 00
Arroz pacharil de 1. ^a sorte	fardo	45 0 00
Dito de 2. ^a sorte	"	9 0 00
Dito de Mascate	"	9 0 00
Pão de rolão commun	5 ½ onças	0 0 45
Rolão	medida	0 1 22
Farinha	"	0 1 10
Cocos	milheiro	75 0 00
Copra	candil	450 0 00
Azeite de coco.....	mão	45 3 00
Dito de gergelim	"	42 2 30
Assucar de 1. ^a sorte	"	42 0 00
Dito de 2. ^a	"	41 0 00
Cera lavrada	"	(*) 36 0 00
Dita em bruto.....	"	(*) 34 0 00
CAMBIO DA MOEDA		
Rupia de Goa	uma	2 2 00
Dita de Bombaim	"	2 2 36
Meia dobra	"	(*) 42 0 00
Pataca	"	(*) 4 3 30

¹ Os preços notados com o signal (*) são em prata; o resto é em cobre.

PREÇOS CORRENTES DA PRACA DE SALSETE

GENERO	UNIDADE	X. T. R.
Trigo	candil de mão (•)	50 0 00
Bate de Gates	» (•)	30 0 00
Dito de Concherim	» (•)	30 0 00
Dito de Patinim	» (•)	30 0 00
Dito de Bello	» (•)	30 0 00
Nachinim	» (•)	31 0 00
Culita	» (•)	33 0 00
Urida	» (•)	50 0 00
Tory	» (•)	34 0 00
Grão de bico'	» (•)	75 0 00
Arroz limpo	mão	4 3 45
Dito de fardos	fardo	10 0 00
Dito pacharil fino	medida	0 1 15
Fardos de arroz pacharil	fardo	9 3 00
Arroz pacharil cosido	»	9 0 00
Pão de rolão	3 onças	0 0 09
Rolão	medida	0 1 12
Farinha	»	0 1 06
Cocos	milheiro	57 0 00
Copra	candil ordinario	120 0 00
Assucar em pó	mão	9 2 30
Azeite de coco	»	13 2 00
Dito de gergelim	»	12 0 00
Cera bruta	»	30 1 00
Dita lavrada	»	32 0 00
CÂMIO DA MOEDA		
Rupia de Goa	uma	2 2 03
Dita de Bombaim	»	2 2 36
Pataca	(•)	4 3 30

PREÇOS CORRENTES DA PRACA DE BARDEZ

GENERO	UNIDADE	X. T. R.
Trigo	candil de mão (*)	45 0 00
Bate de asgó, ordinario	"	43 0 00
Dito de Concherim	"	43 0 00
Nachinim	"	43 0 00
Culita	"	43 0 00
Urida	"	46 0 00
Grão de bico	"	26 0 00
Arroz limpo de asgó	5 1/4 medidas	1 0 00
Dito de Concherim	"	1 0 00
Dito pacharil de 1. ^a sorte	5 medidas	1 0 00
Dito dito de 2. ^a	5 1/4 medidas	1 0 00
Fardos de pacharil de 1. ^a sorte	fardo	9 3 00
Ditos do dito de 2. ^a	"	9 0 00
Assucar em pó de 1. ^a sorte	mão	12 2 30
Dito de 2. ^a	"	11 2 30
Pão de rolão	5 1/2 onças	0 0 15
Rolão	medida	0 1 30
Farinha	"	0 1 15
Cocos	milheiro	60 0 00
Copra	candil	110 0 00
Azeite de coco	mão	13 3 00
Cera lavrada	"	(*) 40 0 00
Dita bruta	"	(*) 35 0 00
CAMBIO DA MOEDA		
Rupia de Goa	uma	2 2 00
Dita de Bombaim	"	2 2 36
Meia dobra	"	(*) 42 0 00
Pataca	"	(*) 4 3 30

Não alcançámos mappas modernos dos preços correntes das praças de Damão e Diu.

CAPITULO VI

LEGISLAÇÃO E GOVERNO

O estado da India portugueza, que se estendia no seculo xvi desde Lourenço Marques até Ormuz, e desde Surrate até Ceylão, Macau e as Molucas, abrangendo o dominio de muitas cidades e fortalezas, grandes tratos de terreno mineral e agricola, e os principaes portos commerciaes da Asia, Africa oriental e Oceania, era governado por leis diversas, segundo os usos, costumes e mais circumstancias dos povos e logares d'aquelle vastissimo imperio, posto que todo elle fosse subordinado a um só governador ou vice-rei; como porém hoje esteja muito limitada a sua area, e as modernas instituições liberaes simplificassem uma parte da legislação pela igualdade constitucional, resumiremos n'este capitulo o que se refere ao governo na actualidade, remettendo os curiosos da antiga legislacão portugueza-indiana para o *Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino*, aonde se publica a collecção de todas as provisões relativas ás colonias, e ainda para os livros dos nossos bons chronistas, d'entre os quaes sobresae, esclarecendo minuciosamente muitos pontos, o amanuense de Afonso de Albuquerque, decano dos historiadores da India portugueza¹.

No *Bosquejo historico*, com que abre este volume, contá-

¹ Gaspar Correia, *Lendas da India*, publicadas pela academia real das sciencias, sob a direccão do sr. Rodrigo José de Lima Felner.

mos resumidamente o principio da conquista da India, e a maneira por que adquirimos cada uma das terras que dependem ainda hoje da corôa de Portugal na costa occidental do Indostão: o que nos resta n'aquelle parte do mundo, glorioso theatro das façanhas de nossos avós, é assás importante para que deixe de atrahir a attenção dos legisladores e reclamar o estudo dos economistas; praza a Deus que este *Ensaio* desperte a curiosidade amortecida ácerca das cousas da nossa India, contribuindo para levar a cabo a obra da sua regeneração, na qual trabalharam deveras os dois ultimos governadores José Ferreira Pestana e visconde de Villa Nova de Ourem, e trabalha de coração o actual governador visconde de Torres Novas.

A administração superior do estado da India está a cargo de um *governador geral*, com identicas attribuições ás dos outros governadores das províncias ultramarinas, na conformidade dos decretos de 7 de dezembro de 1836 e 28 de setembro de 1838. Este funcionario vence o ordenado annual de 4:800\$000 réis fortes ou 30:000 xerafins de Goa¹.

Junto ao governador, e presidido por elle, funciona o *conselho do governo*, que tem voto deliberativo quando serve de *conselho de distrito*; são vogaes d'este corpo collectivo: o arcebispo de Goa ou quem o substitue na administração ecclesiastica, o presidente da relação ou quem faz as suas vezes, o official effectivo de linha mais graduado, o escrivão da junta de fazenda e na sua falta o contador geral, e dois cidadãos escolhidos pelo governador, sobre proposta, em lista triplice, feita pela junta geral de distrito; estes ultimos só exercem o cargo durante dois annos, tants quantos dura em exercicio a junta que os propõe.

A precedencia dos logares no conselho segue a ordem acima indicada, menos nos seguintes casos:

¹ O ordenado dos primeiros vice-reis da India era 600\$000 réis, e una parte da carga das naus que vinham para o reino com especiaria. Este ordenado tem variado em diversas epochas.

1.^º Se a auctoridade ecclesiastica não for arcebispo ou bispo, só precede ao escrivão da junta;

2.^º O vogal militar, sendo general, precederá ao judicial de 2.^a instancia que não tiver carta de conselho; sendo official superior precederá ao vogal judicial que não for de nomeação regia; sendo capitão ou subalterno, precederá ao vogal judicial que não for juiz letrado.

Dos dois vogaes de eleição precede o primeiro nomeado, e em igualdade de data o mais velho.

A presidencia do conselho, na falta ou impedimento do governador, regula-se pela mesma ordem das precedencias. (Decreto de 2 de outubro de 1856.)

Para regular o uso da auctorisação concedida aos governadores do ultramar pelo § 2.^º do artigo 15.^º do acto addicional á carta constitucional da monarchia, estatue o decreto de 14 de agosto de 1856 que sejam considerados de *necessidade urgente*, a fim de que o governador possa prover de prompto remedio, sem esperar por decisão das cōrtes ou do governo, todos os casos em que for compromettida a segurança interna ou externa da província, sendo a *urgencia* votada pela maioria do conselho do governo.

Não se considera *urgente*, e portanto não é permittido aos governadores:

Lançar impostos, alterar os estabelecidos ou antecipar a sua cobrança;

Contrahir emprestimos salva uma *urgentissima* necessidade;

Estabelecer monopolios;

Fazer cessão ou troca de alguma parte do territorio da província, ou de outro a que a nação tenha direito;

Alterar a lei das despezas da província;

Crear ou suprimir empregos, augmentar-lhes ordenados, ou demittir empregados de nomeação regia;

Fazer mercês pecuniarias ou honorificas;

Approvar o estabelecimento de companhias com privilegios exclusivos;

Alterar a organisação do poder judicial e as leis do processo;

Suspender os juizes do seu exercicio e vencimentos;

Alterar o valor da moeda;

Estatuir em contravenção dos direitos civis e politicos dos cidadãos;

Perdoar, minorar ou commutar penas e conceder amnistias;

Prover definitivamente beneficios ecclesiasticos;

Definir os limites do territorio com o de outras nações;

Conceder beneplacito a quaesquer decretos de concilios, letras apostolicas ou consultas ecclesiasticas;

Alterar a organisação do conselho do governo ou da junta da fazenda.

A *junta geral de districto* compõe-se de treze procuradores, eleitos de dois em dois annos, pela seguinte maneira: Goa elege dois, Bardez tres, Salsete tres, Diu um, Damão um, Pondá um, Zambaulim com Canacona e Cabo de Rama um, Bicholim e Pernem um.

A *junta da fazenda* é assim composta: governador, presidente; presidente da relação, vice-presidente¹; procurador da corôa; escrivão da junta, e thesoureiro geral do estado. Tem a seu cargo a administração da fazenda e cabedaeos dos defuntos e ausentes. A portaria de 4 de novembro de 1844 declara inabonaveis as despezas mandadas fazer pelo governador, sem serem approvadas pela junta da fazenda².

¹ Decreto de 13 de julho de 1860.

² A arrecadação da fazenda do estado da India foi confiada no principio da conquista a um *feitor*, e depois creou-se a *mesa e tribunal dos contos*, com as atribuições marcadas na carta de lei de 11 de janeiro de 1599, a qual passou a denominar-se *conselho da fazenda*, por alvará de 17 de outubro de 1615, e *junta da fazenda* por carta regia de 10 de abril de 1769. Com o andar do tempo soffreu esta junta varias modificações na sua constituição e meios de gerencia das rendas do estado; foi substituida por uma *comissão de fazenda* em 1833, mas logo restabelecida, como hoje está, pelo decreto de 16 de janeiro de 1837. Do

Pelo decreto, com força de lei, de 7 de maio de 1858, foram as provincias ultramarinas divididas em dois *districtos judiciaes*; o primeiro dos quaes comprehende as *comarcas das ilhas de Goa, Bardez, Salsete, Macau, Moçambique* e todas as mais que se estabelecerem alem do cabo da Boa Esperança; segundo o mesmo decreto os juizes de primeira instancia não podem servir em comarca de sua naturalidade ou domicilio, nem os juizes de segunda instancia em relação, cuja séde for na província d'onde os mesmos juizes sejam naturaes ou tenham domicilio. O juiz de primeira instancia com seis annos de exercicio tem direito a passar á relação do respectivo distrito judicial.

A *relação de Goa* compõe-se de um juiz presidente, mais tres juizes e um procurador da corôa e fazenda¹. São chama-

tempo da conquista instituiu-se tambem o cargo de *rédor dos contos*, que foi extinto por carta regia de 10 de março de 1614, nomeando-se em seu lugar um *provedor mór dos contos*, e tornando a restabelecer-se aquelle, com a denominação de *rédor geral da fazenda*, e depois com o titulo, que ainda hoje subsiste, de *thesoureiro geral*, por alvará regio de 28 de abril de 1773.

¹ O decreto judicial de 7 de dezembro de 1836 determinava apenas um presidente e mais dois juizes para a relação de Goa, porém o decreto de 12 de dezembro de 1836 mandou crear, mui judiciosamente, mais um logar de juiz n'aquelle relação, e igualar a estes em vencimento o procurador da corôa, determinando que este logar seja sempre provido em um bacharel. Na falta do presidente da relação o rei nomeia o juiz que o ha de substituir interinamente. No principio da conquista as causas crimes eram julgadas sumariamente pelo *auditor das Indias*, que acompanhava o governador; depois estabeleceram-se os *ouvidores geraes*, e em 3 de abril de 1544 foi criada a *relação das Indias*, sendo seu primeiro chanceller e provedor mór dos desfuntos e ausentes o doutor Francisco Toscano. O primitivo regulamento d'este tribunal foi alterado em 22 de março de 1548, e o numero dos seus desembargadores elevado a dez por decreto de 17 de fevereiro de 1587; d'entre estes magistrados eram escolhidos: o chanceller, o ouvidor geral do cível, o do crime, o juiz dos feitos, o procurador da corôa e o provedor mór dos desfuntos. Por carta regia de 14 de dezembro de 1628 foi o pessoal da relação reduzido a um chanceller (presidente), e quatro desembargadores; depois

dos como juizes supplentes á relação os juizes de direito das ilhas de Goa, de Bardez e de Salsete (pela ordem aqui indicada) para preencherem o numero de juizes necessário para o julgamento dos crimes de pena capital (cinco), para haver vencimento nos processos cíveis em que se der divergência de opiniões, e para suprir a falta ou impedimento dos juizes efectivos, mas por forma que nunca sejam juizes em segunda instância nas causas que tiverem sentenceado em primeira. Na falta absoluta d'estes juizes são chamados á relação os seus substitutos pela mesma ordem estabelecida, mas sómente para a decisão dos processos crimes. As causas na relação são julgadas por tres juizes, excepto os crimes de pena capital que, como dissemos, exigem cinco julgadores¹.

A jurisdição da relação de Goa estende-se, alem de toda á India portugueza, á província de Moçambique, cidade de Macau e ilhas de Timor e Solor.

Os juizes de direito de primeira instância no ultramar são

o numero d'estes foi elevado a seis (24 de fevereiro de 1748); extinto o tribunal em 1774, e restabelecido no 4.^o de abril de 1778, outra vez com quatro desembargadores e um chanceller. Para substituir este tribunal, que estava sem juizes em 1822, nomeou-se uma *junta de justiça*, que funcionou até 1827; depois, com a chegada de novos ministros,olveu a funcionar a *relação* até 1835, em que foi substituída pelo chamado *tribunal de segunda instância*, que durou até 1837, sendo então installada a *relação de Goa* com tres juizes, como dissemos.

¹ O numero de réus, sentenceados pela relação de Goa desde julho de 1858 até ao fim do anno de 1859, é o seguinte:

Condenados a pena ultima.....	2
A degredo.....	14
A trabalhos publicos perpetuos	21
A trabalhos publicos temporarios.....	8
A prisão temporaria	7
Absolvidos	34
	86
Processos civis (no mesmo prazo)	152

divididos em duas classes (decreto de 11 de dezembro de 1856). À primeira pertencem os juizes de Goa, Bardez, Salsete, Macau e Loanda, e à segunda os de Cabo Verde (Barlavento e Sotavento), Moçambique, Benguela e S. Thomé. Os de primeira classe é que têm acesso para as relações de Goa e Loanda, dentro dos respectivos districtos judiciaes, como acima dissemos.

Nas Velhas e Novas Conquistas ha tres *juizes de direito de primeira instancia* letrados, seus respectivos *substitutos* e *delegados do procurador da corôa*; as tres comarcas judiciaes são compostas da seguinte maneira:

1.^a — *Ilhas de Goa*: comprehende as ilhas assim denominadas, e a província de Pondá, das Novas Conquistas;

2.^a — *Bardez*: comprehende a província de seu nome, e as de Pernem, Bicholim e Satary, das Novas Conquistas;

3.^a — *Salsete*: comprehende o districto assim denominado, as provincias de Embarbacem, Bally, Chondravaddy, Cacorá, Canacona, Astragar, e a jurisdicção de Cabo de Rama¹.

A carta de lei de 30 de junho de 1853 mandou crear dois lugares de tabelliães de notas em cada uma d'estas tres comarcas, desannexando aquelle encargo dos escrivães do judicial que o exerciam.

Em Damão e Diu ha juizes, não letrados, que têm, pelo decreto de 19 de dezembro de 1854, a mesma jurisdicção que os juizes de direito do estado. As syndicancias que, em conformidade da lei, tiverem logar a respeito dos funcionários d'aquellas duas praças, serão feitas por um dos tres juizes de direito proprietarios das comarcas da India designado pelo presidente da relação.

¹ Antigamente havia um *ouvidor* e *juiz dos orphãos* em cada uma das tres comarcas; os de Bardez e Salsete serviam simultaneamente de administradores das respectivas alfandegas. As Novas Conquistas tinham um juiz privativo, com a denominação de *juiz intendente geral das Novas Conquistas*; este cargo era de ordinario ocupado por um juiz da relação. Tambem existiu o emprego de *tanadar mórr das ilhas*, que era o juiz das comunidades das aldeias de Goa.

Em Dilly (Timor) tambem ha um d'estes juizes, creado recentemente, e um delegado do procurador da cordão.

Por motivos especiaes, exarados na portaria do governador geral, em conselho, de 28 de novembro de 1854, que se opunham á plena execução do artigo 21.^º do decreto de 12 de dezembro de 1833, no tocante á organisação dos *tribunaes de polícia correccional* nas praças de Damão e Diu, ordenou o mesmo governador na mencionada portaria que aquelles tribunaes se constituíssem nas ditas praças com o juiz, major da praça, e feitor alcaide mór; porém outra portaria, de 21 de abril de 1856, annullou em referencia a Damão o que a precedente estatuirá, e ordenou que o tribunal correccional d'aquelle praça fosse composto do juiz e dos dois advogados mais antigos (dos tres efectivos que ali ha por lei), contantoque não sejam partes no processo; e sendo-o, ou tendo outro qualquer impedimento legitimo, são substituidos pelos vereadores da camara transacta, segundo a ordem da votação. Nas tres comarcas das ilhas de Goa, Bardez e Salsete estes tribunaes são compostos do juiz de direito e dois advogados, e não havendo estes, de dois homens bons, escolhidos pelo presidente da relação (decreto de 7 de dezembro de 1836).

Alem dos tribunaes apontados, ha ainda em Goa o *conselho supremo de justiça militar*, creado por carta regia de 15 de fevereiro de 1782, e reformado por decretos posteriores, até ao ultimo de 7 de dezembro de 1836. É seu presidente o oficial mais graduado do estado, e vogaes os cinco militares imediatos em graduação; relator um dos juizes da relação, promotor um tenente coronel ou major, e secretario um oficial cuja patente não seja inferior a capitão.

Serve de *auditor da gente de guerra* um dos juizes substitutos de qualquer das tres comarcas, em disponibilidade.

O regimen administrativo de Portugal está em vigor nas Velhas Conquistas¹; ha ali os administradores de concelho,

¹ Desde 24 de setembro de 1838.

de nomeação regia; os regedores, de nomeação do governador; e os juizes eleitos, juizes de paz e juntas de parochia, de nomeação popular. Nas Novas Conquistas ha quatro administradores fiscaes e quatro escrivães (portaria do governador geral, em conselho, de 21 de fevereiro de 1851); um administrador especial das aldeias Assolná, Velim e Ambelim, confiscadas aos jesuitas, e outro, subordinado a este, das aldeias Talavardá, Mullem e Parodá, proprios da fazenda nacional na comarca de Salsete. Ha mais um administrador geral das matas do estado, um administrador das matas de Damão, seus escrivães e guardas, e um administrador dos bens nacionaes em Diu. Cadeias publicas em Goa, Margão, Mapuçá, Damão e Diu, e prisões militares nas fortalezas e quartels do estado. Em janeiro de 1860 existiam na cadeia de Goa 45 presos, na de Bardez outros 45, e na de Salsete 78; total 168 presos. Ha camaras municipaes nos tres concelhos das Velhas Conquistas, e nas praças de Damão e Diu¹, camaras agrarias² e camaras geraes de província nas Novas Conquistas³.

Dá o estado quatro deputados ás côrtes, sendo um d'elles eleito pelos povos de Damão e Diu. Antigamente houve na India um *conselho legislativo*, criado por carta regia de 9 de abril de 1778, que estava auctorizado a alterar provisoriamente a legislacão vigente, e a propor ao governo da metropole o que lhe parecesse conveniente a bem d'aquelle povos; sistema adoptado ainda hoje nas colonias inglezas, e que é de certo muito preferivel á representação do paiz em côrtes por

¹ As camaras de Goa e Diu compõem-se de cinco vereadores, e as de Bardez, Salsete e Damão, de sete. O *senado da camara* de Goa foi criado por Affonso de Albuquerque em 1510; compunha-se de vereadores, almotacés, juizes e alcaides, e chamava-se vulgarmente a *cidade*. (Barros, dec. II, liv. V, cap. 11.^o) Foi equiparado este senado ao de Lisboa em 1663. Salsete e Bardez tambem tiveram *senados*, creados em 1774, extintos em 1778 e restaurados em 1783.

² Tambem se chamam *camaras geraes*.

³ Têm as attribuições municipaes, e tambem judiciaes em certos casos.

meio de deputados. A organização do *conselho legislativo* é que estava longe de ser a que convinha, pois que contava apenas cinco vogaes, e todos elles funcionários publicos; a saber: o governador, tres desembargadores e o secretario do estado¹.

Ha tambem em Goa um *conselho inspector da instrucção*

¹ Alem d'este, existiam mais na India os seguintes corpos collectivos:

Conselho do estado: coeve com a conquista, mas cujo pessoal só foi fixado por carta regia de 31 de marzo de 1604; compunha-se do vice-rei ou governador, do arcebispo, capitão da cidade, vedor da fazenda e chanceller do estado, aos quaes depois se annexaram o general da armada, o inquisidor da primeira cadeira, conselheiros de provisão real e os fidalgos que tinham *carta de conselho*. Poucas vezes era convocada esta curia, que a final caiu em desuso.

Conselho dos tres estados: compunha-se de deputados das tres ordens militar, civil e ecclesiastica; entravam n'elle os membros do conselho do estado, os inquisidores, os prelados das religiões, delegados das camaras geraes, fidalgos e capitães convidados pelo governador. Tambem caiu ha muito em desuso esta instituição.

Tribunal da mesa da consciencia: criado em 1570, e composto do arcebispo e mais dois ecclesiasticos. Pouca duração teve.

Tribunal da bulla da santa cruzada: estabelecido em Goa por carta regia de 24 de março de 1593, e abolido por decreto de 29 de agosto de 1835.

Tribunal de ministros letrados: criado em 1683, e composto de tres juizes togados; sentenciava em segunda instancia as causas de descaminhos de tabaco: foi substituido por um juiz conservador, que durou ate 1834.

Mesa da terceira instancia: resolvia em ultima instancia as causas crimes dos cavalleiros das tres ordens militares Christo, Aviz e S. Thia-go; era presidida pelo governador, e tinha por vogaes seis juizes, escolhidos pelo governador de combinação com o arcebispo: os mesmos cavalleiros eram julgados em primeira instancia por um juiz privativo (desembargador, que fosse cavalleiro de Christo, dizia a lei), e em segunda instancia por um tribunal assim composto: dois inquisidores, o promotor do santo officio, e dois cavalleiros de qualquer das tres ordens. Este juizo privativo foi abolido em 1801, e commettido ás justicas ordinarias o processo dos cavalleiros.

Mesa do desembargo do pão: compunha-se de dois desembargadores de agravos, dos mais antigos, que despachavam perante o vice-rei, ou o chanceller, na ausencia d'aquelle.

primaria e secundaria; uma *comissão permanente das pautas das alfandegas*; uma *camara pontifícia*, que substitue a extinta *junta das missões*¹ no tocante ao assumpto das importantes missões do oriente; e uma *secretaria do governo geral*, cujo chefe e director especial da primeira repartição é o *secretario geral*². A segunda repartição, denominada *do expediente militar*, é dirigida por um official do exercito, de capitão para cima, que serve de chefe do estado maior general e assigna todo o expediente militar.

A primeira repartição, denominada *do expediente geral*, é dividida em duas secções: a primeira, *do interior*, tem a seu cargo o expediente de todo o serviço não militar das Velhas e Novas Conquistas e ilha de Angediva; á segunda, *do exterior*, pertence a correspondencia com a côrte, com as praças de Damão e Diu, e com as demais possessões portuguezas³.

Quando o governador geral visita as praças de Damão e Diu tem de ajuda de custo 125000 reis fortes por dia. Os governadores d'aquellas praças, subordinados ao governador geral, accumulam com as funcções militares as de administradores de concelho, e presidem ás repartições de fazenda dos respectivos districtos. Estas repartições têem a denominação de *adjuntos da fazenda*, e são delegações da junta de Goa; compõem-se, alem do governador presidente, do juiz da praça, delegado, feitor e escrivão da feitoria.

Conservam-se ali as *feitorias* como no principio da conquista, e o *feitor* tem igualmente o titulo de *alcaide mór*.

¹ A junta das missões existiu legalmente desde 7 de março de 1681, data da sua creaçao, até 15 de janeiro de 1774 em que foi abolida, mas de facto poucos annos funcionou. Compunha-se do vice-rei, arcebispo, vedor geral, chanceller, e de um religioso de cada ordem monastica, eleito á pluralidade de votos pelos seus confrades.

² O secretario geral do governo substitue o antigo *secretario do estado da India*, que era quasi sempre um desembargador da relação de Goa.

³ Plano de organisação e regimento da secretaria do governo geral do estado da India, approvado por decreto de 26 de maio de 1845.

Ensaíou-se na India em 1835 o sistema das *prefeituras*, mas produziu os pessimos resultados que já indicámos em outro logar d'este livro.

Ha tambem em Goa uma *junta protectora dos escravos e libertos*, creada por decreto de 25 de outubro de 1853, e composta do prelado diocezano como presidente, e dos vo-gaes procurador da corôa, provedor da misericordia e presidente da municipalidade da capital; porém nada tem que fazer, porque a escravatura está completamente abolida na India portugueza.

Ha mais em Goa duas escolas de instrucção superior, a *mectico-cirurgica* e a *mathematica*, um *lyceu* e outros estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria, de que trataremos no capitulo competente, uma *junta de saude do estado*, composta de tres facultativos, hospital e botica.

O quadro legal dos facultativos do estado da India é este:

- 1 Physico mór;
- 1 Cirurgião de 1.^a classe;
- 2 Cirurgiões de 2.^a classe;
- 1 Pharmaceutico de 1.^a classe;
- 1 Dito de 2.^a classe.

Existe alem d'este quadro um cirurgião mór da provicia, antigo, e cirurgiões móres e cirurgiões ajudantes nos corpos do exercito, praças de guerra e provincias das Novas Conquistas.

A santa casa da misericordia de Goa é regida por uma denominada *pia mesa*, de eleição annual, e composta das seguintes entidades:

- 1 Provedor;
- 1 Escrivão;
- 1 Thesoureiro;
- 1 Mordomo dos presos;
- 2 Conselheiros nobres;
- 5 Conselheiros officiaes;
- 1 Mordomo da capella;
- 1 Mordomo da bolsa.

A inspecção das obras públicas do estado ainda annexa ao commando do corpo de engenheiros (portaria do governo geral de 13 de fevereiro de 1860), e um mesmo individuo accumula as direcções da escola mathematica e militar, do archivo militar e do observatório meteorologico (portaria citada)¹.

O director da alfandega principal de Nova Goa é tambem administrador geral das outras alfandegas, e tem sub-diretores nas alfandegas mehóres de Damão, Diu, Assolná, Chaporá, Sanquelim, Sanguem, Colem e Doromarogo, bem como um encarregado em Forxim, e sieis nos postos de registo de Polem, Tiracol, Chandel e Veluz.

Ha ainda em Goa a administração do correio geral, a da biblioteca publica e a da imprensa nacional; deposito de medicamentos, apparelhos e instrumentos cirurgicos; arsenal do exercito (outr'ora da marinha), a repartição fiscal e de contabilidade do exercito, a contadoria, e a thesouraria geral do estado, comissão telegraphica, capitania dos portos em Goa e Damão, constructores navaes nos mesmos portos, e diferentes estabelecimentos de beneficencia.

Existem na India portugueza varias companhias, taes como a commercial de Goa, auctorizada por decreto de 11 de agosto de 1851, que faz transacções em larga escala e tem navios seus para navegação de longo curso; a sociedade patriotica dos baldios das Novas Conquistas, a companhia promotora da industria e commercio de Damão, a companhia mercantil de Diu e outras.

Não está em vigor na India portugueza a instituição do jury, e por isso os delictos commettidos por abuso de liberdade de imprensa são julgados pelos juizes de direito, segundo a ordem e fórmula do processo estabelecida pelas leis de 22 de dezembro de 1834, 10 de novembro de 1837 e 19 de outubro de 1840, com as modificações estabelecidas no decreto do 1.^º de outu-

¹ Esta portaria foi aprovada pelo governo da metrópole em 8 de agosto de 1860.

bro de 1856. O artigo 3.^º do mesmo decreto diz assim: «O deposito, ou fiança, ou hypotheca, exigidos pela ultima das citadas leis (a de 19 de outubro de 1840) para a publicação de um periodico, serão computados no ultramar em moeda provincial»; e o artigo 4.^º acrescenta: «Só poderá ser editor responsável de um jornal do ultramar o cidadão ali elegível para deputado ás cōrtes»¹.

Por decreto de 23 de abril de 1846 foi aprovado o regu-

¹ Eis-aqui uma lista dos jornaes portuguezes que se têm publicado na India.

Em Goa:

A Gazeta de Goa, folha oficial do governo—de 1821 a 1826.

Chronica constitucional de Goa, idem—1835 a 1837.

Boletim do governo, idem—desde 1837, e continua.

Echo da Lusitania—1836 e 1837.

O Vigilante—1838.

O Observador—1839 e 1840.

A Bibliotheca de Goa—1839.

O Encyclopedico—1841 e 1842.

O Compilador—1843 e 1844; segunda vez—1847.

O Correio de Nova Goa—1844.

Jornal da santa igreja lusitana do Oriente—1846 a 1849.

A Voz dos povos da India—1845 e 1846.

O Gabinete litterario das Fontainhas—1846 a 1848.

O Mosaico—1848.

O Defensor da ordem e da verdade—1852 e 1853.

O Defensor do real padroado—1853 e 1854.

A Revista illustrativa—1854 e 1855.

O Ultramar—1858, e continua.

Em Damão:

O Portuguez em Damão—1835.

A Sentinella da liberdade na guaridā de Damão—1837 (lithographada).

Em Bombaim:

Mensageiro bombayense—1831 e 1832.

Investigador portuguez em Bombaim—1835 a 1837.

Pregoeiro da liberdade—1838 a 1846.

Indio imparcial—1843 e 1844.

Observador—1846 a 1848.

Abelha de Bombaim—1848, e continua.

lamento para o governo administrativo e economico das confrarias do estado da India, que já estava em execução n'aquelle estado por portaria do governador geral, em conselho, de 16 de agosto de 1845.

Pela carta de lei de 18 de novembro de 1844 foi auctorizada a venda dos bens nacionaes do estado da India, com excepção d'aquelles devolvidos á corôa antes do anno de 1834, e que até aquella data não tivessem diminuido mais de um terço da renda que pagavam nos primeiros annos de seus respectivos arrendamentos; e bem assim foram exceptuados os bens situados nas comarcas de Damão e Diu, os existentes em possessões estrangeiras, e os fóros, tangas, melagas, vangores e outros quaesquer reditos de igual natureza, que sendo acções de renda segura não soffrem alteração. A portaria da junta da fazenda do estado da India de 28 de janeiro de 1846, que manda executar esta lei e regula a maneira de effectuar as vendas, acrescenta nos seus ultimos artigos as seguintes disposições:

«Artigo 11.^º Os bens denominados do confisco, que não forem vendidos, continuarão a ser arrendados: as varzeas e as marinhas, por tempo de tres a nove annos, conforme a sua natureza; e os outros predios por dezoito annos, ganhando direito á renovação os que apresentarem bemfeitorias productivas, com acrecentamento proporcional, ao menos de 10 por cento; e o mesmo se praticará com os chamados Nelis e Nomoxins¹.

«Artigo 12.^º As aldeias Assolná, Velim e Ambelim, que não podem por enquanto ser vendidas, continuarão a estar em administração, ou serão arrendadas conjunta ou separadamente se assim convier.

¹ Nomoxim era uma designação especial ás terras dadas com encargos pios ou profanos; mas o tempo fez que esse nome fosse privativo das terras concedidas aos servidores das comunidades, assim como o de Neli das terras dos pagodes e dos seus servidores, termo aliás especial a arrozaes.
(Gab. litt. das Fontainhas.)

«Artigo 13.^o Os prásos da coroa, que se acham devolutos, e que não podérem ser veltidos, serão aforados, por aforamento perpetuo ou hereditário.»

O codigo administrativo portuguez está em vigor nas Velhas Conquistas do estado da Índia, com as indispensáveis alterações que lhe fez o governador, em conselho, depois de ouvir sobre o assumpto uma comissão composta de pessoas muito competentes; mas nem este, nem o codigo penal, nem a reforma judicial vigoraram em as Novas Conquistas que têm o seu *codigo especial de usos e costumes*, mandado observar por portaria do governo geral, de 14 de outubro de 1853, e *regulamento peculiar sobre a forma de processo*, além de outras disposições governativas que lhe são particulares, e muitas das quaeas se encontram mencionadas n'este livro. A carta regia de 18 de janeiro de 1774 havia garantido aos povos d'essas províncias o governarem-se pelos seus estilos tradicionaes¹. Por portaria do governador geral de 31 de agosto de 1854 foram mandados adoptar os *códigos dos usos e costumes dos habitantes não cristãos de Damão e Diu*, para servirem de guia nas pendências dos mesmos habitantes.

Diremos agora duas palavras a respeito da legislação sobre aforamentos das terras do estado da Índia.

As terras do Concão foram cultivadas por gente do Canará, dividida em diferentes sociedades, que se denominavam *gâncarias* ou *gancárias*² (comunidades agrícolas); porém settidó subjugadas pelo rei de Bisnaga, comprometeram-se os gâncares a pagar perpetuamente certos *fôros* e *pênsões*, & o mesmo fizeraam para com os conquistadores que sucessivamente foram se habendo o paiz, até Affonso de Albuquerque, que lhes diminuiu um terço da importancia do tributo.

¹ O *código dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas*, bem como o *Regulamento sobre a forma do processo que se deve seguir nas causas das mesmas províncias*, encontra-se no *Boletim do governo da India* de 14 de outubro de 1853.

² Procede dos termos *gão* (aldeia) e *caria* (arranjo).

Estas comunidades das aldeias ainda existem, quasi sob o mesmo pé, apesar de se haver discutido largamente a conveniencia ou inconveniencia da sua conservação; e quanto ás terras possuidas pelos mouros antes da conquista, e que depois d'ella foram distribuidas pelos *casados* de Goa, sem nenhuma obrigação, e mais tarde apenas com a clausula de pagarem os *dizimos*, bem como os terrenos incultos que foram dados de *sesmaria*, formam hoje o que se chama *pratos da coroa, bens de Nelis, do confisco e dos conventos*¹.

Os terrenos de Damão e Diu foram aforados, com o nome de *pratos* ou *aldeias* em Damão e *hortas* em Diu, a pessoas de merecimento, como paga de serviços, mas com muitas clausulas onerosas que caducaram com o andar do tempo, e algumas das quaes têem sido modernamente eliminadas das cartas de aforamento.

Resurheth-se pois hoje os aforamentos do *Norte* a só tres classes: *fateosins, em vidas, e de livre nomeação*, que estão sujeitos, como os de Goa, á legislação commun dos pratos familiares². Os bens que possuem os *dessays* e mercenarios das Novas Conquistas³ partilham a qualidade e condição dos

¹ Chamam-se bens do confisco os que pertenceram aos jesuitas, e os que foram dos pagodes derrubados em 1540. Bens dos conventos são os encorporados na fazenda por motivo da extincção das casas religiosas em 1834.

² No *Gabinete litterario das Fontainhas* (2.º vol., n.º 5, maio de 1847) encontra-se uma nota muito minuciosa sobre a arrecadação dos direitos de mercé nos aforamentos, que pôde ser consultada por quem desejar conhecer com mais individuação o que ha legislado acerca do assunto.

³ *Dessays* e *sar-dessays* são chefes locaes, das mais altas castas, que ocupavam no antigo dominio os maiores cargos civis, e recebiam pensões do thesouro, para defenderem e guardarem do inimigo os setas dessayados, que eram como feudos da coroa de Portugal. Os descendentes d'estes magnates vivem hoje em Goa ou nas províncias do estado, desfrutando os titulos e pensões sem responsabilidade alguma. Os *sar-dessays* Ranes de Satary têem por mais de uma vez, e ainda ha poticos annos, incomodado muito o estado com revoltas n'aquelle provincia, em que têem influencia antiga. Eram subditos do Bounsoló, senhor de um

doados aos *casados* de Goa; e dos chamados *bagaitas* e *giraitas*¹ parte entraram na fazenda, por falta de sucessão masculina (nepotica), e outra parte por serem abandonados pelos possuidores, e a todos se chama *bens do divão* (fazenda).

Tambem, por portaria do governador geral, em conselho, de 14 de outubro de 1858, foi regulado o governo administrativo e economico das *mazanias dos pagodes*². Os *mazanes* elegem a mesa ou junta administrativa do pagode, e decidem á pluralidade de votos dos presentes todos os assumptos da mazania.

Concluimos esta resumida noticia da legislação e governo do estado da India com o que diz respeito á administração ec-

territorio confinante com o nosso, que está hoje sujeito ao dominio inglez. *Mercenarios* chamam-se os que desfructam mercês de tenças ou pensões, concedidas pelos antigos dominantes e impostas sobre as rendas dos dessayados, sem outro titulo mais que a tradição do uso e posse de as receberem, perpetuado de paes a filhos desde o tempo da conquista, e garantido pelos bandos do governo da India. D'estes o maior pensionista do estado era o rei Sunda, ou de Sundem, que cedeu á Portugal as aldeias Mullem, Talavardá e Parodá em 1742, e que vendo depois invadido pelos marattas o seu domínio de Pondá, Zambaulim, Canacona e Cabo de Rama, pediu auxilio aos portuguezes para recuperar aquellas provincias, e finalmente em janeiro de 1764 acolheu-se a Goa com toda a sua familia, e cedeu á corôa de Portugal todo o direito sobre os seus dominios. A rainha de Sundem, que hoje existe e vive sob a protecção do nosso governo no estado da India, recebe á pensão annual de 12:000 xerafins.

¹ Predios foreiros a antigos dominantes que se retiraram do paiz para o inimigo; foram incorporados nos bens da corôa. *Bagaitas* constam de palmares e *giraitas* de varzeas.

² *Mazania* é a reunião dos mazanes dos diversos *vangores* ou tribus. *Mazanes* são os descendentes legitimos das familias dos *cullavés* e *palvés* e seus descendentes. *Cullavés* são os que originariamente instituiram e inauguraram para si a divindade existente no respectivo pagode, como tutelar da sua geração. *Palvés* são os que não tendo por sua tutelar a divindade do pagode, concorreram com subscrisção e observaram o culto religioso na inauguração d'ella. (*Boletim do governo da India*.)

clesiastica do mesmo estado, posto que em capitulo especial havemos de tratar mais de espaço do regimen da diocese india.

A administração espiritual d'aquelle christandade está confiada ao arcebispo metropolitano de Goa, primaz do oriente, que tem por suffraganeos o arcebispo de Cranganor e Serra, e os bispos de Cochim, Meliapor, Malaca e Macau, bem como missionarios em Ceylão, Timor e outros pontos da India e China.

Ha na India portugueza inteira liberdade de cultos; e se nas Velhas Conquistas todos os pagodes foram destruidos em 1540, não sucede o mesmo nas Novas Conquistas, aonde não chegou o intolerante zélo dos jesuitas, e que ainda hoje apresentam á curiosidade do viajante innumeros templos dedicados aos seus idolos.

CAPITULO VII

CATALOGO DOS GOVERNADORES, VICE-REIS E CAPITÃES GENERAES
DO ESTADO DA INDIA, E SUCCESSOS NOTAVEIS DO TEMPO
DE CADA UM DOS GOVERNOS

I D. Francisco de Almeida (1.^º vice-rei) — Saiu de Lisboa no dia 25 de março de 1505, e chegou a Angediva a 12 de setembro, a Cananor em 24 de outubro, e a Cochim no 1.^º de novembro, aonde fez a sua principal residencia. Em cada um d'estes tres logares deixou erguida uma fortaleza, com a bandeira da milicia de Christo.

Em 1506 descobriu D. Lourenço de Almeida as ilhas Maldivas e a de Ceylão. D. Francisco rendeu e destruiu a cidade de Dabul, e ganhou uma assinalada victoria maritima contra as armadas turcas. Morreu ás mãos dos cafres na Aguada de Saldanha, quando voltava ao reino (1.^º de março de 1509).

II Affonso de Albuquerque, 2.^º governador — Tomou conta do governo da India em fins de outubro de 1509. Conquistou aos mouros a cidade de Goa em 17 de fevereiro de 1510, a qual se perdeu em 17 de maio do mesmo anno, e foi reconquistada por Albuquerque seis mezes depois, a 25 de novembro. Tomou Malaca e Ormuz, bombardeou Adem, visitou o mar Vermelho, levantou fortalezas em Calecut e Goa, mandou descobrir as ilhas Molucas e as de Banda, edificou a igreja de Nossa Senhora da Serra em Goa, e falleceu na barra da mesma cidade a 16 de dezembro de 1515.

III Lopo Soáres de Albergaria, ou Alvarenga —
Saiu de Lisboa a 7 de abril de 1515, e chegou a Goa no dia 8 de setembro, tomando logo posse do governo por estar ausente em Ormuz o seu antecessor. Fez tributário o rei de Ceylão, em cuja ilha ergueu fortaleza. Saiu de Cananor para Portugal a 20 de janeiro de 1519.

IV Diogo Lopes de Sequeira — Partiu de Lisboa a 18 de março de 1518, aportou a Goa no dia 8 de setembro, e tomou posse do governo em Cochim a 20 de dezembro do mesmo anno. Levantou a fortaleza de Chaul, e embarcou para o reino a 22 de janeiro de 1522.

V D. Duarte de Menezes — Largou de Lisboa a 5 de abril de 1521, chegou a Cochim em setembro do mesmo anno, e só tomou posse do governo quando chegou de Ormuz o seu antecessor, a 22 de dezembro. No seu tempo se fez a fortaleza de Ternate (Molucas), e se descobriu o corpo do apostolo S. Thomé em Meliapó. Teve de ordenado 30:000 cruzados annuaes, quantia superior á que venceram os seus predecessores. Entregou a governança a 4 de dezembro de 1524, e voltou ao reino.

VI D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, almirante do mar da Índia (2.º vice-rei) — Velejou de Lisboa a 9 de abril de 1524, e chegou a Goa em um dos últimos dias de setembro. Morreu em Cochim a 24 de dezembro do mesmo anno.

VII D. Henrique de Menezes (o Roxo) — Designado na primeira *via de sucessão*, que trouxera consigo o conde almirante. Socorreu a fortaleza de Calecut contra as forças do Samorim, e faleceu no dia 21 de fevereiro de 1526 em Cananor, com menos de trinta anos de idade.

VIII Lopo Vaz de Sampaio — Sucedeu em terceira via, por estar ausente o designado na segunda, *Pero Mascarenhas*. No tempo do seu governo assenhorearam-se os portugueses de Tidore, nas Molucas, de Mangalor e de Bombaim. Ganhou batalhas em terra e no mar, e voltou em ferros para

o reino, aonde sofreu dura prisão em paga dos seus grandes feitos na India!

IX Nuno da Cunha — Saiu de Lisboa a 18 de abril de 1529, e chegou a Goa em 22 de outubro do mesmo anno. Tomou posse do governo no mar, em Cananor, a 18 de novembro seguinte. Conquistou as cidades de Baçaim e Diu, e alcançou outras grandes victorias. Depois de nove annos de governo embarcou para o reino em janeiro de 1539, e falleceu no mar.

X D. Garcia de Noronha (3.^º vice-rei) — Partiu de Lisboa em março de 1538, e chegou a Goa a 14 de setembro do mesmo anno. Afugentou os *rumes* de Diu, e falleceu a 3 de abril de 1540.

XI D. Estevão da Gama — Sucedeu em segunda via, porque o nomeado na primeira, *Martim Affonso de Sousa*, tinha partido para o reino. No seu tempo se fundou o collegio de Santa Fé, em Goa. Foi ao mar Roxo, e subiu ao monte Sínay, aonde armou cavalleiros a muitos fidalgos portuguezes que militavam na India. Entregou o governo ao seu successor no dia 7 de maio de 1542, e recolheu-se a Pangim, d'onde na seguinte monção voltou a Portugal.

XII Martim Affonso de Sousa — Nomeado em janeiro de 1541, largou de Lisboa a 7 de abril do mesmo anno, inverno em Moçambique, e só chegou a Goa no dia 7 de maio de 1542. Trouxe em sua companhia o jesuita *S. Francisco Xavier*. No seu tempo sujeitou-se o reino das Molucas e as peninsulas de Salsete e Bardez.

XIII D. João de Castro (4.^º vice-rei) — Nomeado governador e capitão mór da India em janeiro de 1545, foi ele-vado á dignidade de vice-rei em outubro de 1547, cuja noticia lhe chegou poucos dias antes de falecer. Partiu de Lisboa a 17 de março de 1545, e chegou a Goa a 10 de setembro do mesmo anno. Socorreu Diu, que heroicamente defendia D. João Mascarenhas, e depois de tres annos e meio do mais glorioso governo, morreu em Goa a 6 de junho de 1548.

XIV Garcia de Sá—Sucedeu em terceira via, porque os designados na primeira e segunda, *D. João Mascarenhas* e *D. Jorge Tello*, tinham regressado para Portugal. No seu tempo veiu o rei de Tanor para Goa, e abraçou o christianismo. Falleceu a 13 de junho de 1549.

XV Jorge Cabral—Nomeado pela quarta via. Estava por capitão em Baçaim, e enquanto não chegou a Goa governou o bispo, o capitão da cidade, e o ouvidor geral. Tomou posse, em Pangim, a 15 de agosto de 1549. Edificou a capella de Santa Catharina, no local por onde o grande Albuquerque entrará em Goa.

XVI D. Affonso de Noronha (5.^º vice-rei)—Abalou de Lisboa no dia 1.^º de março de 1550, chegou a Cochim em novembro do mesmo anno, aonde tomou conta do governo, e fez a sua entrada solemne em Goa no principio do seguinte anno. No seu tempo se ganhou uma grande victoria contra os javanezes que tinham cercado Malaca. Entregou o governo ao seu successor em 23 de setembro de 1554, e largou de Cochim para Portugal a 15 de janeiro de 1555.

XVII D. Pedro Mascarenhas (6.^º vice-rei)—Saiu de Lisboa nos fins de março de 1554, e chegou a Goa no dia 23 de setembro do mesmo anno. Falleceu a 16 de junho de 1555.

XVIII Francisco Barreto—Sucedeu em primeira via. Augmentou com varias conquistas o estado da Índia. Embarcou para Portugal a 20 de janeiro de 1559.

XIX D. Constantino de Bragança (7.^º vice-rei)—Saiu de Lisboa a 7 de abril de 1558, chegou a Goa a 3 de setembro, e tomou posse do governo a 8. Governou tres annos, dia a dia, e embarcou para o reino em janeiro de 1562. Foi um dos mais bemquistas vice-reis da India.

XX D. Francisco Coutinho, conde de Redondo (8.^º vice-rei)—Partiu de Lisboa a 15 de março de 1561, chegou a Goa no dia 7 de setembro, e logo tomou posse do governo. Falleceu a 19 de fevereiro de 1564.

XXI João de Mendonça—Sucedeu em segunda via, por ter ido para Portugal o nomeado na primeira, **D. Antão de Noronha**. Quando lhe chegou o successor, recolheu a Portugal.

XXII D. Antão de Noronha (9.^º vice-rei)—Largou de Lisboa a 18 de março, e chegou a Goa a 3 de setembro de 1564. Socorreu Malaca, e construiu a fortaleza de Mangalor e a muralha na margem oriental da ilha de Goa. Foi quasi tão bemquisto do povo como D. Constantino de Bragança. Finou-se em viagem para Portugal a 2 de fevereiro de 1569.

XXIII D. Luiz de Athaide (10.^º vice-rei)—Segundo o costume, saiu de Lisboa em março, e chegou em setembro a Goa. Tomou posse do governo a 10 d'este ultimo mez. Defendeu valorosamente a capital da India portugueza do cerco que lhe poz o Hyde-el-khan. No tempo do seu governo houve uma terrivel peste na mesma cidade. Regressou a Portugal em 1572, para d'ahi a poucos annos voltar novamente a Goa.

XXIV D. Antonio de Noronha (11.^º vice-rei)—Largou de Lisboa na monção de 1571, e chegou a Goa no dia 6 de setembro, em que logo assumiu o governo; mas foi mandado recolher ao reino em 1573, o que executou, e morreu de desgosto.

XXV Antonio Moniz Barreto—Tomou posse do governo a 9 de maio de 1573, e continuou até setembro de 1578, que entregou a administração do estado ao seu successor, e voltou para Portugal.

XXVI D. Diogo de Menezes—Sucedeu em primeira via na falta do vice-rei nomeado, **Ruy Lourenço de Tavora**, que falleceu em Moçambique, vindo do reino, em 1576. Depois de entregar o governo ao novo vice-rei em 1578 regressou a Portugal.

XXVII D. Luiz de Athaide, conde de Athouguia, e depois *marquez de Santarem* (12.^º vice-rei), segunda vez—Deixou Lisboa em novembro de 1577, e chegou a Goa no dia 31 de agosto de 1578. Morreu a 10 de março de 1581.

XXVIII Fernão Telles de Menezes — Governador pela primeira via de successão, durante poucos mezes.

XXIX D. Francisco Mascarenhas, conde da Villa da Horta (13.^º vice-rei) — Largou de Lisboa a 11 de abril de 1581, e chegou a Goa a 16 de setembro do mesmo anno. Deixou o governo nas mãos do arcebispo logoque soube da chegada do seu successor a Cochim, e embarcou para o reino a 22 de novembro de 1584.

XXX D. Duarte de Menezes, conde de Tarouca (14.^º vice-rei) — Partiu de Lisboa a 10 de abril de 1584, chegou a Cochim em 25 de outubro, e falleceu em Goa a 4 de maio de 1588.

XXXI Manuel de Sousa Coutinho — Nomeado em segunda via de successão, por ter embarcado para o reino o designado na primeira, *Mathias de Albuquerque*. Naufragou, ao voltar para Lisboa, nos baixos do Garajau.

XXXII Mathias de Albuquerque (15.^º vice-rei) — Saiu de Lisboa a 8 de maio de 1590, e chegou a Goa a 15 de maio do seguinte anno. Edificou o convento de Nossa Senhora do Cabo em 1594.

XXXIII D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira (16.^º vice-rei) — Deixou o Tejo em 10 de abril de 1596, e só chegou a Goa em 22 de maio de 1597; tomou posse a 25 do mesmo mez, e solemnisou a sua entrada na cidade em o dia 1.^º de junho. A 25 de dezembro de 1597 collocaram os vereadores da camara de Goa o retrato de Vasco da Gama na sala das suas sessões, e pouco depois se inaugurou a estatua do valente descobridor da India sobre o arco da Porta do rio na mesma cidade. Em 1598 construiu-se o forte de Gaspar Dias. O vice-rei voltou a Portugal em 1601.

XXXIV Ayres de Saldanha (17.^º vice-rei) — Chegou a Goa, e começou a governar em 25 de dezembro de 1600. Regressou a Portugal, depois de rendido no governo, em 1605.

XXXV Martim Affonso de Castro (18.^º vice-rei) — Aportou a Goa em meado de janeiro de 1605, e na monção

de 1606 partiu para Malaca, aonde morreu no dia 3 de junho de 1607.

XXXVI D. fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Goa — Governou na ausencia do vice-rei Castro, e depois da sua morte, e ainda continuou por mais algum tempo, em consequencia de haver morrido na viagem o novo vice-rei nomeado, *D. João Pereira Forjaz, conde da Feira*. Os hollandezes cercaram Malaca no tempo do seu governo.

XXXVII André Furtado de Mendonça — Aberta a via de successão, vindia do reino, no dia 27 de maio de 1609, achou-se o seu nome designado. Assenhoreou-se do reino de Jafanapatam, e defendeu Malaca contra forças poderosas da Hollanda e de Java. Voltou a salvamento ao reino.

XXXVIII Ruy Lourenço de Tavora (19.º vice-rei) — Tomou conta do governo a 5 de setembro do mesmo anno (1609).

XXXIX D. Jeronymo de Azevedo (20.º vice-rei) — Estava na India, e entrou de posse do governo em 15 de dezembro de 1612, e depois de quatro annos regressou a Portugal.

XL. D. João Coutinho, conde de Redondo (21.º vice-rei) — Era filho de outro vice-rei do mesmo appellido e titulo. Tomou posse do governo, que lhe entregou o seu antecessor, a 18 de novembro de 1617, e faleceu em Goa a 10 de novembro de 1619.

XLI Fernão de Albuquerque — Sucedeu em via, e governou mais de tres annos, porque *D. Affonso de Noronha*, nomeado vice-rei da India em 1621, não chegou a embarcar.

XLII D. Francisco da Gama, conde-almirante (22.º vice-rei da India), segunda vez — Nomeado em 22 de janeiro de 1622, chegou a Goa e tomou posse do governo a 19 de dezembro do mesmo anno.

Ao cabo de cinco annos de administração regressou a Portugal com licença da corte.

XLIII D. fr. Luiz de Brito, bispo de Meliapor e eleito de Cochim—Sucedeu em via, e tomou posse da governança do estado a 27 de janeiro de 1627; faleceu a 29 de julho de 1628.

Por sua morte abriu-se segunda via de successão, e appareceram nomeados *Nuno Alvares Botelho*, conselheiro do estado; *D. Lourenço da Cunha*, capitão da cidade; e o chanceler *Gonçalo Pinto da Fonseca*. Tomaram posse do governo no dia 1.^º de agosto, e tendo ido o primeiro, mais tarde, em soccorro de Malaca, ficaram os outros dois governando até á chegada do vice-rei.

XLIV D. Miguel de Noronha, conde de Linhares—(23.^º vice-rei)—Nomeado em 7 de fevereiro de 1629, chegou a Goa a 21 de outubro do mesmo anno, e tomou posse do governo no dia seguinte. Fez respeitar as armas portuguezas durante a sua longa administração, e não foi menos solicitó na edificação de obras uteis. Erigiu á sua custa o hospital da Piedade, edificou a casa da polvora, construiu a igreja de S. Lourenço na fortaleza da Aguada, fortificou Bardez e a ilha de Goa, levantou a grande ponte de Pangim, e acudiu á ilha de Ceylão, que havia chegado á ultima extremidade. Regressou a Portugal.

XLV Pero da Silva (24.^º vice-rei)—Aportou á India no dia 8 de dezembro de 1635, tomou posse, e governou o estado até 24 de junho de 1639, que se finou em Goa da epidemia que então reinava na cidade.

XLVI Antonio Telles de Menezes—Sucedeu em segunda via, estando governando a praça de Damão, e ficou substituindo-o interinamente o arcebispo primaz *D. fr. Francisco dos Martyres*. Tomou finalmente posse a 4 de outubro do mesmo anno de 1639, e só governou até 21 de setembro seguinte, sempre em constante luta contra os hollandezes que nos faziam uma guerra cruel por esse tempo.

XLVII João da Silva Tello de Menezes, conde de Aveiras (25.^º vice-rei)—Nomeado em 25 de fevereiro de

1640, saiu de Lisboa a 26 de março seguinte, e chegou a Goa a 20 de setembro do mesmo anno. Voltou ao reino em 1647.

XLVIII D. Philippe Mascarenhas (26.^º vice-rei) — Nomeado em 10 de abril de 1644, chegou a Ceylão a 10 de dezembro do mesmo anno, e ahi começou a governar o estado. Passado um anno tomou posse solemne do cargo na cidade de Goa a 30 de dezembro de 1645; e tendo noticia que falecera em viagem o vice-rei que o vinha render, conde de Aveiras (segunda vez despachado para a India), entregou a governança no dia 31 de maio de 1651 ás pessoas designadas na primeira via de successão, que mandou abrir. De volta para a Europa falleceu em Loanda, já no seguinte anno de 1652.

Tomaram conta do governo em 31 de maio o primeiro e terceiro dos nomeados na via de successão *D. fr. Francisco dos Martyres* e *Francisco de Mello de Castro*. O segundo, Antonio de Sousa Coutinho, que estava por capitão em Damão, só se lhes aggregou a 8 de dezembro do mesmo anno.

XLIX D. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos (27.^º vice-rei) — Nomeado em 19 de janeiro de 1652, partiu de Lisboa a 25 de março, e chegou a Goa no dia 3 de setembro do mesmo anno. Tomou posse do governo a 6. Soccorreu Ceylão e as fortalezas do Canará cercadas pelos hollandezes. Não obstante possuir optimas qualidades, foi deposto no dia 22 de outubro de 1653, preso e enviado para o reino, em resultado de uma sedição de que era principal caudilho *D. Braz de Castro*. Este assumiu a si o governo, até que foi preso e alguns de seus sequazes, em 1655.

L D. Rodrigo Lobo da Silveira, conde de Sarzedas (28.^º vice-rei) — Saiu de Lisboa a 23 de março de 1655, e aportou a Mormugão em 19 de agosto do mesmo anno. A 23, conformando-se com o parecer da relação do estado, tomou por si posse do governo como se estivera vago, e deu as necessarias providencias para extinguir os resultados da sedição. Governou com prudencia, rectidão e desinteresse, e fal-

leceu em Goa a 3 de janeiro de 1656, não sem suspeitas de haver sido envenenado.

Por sua morte, não aparecendo vias de sucessão, juntaram-se os *tres estados*, e elegeram para governador *Manuel Mascarenhas Homem*, que tomou posse a 14 de janeiro.

N'uma via de sucessão, chegada em maio do mesmo anno, encontraram-se designados para compor o governo, aquelle que já o estava exercendo e mais *Francisco de Mello de Castro* e *Antonio de Sousa Coutinho*, que estavam em Ceylão, d'onde vieram no anno seguinte a Goa exercer as funcções para que haviam sido nomeados pela segunda vez.

Morrendo em viagem o vice-rei *conde de Villa Pouca de Aguiar*, que vinha de Portugal, abriu-se a primeira via que o acompanhava, em 7 de setembro de 1657, e acharam-se designados os mesmos tres que já governavam.

Finalmente a 25 do mesmo mez e anno falleceu *Manuel Mascarenhas Homem*, e ficaram governando os outros dois até 14 de junho de 1661, que chegou uma nova via de sucessão; por esta eram nomeados *D. Manuel Mascarenhas*, que não aceitou por estar governando Moçambique, e *Luiz de Mendonça Furtado* e *D. Pedro de Lancastre*, que governaram até 14 de dezembro de 1662.

L I Antonio de Mello e Castro (29.^º vice-rei) — Nomeado governador a 11 de março de 1662, foi auctorizado um anno depois para usar do titulo de vice-rei. Chegou a Bombaim a 29 de setembro do mesmo anno, e fez entrega d'aquelle ilha aos ingleses, em execução do tratado matrimonial de 1661. No seu tempo assenhorearam-se os hollandezes de Cochim e outros pontos da costa do Malabar.

L II João Nunes da Cunha, conde de S. Vicente (30.^º vice-rei) — Nomeado em 11 de março de 1666, chegou a Goa em 11 de outubro do mesmo anno, tomou posse do governo a 17, e falleceu a 6 de novembro de 1668.

Aberta a primeira via de sucessão, acharam-se designados para substituir a falta do vice-rei *Antonio de Mello e Castro*

(parente do penultimo vice-rei); *Luiz de Miranda Henriques*, capitão de Diut; e *Manuel Córte-Real de Sampaio*, conselheiro do estado.

LIII **Luiz de Mendonça Furtado de Albuquerque, conde de Lavradio** (31.^º vice-rei)—Nomeado em 9 de março de 1670, só chegou a Goa em 20 de maio do seguinte anno, e tomou posse do governo a 22. Na volta para a Europa naufragou nos baixos de Pinda, e salvou-se para Moçambique; porém morreu no proseguimento da viagem para Lisboa.

LIV **D. Pedro de Almeida, conde de Assumar** (32.^º vice-rei)—Nomeado em 8 de abril de 1677, chegou a Goa a 28 de outubro do mesmo anno, e dois dias depois tomou posse do governo. Por ordem da corte se embarcou para Moçambique a 27 de janeiro de 1678, e ahi falleceu a 22 de março de 1679.

Pela ausencia do vice-rei ficaram governando a India *D. fr. Antonio Brandão*, arcebispo primaz, e *Antonio Paes de Sande*, designados na via de successão com o já então falecido chanceller *Francisco Cabral de Almada*; e morrendo em julho do mesmo anno o arcebispo, continuou só na governança *Antonio Paes de Sande*, em consequencia de um assento da Junta dos tres estados.

LV **Francisco de Tavora, conde de Alvor** (33.^º vice-rei)—Nomeado por carta patente de 4 de fevereiro de 1681, chegou a Goa a 11 de setembro seguinte, e tomou conta do governo a 12; fez guerra aos maratas com vantagem das armas portuguezas, e fortificou a ilha de Angediva. Partiu para Portugal a 15 de dezembro de 1686.

LVI **D. Rodrigo da Costa**—Governou por via de successão. Era capitão geral da armada de galeões do mar da India.

LVII **D. Miguel de Almeida**—Sucedeu em segunda via, por morte de D. Rodrigo, em junho de 1690, e governou só, por se haverem finado os outros dois nomeados na via de successão. Tendo fallecido a 9 de janeiro de 1691, entraram

na governança, por nova via de successão, *D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre*, e *Luiz Gonçalves Cotta*; porém o segundo morreu logo em junho do mesmo anno, e foi substituído pelo arcebispo *D. fr. Agostinho da Annunciação*, em virtude de uma carta declaratoria do governo da metrópole.

LVIII D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde (34.^º vice-rei)—Nomeado em 4 de fevereiro de 1692, partiu de Lisboa a 25 de março do mesmo anno, inveriou em Moçambique, e chegou a Goa em 26 de maio do seguinte anno, tomando posse do governo dois dias depois. Visitou as praças do norte, e bateu mais de uma vez os arabes. Regressou a Portugal, depois de entregar o governo ao seu successor.

LIX Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho (35.^º vice-rei)—Despachado em 11 de dezembro de 1697, chegou a Goa a 14 de setembro de 1698, e tomou posse do governo a 20 do mesmo mez e anno. Com auctorisação da côrte abriu a via de successão em 17 de setembro de 1701, e entregou o governo aos designados na mesma via, *D. fr. Agostinho da Annunciação*, arcebispo de Goa, e *D. Vasco Luiz Coutinho*, mestre de campo do terço do estado da India. Este vice-rei morreu na Bahia de todos os Santos, quando voltava para o reino.

LX Caetano de Mello de Castro (36.^º vice-rei)—Eleito em 13 de fevereiro de 1703, tomou posse do governo a 2 de outubro seguinte. Depois de um governo energico, assinalado por diferentes victorias, entregou a administração do estado da India ao seu successor, e regressou a Portugal.

LXI D. Rodrigo da Costa (37.^º vice-rei)—Nomeado em 25 de fevereiro de 1707, chegou a Goa a 25 de outubro do mesmo anno, e tomou posse do governo tres dias depois. Voltou ao reino.

LXII Vasco Fernandes Cesar de Menezes (38.^º vice-rei)—Despachado em 8 de março de 1712, saiu de Lisboa a 14 de abril, chegou a Goa a 16 de setembro e tomou posse

do governo a 21 do mesmo mez e anno. Fez um forte novo em Bardez, e combateu os arabes de Mascate e Surrate. Em 1617 abriu a primeira via de sucessão, entregou o governo á pessoa n'ella designada, e recolheu a Portugal.

LXIII D. Sebastião de Andrade Pessanha, arcebispo primaz—Tomou posse do governo, pela alludida via de sucessão, a 13 de janeiro de 1717.

LXIV D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira (39.^º vice-rei)—Nomeado em 10 de abril de 1717, partiu de Lisboa a 17 do mesmo mez, chegou a Goa a 9 de outubro do mesmo anno, e recebeu o governo das mãos do arcebispo sete dias depois. Foi memorável a sua administração na paz e na guerra, e voltou a Portugal coberto de bençãos e de gloria.

LXV Francisco José de Sampaio e Castro (40.^º vice-rei)—Nomeado em 31 de março de 1720, saiu de Lisboa a 13 de abril do mesmo anno, chegou a Goa em 12 de setembro, e tomou posse do governo a 14. Falleceu a 13 de julho de 1723.

LXVI D. Christovão de Mello—Governou por via de sucessão até ao dia 3 de setembro do mesmo anno, em que chegando da corte uma nova via, se acharam ali designados, e tomaram conta da governança, o mesmo *D. Christovão de Mello*, e mais *D. Ignacio de Santa Thereza*, arcebispo primaz, e *Christovão Luiz de Andrade*, chanceller do estado.

LXVII João de Saldanha da Gama (41.^º vice-rei)—Nomeado em 20 de janeiro de 1725, chegou a Goa a 24 de outubro, e a 28 tomou posse do governo. No seu tempo sofreram as províncias do norte uma invasão dos exercitos maratas. Alcançando licença para voltar ao reino, abriu a via de sucessão, e entregou a governança ás pessoas n'ella designadas, em 23 de janeiro de 1732.

Os nomeados eram *D. Ignacio de Santa Thereza*, arcebispo, *D. Christovão de Mello* e *Jeronymo Correia Freire*; mas tendo este ultimo falecido, recorreu-se a um alvará de

declaração, e ahí se achou mencionado para a substituição o secretario do estado *Thomé Gomes Moreira*. No seu tempo fez-se a paz com o marata.

LXVIII D. Pedro Mascarenhas, conde de Sandomil (42.^º vice-rei)—Despachado em 23 de março de 1732, saiu de Lisboa a 26 de abril, e chegou a Goa a 5 de outubro do mesmo anno. Dois dias depois começou o seu infeliz governo de quasi nove annos, durante o qual perdemos Baçaim e toda a chamada província do norte, menos Damão e Diu (capitulação-de 19 de maio de 1739), foram invadidas as peninsulas de Salsete e Bardez, e para salvar Goa, ameaçada pelo marata, se lhe entregou a praça de Chaul. Tambem, em 1740, destruiu o pirata Angriá a frota portugueza. Este malfadado vice-rei voltou a Portugal em 1741, depois de entregar o governo ao seu successor.

LXIX D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira e 1.^º marquez de Louriçal (43.^º vice-rei), segunda vez—Nomeado em 21 de abril de 1740, saiu de Lisboa a 7 de maio do mesmo anno, e chegou a Goa a 13 de maio seguinte. A 18 tomou conta do governo, e em pouco tempo restaurou muitas das perdas occorridas durante a administração do seu antecessor. Tendo trazido consigo forças respeitaveis emprehendeu logo a guerra contra os maratas, derrotou-os nos campos de Bardez, de que se seguiu logo a restauração de cinco fortalezas; retomou a província de Salsete, pôz cerco á fortaleza de Pondá, e concluiu outros gloriosos feitos. Falleceu em Panelim a 12 de junho de 1742.

Abertos tres alvarás de declaração para a successão no governo do estado acharam-se designados: *D. Francisco de Vasconcellos*, bispo de Cochim, que estava na sua diocese, e só chegou a Goa a 20 de dezembro, mas logo falleceu a 30 de março de 1743; *D. Lourenço de Noronha*, conselheiro do estado, que estava governando Moçambique, e só chegou a Goa a 18 de maio de 1743; e *D. Luiz Caetano de Almeida*, que foi o unico a tomar posse da governança por falecimento

do vice-rei, e que depois governou de parceria, primeiro com o bispo, mais tarde com D. Lourenço.

LXX D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, conde de Assumar, 1.^o marquez de Castello Novo, e depois de Alorna (44.^o vice-rei)—Despachado em 21 de março de 1744, saiu de Lisboa a 29 do mesmo mez e anno, chegou a Goa a 22 de setembro, e a 24 tomou posse do governo. Fez guerra, com vantagem, aos maratas, tomando-lhe as fortalezas de Bicholim e Sanquelim, e territorios adjacentes. A 5 de maio de 1746 tomou em pessoa a praça de Alorna, por cujo motivo lhe foi transferido o titulo de marquez de Castello Novo para marquez de Alorna; tomou tambem as fortalezas de Tiracol e Neutim, e a praça de Rarim.

LXXI Francisco de Assis, marquez de Tavora (45.^o vice-rei)—Despachado em 18 de fevereiro de 1750, saiu de Lisboa a 28 de março do mesmo anno, chegou a Goa e tomou posse do governo a 27 de setembro. Foi feliz na guerra que fez por mar e terra aos maratas e outros inimigos do estado. No seu tempo se separou do governo da India a provincia de Moçambique (1752). Voltou ao reino depois de quatro annos de governo.

LXXII D. Luiz Mascarenhas, conde de Alva (46.^o vice-rei)—Despachado em 22 de março de 1754, saiu de Lisboa no 1.^o de abril seguinte; chegou a Goa a 15 de setembro, e tomou posse no dia 18 do mesmo mez e anno. Continuou a guerra com os maratas, e tentando retomar a fortaleza de Pondá, que cairá em poder do inimigo, foi prisioneiro e morto no dia 28 de junho de 1756. Perdeu as praças de Rarim e Neutim.

Aberta a via de successão, acharam-se designados para a governação do estado, D. Antonio Taveira de Neiva Brum da Silveira, arcebispo; João de Mesquita Matos Teixeira, chanceller do estado; e José Correia de Sá; porém como este ultimo já se houvesse recolhido ao reino, rompeu-se o sello ao primeiro alvará de declaração, e achou-se ahi nomeado

D. Antonio José da Costa, já então fallecido. Aberto segundo alvará encontrou-se n'elle a nomeação de *Filippe de Valladares Souto Maior*; que governou com os dois primeiros até á chegada de novo vice-rei.

LXXIII Manuel de Saldanha de Albuquerque, conde da Ega (47.^o vice-rei)—Nomeado em 10 de março de 1756, chegou a Goa a 20 de setembro, e tomou posse do governo a 23 do mesmo mez e anno. Continuou a guerra, e concluiu uma vantajosa paz com o Marata, tomou e fez demolir a fortaleza de Pondá, e conquistou os terrenos que formam a província de Canacona. Por ordem da corte fez entrega das fortalezas de Bicholim e Alorna, áquelle a quem haviam sido conquistadas. Mudou a residencia para o palacio de Pangim, onde os seus sucessores continuaram a habitar até hoje. No seu tempo foram apprehendidos na India os jesuitas que ali habitavam e remetidos para Portugal.

Sabendo da morte do seu successor, o *conde da Louzã*, *D. João de Lancastre*, sucedida em Moçambique, abriu as vias de successão e entregou o governo no dia 19 de outubro de 1765, recolhendo-se a Portugal em 25 de dezembro seguinte.

Os nomeados na via de successão foram: o arcebispo *D. Antonio Taveira da Neiva* (pela segunda vez); o chanceller do estado *João Baptista Vaz Pereira*; e o vedor geral da fazenda, *D. João José de Mello*.

LXXIV D. João José de Mello—Um dos tres acima designados, foi despachado governador em 14 de abril de 1767, e tomou posse nas mãos dos seus collegas a 12 de março de 1768. No seu tempo fizeram-se varias economias na fazenda do estado, sendo uma d'ellas a reducção dos ordenados dos governadores e vice-reis a 20:000 xerafins annuaes. Por carta de lei de 10 de abril de 1769 foi creada a junta de fazenda de Goa. Falleceu este governador no dia 10 de janeiro de 1774.

LXXV Filipe de Valladares Souto Maior—Go-

vernou por via de successão, segunda vez, até á chegada do novo vice-rei.

LXXVI D. José Pedro da Camara, governador e *capitão general* — Nomeado em 4 de fevereiro de 1774, chegou a Goa a 22 de setembro, e tomou posse do governo no dia 24 do mesmo mez e anno. Fez reedificar, por ordem que trazia da corte, algumas ruas da cidade á beiramar. Voltou ao reino.

Os seus sucessores continuaram a usar do titulo de *capitão general*, que substituiu o de *vice-rei*.

LXXVII D. Frederico Guilherme de Sousa — Nomeado em 18 de março de 1778, chegou a Goa a 22 de maio de 1779, e tomou posse do governo a 26 do mesmo mez e anno. Reuniu novamente ao estado as provincias de Bicholim e Sanquelim, e as fortalezas de Alorna e de Arabó; fortificou outras, e deu grande incremento á marinha de guerra da India portugueza. No seu tempo restaurou-se a relação de Goa, que fôra extinta por lei de 15 de janeiro de 1774. Depois de sete annos de providente administração, entregou o governo ao seu successor, e regressou a Lisboa.

LXXVIII Francisco da Cunha e Menezes — Nomeado em 19 de dezembro de 1785, aportou a Goa a 28 de outubro de 1786, e tomou posse do governo a 3 de novembro seguinte. Em 1788 recuperou o estado a província de Pernem. Foi este capitão general grande zelador da fazenda publica; pediu a sua exoneração, que lhe foi concedida, e voltou ao reino.

LXXIX Francisco Antonio da Veiga Cabral — Estava servindo em Goa, com a patente de tenente general, e commandante em chefe da força armada, quando foi encarregado do governo da India, por carta regia de 24 de agosto de 1793; tomou posse a 22 de maio de 1794, e a 15 de novembro de 1806 recebeu a carta patente de governador e capitão general.

No seu tempo, em 1801, foram as fortalezas da barra de Goa ocupadas por uma força auxiliar ingleza, que só as eva-

euou por occasião da paz geral em 1815. Depois de treze annos de rigorosa administração entregou este governador o mando superior da India portugueza ao seu successor, e retirou-se para o Brazil, aonde foi agraciado com o titulo de *visconde de Mirandella*.

LXXX Bernardo José de Lorena, *conde de Sarzedas* (48.^o vice-rei) — Nomeado vice-rei e capitão general em 17 de outubro de 1806, saiu de Lisboa a 15 de novembro do mesmo anno, chegou a Goa a 27 de maio do seguinte, e tomou posse do governo tres dias depois. No seu tempo, em 1814, foi abolido o tribunal da inquisição de Goa, e demolido o seu palacio. Este vice-rei recolheu da India para o Rio de Janeiro.

LXXXI D. Diogo de Sousa, *conde de Rio Pardo* (49.^o vice-rei) — Nomeado em 4 de janeiro de 1816, chegou a Goa a 25 de novembro, e tomou posse do governo a 29 do mesmo mez e anno. Bom militar e prudente e economico administrador, não pôde contudo evitar o ser deposto do governo e preso no convento do Cabo em Goa, quando ali chegou a noticia da mudança política que se operára no reino em 1820. Uma junta provisoria se organisou para o substituir na governança, em 16 de setembro de 1821, composta de cinco membros; a saber: os marechaes de campo *Manuel Godinho da Mira* e *Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama*, os desembargadores *Manuel José Gomes Loureiro*, *Gonçalo de Magalhães Teixeira* e *Manuel Duarte Leitão*. A seu turno foram tambem estes depostos da governança, no dia 3 de dezembro do mesmo anno, em consequencia de outra revolução.

Já a esse tempo tinha chegado a Goa novo governador, em 25 de novembro de 1821, mas foi obrigado a receber quatro collegas na administração, em 3 de dezembro do mesmo anno, tendo estado recolhido em uma casa particular desde o seu desembarque até ao dia da revolta. O novo governo provisorio ficou assim composto: presidente, *D. Manuel da Camara*

(o capitão general nomeado); vogaes: o arcebispo de Cranganor, *D. fr. Paulo de S. Thomás de Aquino*; o brigadeiro *Antonio de Mello Souto Maior Telles*; o desembargador *João Carlos Leal*; e o physico-mór, *Antonio José de Lima Leitão*. Tendo este ultimo sido eleito deputado ás cōrtes constituintes foi substituido no conselho pelo capitão de mar e guerra *Joaquim Mourão Garcez Palha*.

O conde de Rio Pardo tendo embarcado para Bombaim em 2 de outubro do mesmo anno, voltou a Goa a 7 de fevereiro de 1822, e partiu para o Rio de Janeiro em uma charrua de guerra a 4 de março seguinte.

LXXXII D. Manuel da Camara (50.^º vice-rei)—Despachado governador e capitão general em 19 de julho de 1820, chegou a Goa, como dissemos, a 25 de novembro de 1821, e foi presidente da junta geral provisional desde 3 de dezembro do mesmo anno até 18 de novembro de 1823, que assumiu a si o governo, logoque soube da queda da constituição. Por carta regia de 22 de agosto de 1824 foi nomeado vice-rei e capitão general, e tomou posse como tal a 10 de março de 1825. Falleceu a 16 de novembro do mesmo anno, tendo concluído algumas obras de utilidade publica.

Por sua morte sucederam-lhe na governança: *D. fr. Manuel de S. Galdino*, arcebispo; *Candido José Mourão Garcez Palha*, chefe de esquadra; e *Antonio Ribeiro de Carvalho*, ouvidor geral.

LXXXIII D. Manuel de Portugal e Castro (51.^º e ultimo vice-rei)—Tomou posse como governador em 9 de outubro de 1827, e foi elevado a vice-rei em 7 de abril de 1830. A elle se deve o embellezamento de Pangim, e muitas construções de edificios do estado n'aquelle hoje capital da India portugueza.

LXXXIV Bernardo Peres da Silva (prefeito)—Nomeado prefeito do estado da India em 7 de maio de 1834, chegou a Goa a 10 de janeiro de 1835, e tomou conta da administração civil da província no dia 14 do mesmo mez, a

qual conservou apenas dezesete dias. No 1.^º de fevereiro teve lugar uma revolta em Goa contra o prefeito, que foi preso e enviado para Bombaim; mas passado tempo voltou ao território portuguez, e governou Damão e Diu até á chegada de nova auctoridade legitima. Por dois dias assumiu o governo o ex-vice-rei *D. Manuel de Portugal*, a sim de acalmar os animos irritados pela sedição; e reunindo uma assembléa no palacio, fez collocar á testa dos negocios publicos o primeiro conselheiro da prefeitura *Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama*. A 10 do mesmo mez de fevereiro teve logar uma reacção a favor do prefeito, mas ficando malograda occasionou um novo movimento militar no dia 3 de março, que deu em resultado a deposição do conselheiro da prefeitura *Correia*, e a nomeação de um governo provisional composto do coronel *João Cazimiro da Rocha Vasconcellos*, como presidente; e do physico-mór *Manuel José Ribeiro*, e pae dos christãos fr. *Constantino de Santa Rita*, como vogaes. O ex-vice-rei *D. Manuel de Portugal* e o desembargador *Manuel Venancio Moreira de Carvalho* negaram-se a fazer parte d'este intruso governo. O primeiro retirou-se para Vingorlá e depois para Lisboa. O governador militar *Fortunato de Mello*, que acompanhára o prefeito, tambem foi enviado para a corte.

A 7 de dezembro de 1836, havendo falecido fr. *Constantino*, reuniu-se uma nova assembléa para eleger tres cidadãos que com os dois restantes do conselho provisional formassem uma junta governativa de cinco membros; esta assembléa escolheu o coronel *João Cabral de Estífique*, o tenente coronel *Antonio Maria de Mello*, e o desembargador *Joaquim Antonio de Moraes Carneiro*; porém o ultimo nomeado deixou de fazer parte da junta pouco tempo depois, e o physico-mór *Ribeiro* falleceu em 10 de abril de 1837, o que deu logar a reunir-se uma nova assembléa eleitoral que nomeou para os dois logares vagos no governo os maiores *José Antonio de Lemos* e *Antonio Mariano de Azevedo*, secretario do futuro governador barão de Sabroso. Poucos dias porém se conser-

varam estes no cargo, e os outros tres continuaram a governar até á chegada do novo governador.

LXXXV **Simão Infante de Lacerda, barão de Sabroso** (*governador geral*, segundo o decreto de 7 de dezembro de 1836. O mesmo título têem tido até hoje os seus sucessores)—Nomeado em 2 de maio de 1836, antes da nova lei da organisação dos governos ultramarinos, trouxe consigo para Goa, aonde chegou a 19 de novembro de 1837, a legislação actual, a que deu inteira execução. Teve este governador conflictos desagradáveis com o presidente da relação e com o commandante da fragata *D. Pedro*, que a final fugiram de Goa, abandonando os seus logares. A 28 de setembro de 1838, achando-se gravemente doente, entregou a administração do estado ao *conselho do governo*, na conformidade da lei, e faleceu a 14 de outubro seguinte.

Ficaram pois governando: a primeira auctoridade ecclesiastica, arcebispo eleito *D. Antonio Feliciano de Santa Rita*; a principal patente militar, coronel commandante da força armada *José Antonio Vieira da Fonseca*; o mais graduado membro da magistratura, juiz servindo de presidente da relação *José Cancio Freire de Lima*; e o primeiro empregado fiscal, escrivão deputado da junta da fazenda *Domingos José Mariano Luiz*. Pouco depois, a 21 de novembro, faleceu o arcebispo, e continuaram os outros tres com a governança, até que da corte designaram um d'elles para gerir só os negócios do estado.

LXXXVI **José Antonio Vieira da Fonseca**—Gover-nador geral interino desde 5 de março até 14 de novembro de 1839.

LXXXVII **Manuel José Mendes, barão de Candal**—Nomeado em 5 de agosto de 1839, saiu de Lisboa a 30 do mesmo mez, e chegou a Goa (por via do Egypto) a 12 de novembro do mesmo anno. Tomou posse do governo a 15, e faleceu a 18 de abril do anno seguinte, depois de uma curta mas esperançosa administração. Sucedeu-lhe o conselho do

governo, assim composto: coronel *José Antonio Vieira da Fonseca*, juiz da relação *José Cancio Freire de Lima*, vigario capitular *Antonio João de Athaide*, escrivão de fazenda *Domingos José Mariano Luiz*, e os conselheiros electivos *José da Costa Campos*, capitão de engenharia, e *Caetano de Sousa e Vasconcellos*, coronel de milicias de Moçambique.

LXXXVIII José Joaquim Lopes de Lima (interino)—Era intendente da marinha de Goa quando lhe chegou a nomeação de governador interino. Tomou posse a 24 de setembro de 1840, e largou o governo a 27 de abril de 1842, em resultado de uma revolta militar. Embarcou para Bombaim, e a final para o reino quando chegou o seu successor. Levou a cabo uteis melhoramentos de diversos generos em todo o estado da India.

Na ausencia de Lopes de Lima governou pacificamente o estado o conselho do governo, assim composto então: presidente da relação *Antonio Ramalho de Sá*, brigadeiro *Antonio José de Mello Souto Maior Telles*, vigario capitular *Antonio João de Athaide*, e os dois conselheiros electivos *José da Costa Campos* e *Caetano de Sousa e Vasconcellos*.

LXXXIX Francisco Xavier da Silva Pereira, conde das Antas—Nomeado em 18 de julho de 1842, chegou a Goa a 16 de setembro, e tomou posse do governo a 19 do mesmo mez. Fez algumas reformas e economias, principalmente no ramo militar, e deu outras salutares providencias sobre diversos assumptos. No seu tempo foi Pangim elevada á categoria de cidade com o titulo de *Nova Goa*.

Em 25 de abril de 1843 fez abrir a carta de prego que continha o decreto de nomeação do seu successor, e entregando-lhe o governo, retirou-se no dia seguinte para Portugal.

XC Joaquim Mourão Garcez Palha, chefe de divisão reformado da marinha de Goa—Nomeado governador geral por decreto de 31 de janeiro de 1843, sucedeu ao conde das Antas no dia acima mencionado.

XCI José Ferreira Pestana—Nomeado em 20 de ja-

neiro de 1844, saiu de Lisboa a 28 de março, chegou a Goa a 17 de maio, e a 20 tomou posse do governo. A sua benefica e sabia administração estendeu-se a todo o genero de melhoramentos. No seu tempo estabeleceu-se a companhia commercial de Goa. Ao cabo de quasi sete annos de bom governo, chegando-lhe successor, voltou á Europa.

XCII José Joaquim Januario Lapa, barão e depois visconde de Villa Nova de Ourem—Nomeado em 30 de outubro de 1850, chegou a Goa a 12 de janeiro de 1851, e tomou conta do governo a 15 do mesmo mez e anno. Com auctorisação da corte entregou a administração do estado ao conselho do governo, e voltou a Portugal, para tratar da sua arruinada saude, a 6 de maio de 1855.

Deu muitas providencias de utilidade publica, e mais teria feito para felicitar a India se não tivesse que lutar durante annos com os revoltosos de Satary.

O conselho de governo, que ficou governando na sua ausencia, era assim composto: bispo eleito de Cochim *D. Joaquim de Santa Rita Botelho*, brigadeiro do exercito da India *Luiz da Costa Campos*, escrivão da junta de fazenda *Francisco Xavier Peres*, conselheiros electivos *Bernardo Heitor da Silveira e Lorena e Victor Anastacio Mourão Garcez Palha*.

XCHI Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, visconde de Torres Novas—Nomeado em 24 de maio de 1855, saiu de Lisboa a 23 de setembro, chegou a Goa no 1.^o de novembro, e tomou posse do governo a 3 do mesmo mez e anno. Entre outras obras de utilidade publica que emprehendeu sobresae a abertura de uma estrada real até á fronteira ingleza; a sua administração tem merecido justos louvores. Foi reconduzido na governança da India por mais tres annos, em 30 de março de 1858.

Pelo relatorio do mesmo governador á junta geral de districto, em 12 de novembro de 1860, se vê que tem havido notavel acrescimo nas rendas publicas durante o tempo da sua administração, e que a abertura de estradas continua a ter

grande incremento; n'essa data estavam em construcão diversos lanços das seguintes vias publicas: de Usgão ao Gate de Tinem, atravessando parte da provincia de Bicholim e a de Embarbacem, a entroncar na estrada de Darwar, pela qual o porto de Goa receberá as mercadorias das provincias britânicas interiores; de Sanquelim a Massordem, que igualmente se dirige ao Gate de Tinem, atravessando a província de Satarry; de Pangim, por Santa Cruz, a S. Lourenço, a qual se prolongará, por Salsete e Canacona, até á fronteira ingleza, em Sadashigor; e quasi concluida a da velha cidade de Goa até Combarjua.

CAPITULO VIII

FORÇA MILITAR

A primeira força militar que teve a India portugueza era composta de soldados aventureiros, que embarcavam voluntariamente em Portugal com o fito em ganharem honra e provento n'aquellas longínquas regiões de fabuladas riquezas, aos quaes successivamente se aggregaram os nativos de diferentes castas, cujos interesses territoriaes se iam ligando aos dos conquistadores; mas sem formarem, nem uns nem outros, corpos organisados como os da moderna milicia.

Affonso de Albuquerque, que lançou as bases do nosso imperio oriental com a conquista de Goa, Malaca e Ormuz, não commandava mais de 1:500 ou 1:600 europeus, e alguns poucos malabares, repartidos pelas bandeiras dos diversos capitães, que o general designava para guias da soldadesca nos combates.

Apesar das consideraveis levas de tropa que partiam annualmente do reino, tanto se foi estendendo o dominio portuguez no oriente, durante o seculo xvi, que o nucleo da força militar na capital do estado era sempre diminuto; os voluntarios e degradados europeus andavam espalhados pelas fortalezas do Canará, de Cambaya, dos Estreitos, do Sino persico e das Molucas.

Só em 1629 se começou a dar uma certa organisação á força militar da India, e consecutivamente se foram creando *terços*,

com seus mestres de campo, sargentos móres, capitães e alferes, à similitude do que se usava no exercito de Portugal; em 1671 augmentou-se a milicia do estado com os *terços de ordenanças*; em 1686 creou-se ali o primeiro corpo de *cavallaria*; em 1708 organisaram-se companhias de *sipaes*, em 1733 os terços *auxiliares*, em 1740 as companhias de *artilleria*, e em 1773 um regimento da mesma arma, extinguindo-se então a classe denominada *pés de castello*, que guardava as praças e fortalezas em tempo de paz; em 1796 organisaram-se tres *regimentos de milicias*, em 1816 dois *balhões de caçadores*, e em 1828 a *companhia de mouros* para guarda de honra do vice-rei. Logo veremos qual é actualmente a organisação do exercito da India.

Alem dos titulos militares, que eram communs á milicia de Portugal, havia n'aquelle estado outras denominações, correspondentes a cargos especiaes das tropas de mar e terra do mesmo estado, taes como *generaes de província* (pouco mais ou menos o que hoje se chama *commandantes militares*); *general dos rios*; *alferes mór do estado*; *ajudante general*; *tanadar mór*, chefe das ordenanças das aldeias; *capitão do campo*, especie de commandante da guarda avançada de Goa na terra firme; *capitães das terras e da ordenança*; *capitão mór do mar*, *general dos galeões*, e officiaes de uma marinha de guerra, especial d'aquelle estado, hoje extinta, como todos os mais cargos representados pelas precedentes denominações.

No fim do seculo passado foi nomeado um marechal de campo de Portugal para *commandante em chefe das tropas do estado da India*, e em 1825 creou-se o *commando militar da força armada* do mesmo estado, que foi extinto em 1829, restabelecido em 1834, e de novo abolido em 1840.

A força regular do exercito da India, que em meiado do seculo passado não chegava a 4:000 homens, subiu a mais de 7:000 no começo do presente; porém tornou a declinar, e no 1.^º de janeiro do corrente anno (1860) compunha-se de 4:294

praças de todas as graduações, assim repartidas pelas quatro secções do exercito¹.

1.ª SECÇÃO

Estado maior	6
Corpo de engenheiros	41
Regimento de artilharia	501
1.º Batalhão de caçadores	521
2.º " de infantaria	637
3.º " de infantaria	655
4.º " de caçadores	598
Guarda municipal	453
Companhias de caçadores de Damão	252
Companhia de caçadores de Diu	133

2.ª SECÇÃO

Conselho supremo de justiça militar	8
Estados maiores de praças, com acesso	43
Arsenal e fabrica da polvora	2
Escola mathematica e militar	8
Commandos de províncias	3
Administrações das matas e aldeias	2
Empregados nas praças de segunda ordem	15
Destacados e com licença	2

3.ª SECÇÃO

Officiaes em disponibilidade	2
------------------------------------	---

5.ª SECÇÃO

Estados maiores de fortes, sem acesso	34
Caserneiros	7
Veteranos e reformados	431
Total	<u>4.294</u>

¹ Prescindimos de recapitular minuciosamente todas as reorganizações que tem sofrido a força-militar da India, por ser assumpto estranho ao nosso propósito; mas remetemos os curiosos para as *notas* do sr. F. N. Xavier à *Instrução do marquez de Alorna ao seu successor* (2.ª edição, Nova Goa, 1856). A presente organização do exercito em secções foi estabelecida pelo decreto de 12 de novembro de 1845.

O quadro efectivo dos corpos do exercito da India, segundo a ultima lei da sua organisação, é o seguinte:

Estado maior general — brigadeiro	1
Corpo de engenheiros	{
Coronel ou tenente coronel, commandante ..	1
Majores	2
Capitães	3
Primeiros tenentes	3
Segundos tenentes	3
Regimento de artilharia, com oito baterias de posição, de 4 bôcas de fogo cada uma	653
Guarda municipal, com 4 companhias	444
Dois batalhões de caçadores, com 6 companhias cada um	1:238
Dois batalhões de infantaria, com 8 companhias cada um	1:342
Duas companhias de Damão	244
Uma companhia de Diu	120
Total	<u>4:021</u>

Mandaram-se organizar em Lisboa mais duas companhias, de 82 praças cada uma, destinadas a reforçar as guarnições de Damão e Diu.

Os quarteis permanentes dos corpos acima mencionados são:

- Artilharia — Nova Goa.
- Municipal — Idem,
- 1.^o de caçadores — Margão.
- 2.^o de infantaria — Ponda.
- 3.^o de infantaria — Bicholim.
- 4.^o de caçadores — Mapuçá.

O governador geral é o chefe superior da força armada de todo o estado, e especialmente do distrito das ilhas de Goa; os commandantes dos batalhões estacionados em Margão e Mapuçá exercem as funcções de commandantes militares das províncias de Salsete e Bardez, e as Novas Conquistas acham-se divididas em cinco commandos militares, pela seguinte forma, como já dissemos em outro capítulo:

1.^o — Pernem e Tiracol;

- 2.^º—Bicholim e Sanquelim;
- 3.^º—Pondá e Embarbacem;
- 4.^º—Astragar, Bally, Chondravady e Cacorá;
- 5.^º—Canacona.

O districto de Cabo de Rama está immediatamente subordinado ao commandante da praça.

Do governo de Damão depende o commando militar da provincia ou Praganá Nagar Avely, que é separada da praça por uma facha de territorio estrangeiro.

As fortificações do estado da India que se acham guarnecidias são as seguintes:

Praças—Damão, Diu, Aguada, Mormugão, Cabo de Rama, Alorna, Angediva;

Fortalezas—Tiracol, Reis Magos, Sanquelim;

Fortes—Chaporá, S. Thiago de Benasterim, Betul, Gaspar Dias, Colá, Corjuens, S. Jeronymo (Damão), Simbor (Diu);

Posto militar—Bagá;

Casas fortes—Pernem, Doromarogo, Nanus, Canacona.

Foram successivamente abandonados os fortes de Arabó, Rachol, Nossa Senhora do Cabo, Coluale, Quitulá, Ambarim, Assumpção de Tivim, Meio de Tivim, Novo de Tivim, Bicholim, S. Bartholomeu, Naruá, S. Francisco Xavier, Mandur, Mangueiral, S. Braz, Daugim, Carambolim, S. Lourenço, e outros de menor nomeada na historia das guerras da India.

Alem d'estas, foram arrasadas ou estão em poder de estranhos outras notaveis fortalezas, que dependeram do estado da India, e foram erguidas por mãos de portuguezes, situadas nos seguintes pontos: Chaul, Morro de Chaul, Barcelor, Mangalor, Cananor, Cranganor, Calecut, Cochim, Coulão, Columbo, Gale, Trequinimale, Jafanapatão, Meliapor, Malaca, Solor, Mombaça, Mascate, Curiate, Porcá, Soar, Orfacão, Trapor, Baçaim, Taná, Bombaim, Asserim, Agaçaim, Manar, Negambo, Caliture, Tanavaré, Beligão, Baticalá, Sirgão, Sirião, Quiloa, Adem, Ava, Malvane, Saibana, Carangagem, Bornéo, Patte, Punicale, Porpatane, Molondim, Ambona, Challé, Ta-

nor, Parnel, Dobá, Madá, Libedia, Quelba, Matará, Sibo, Sangues, e Piro.

Eis-aqui o plano de uniformes do exercito do estado:

Officiaes generaes—O mesmo uniforme que usam os do exercito de Portugal.

Corpo do estado maior—Casaco de pano azul ferrete com uma só abotoadura e vivos brancos; gola e canhão encarnados, tendo n'aquelle uma casa de franja de oiro; charlateiras de metal sem emblemas; calça de pano de mescla com vivo encarnado nas costuras exteriores; chapéu armado e pennacho; banda carmesim, barrete de pano azul avivado de branco, e emblema, talim e fiador da espada de anta branca envernizada; pasta, luvas de pelle branca de castor, divisas, espada e esporas como as do estado maior de Portugal.

Corpo de engenheiros—Casaco de pano azul ferrete avivado de encarnado; gola e canhão de veludo preto, tendo aquella um castello bordado a fio de oiro; forro preto; calças avivadas de preto nas costuras exteriores; barrete como os do estado maior, mas com vivos pretos; chapéu armado com pennacho preto e tope encarnado; divisas, charlateiras, luvas, espada, fiador, talim e esporas como os officiaes do estado maior.

Regimento de artilheria—Casaco de pano azul ferrete; calça branca ou azul, segundo as estações; granada de metal amarelo na gola; charlateiras de pano azul avivadas de encarnado para os soldados, e de metal para os officiaes; barretinas, barretes, golas de serviço, etc., como as dos corpos da arma em Portugal. Os soldados usam todos de alparcas em vez de botins.

Batalhões de caçadores—Casaco de pano azul ferrete com passamanes de lã preta; platinas pretas nos hombros; divisas verdes para os officiaes inferiores, e o mais uniforme como o dos caçadores em Portugal; para os officiaes dragonas e passamanes verdes e pretos.

Batalhões de infantaria—Casaco de pano azul ferrete; platinas como as da artilheria, encarnadas para os granadeiros,

azues para os fuzileiros, e verdes para os atiradores; vivos e forros brancos, e tudo mais como na infanteria de Portugal. Os officiaes usam charlateiras sem divisas.

Guarda municipal—Uniforme como o dos corpos de infanteria, com algarismos metallicos na gola designando o numero da praça e da companhia; platinas azues ferretes avivadas de branco para os soldados, e charlateiras de metal para os officiaes.

Companhias de Damão e Diu—O mesmo uniforme dos batalhões de caçadores.

TABELLA DAS CORES DAS GOLAS, CANHÓES E VIVOS DOS CORPOS
DA INDIA PORTUGUEZA

CORPOS	GOLA	CANHÃO	VIVOS
Artilharia.....	Encarnada	Encarnado	Encarnados
1.º de caçadore's	Preta	Azul claro	Pretos
2.º de infanteria	Azul clara	Azul claro	Brancos
3.º de infanteria	Amarella	Amarello	Brancos
4.º de caçadores,.....	Preta	Amarello	Pretos
Caçadores de Damão.....	Encarnada	Preto	Pretos
Caçadores de Diu	Preta	Encarnado	Pretos
Guarda municipal	Branca	Branco	Brancos

Temos dito quanto nos pareceu suficiente a respeito do exercito do estado da India; agora quanto á sua marinha de guerra, outr'ora poderosa, e que ainda ha pouco contava navios de alto bordo, limita-se ella a uma pequena *galia* denominada *Visconde de Torres Novas*, de ha muito conhecida n'aquelles mares com o nome de *Illustre Portugal e Castro*. Estão tambem no porto de Goa, ao serviço da província, mas em pessimo estado, os dois brigues de guerra nacionaes *D. João de Castro* e *Conde de Villa Flor*. O corpo especial da marinha de guerra da India foi extinto ha annos, como acima

dissemos, e d'elle só restam alguns officiaes reformados; finalmente o outr'ora tão bellicoso estado da India é hoje uma pacifica provincia, que não trata de estender os seus limites pelo poder das armas, mas de conquistar os fóros de paiz civilisado por successivos melhoramentos physicos e moraes.

CAPITULO IX

RELIGIÃO E REGIMEN ECCLESIASTICO

RReconquistada ao Hyde-el-khan a cidade de Goa pelo grande Affonso de Albuquerque, em 25 de novembro de 1510, dia de Santa Catharina, foi esta virgem e martyr de Alexandria escolhida pelo vencedor para padroeira da nova capital da India portugueza, e sob a sua invocação se principiou logo a edificar uma igreja, unica que a cidade possuiu até ao anno de 1542, e que mais tarde se transformou na sumptuosa cathedral, que ainda hoje se admira na velha e abandonada Goa.

Antes porém de começar a edificação d'este primeiro templo da christandade no oriente, já se havia celebrado missa no recinto de Goa, em uma mesquita que a piedade de Albuquerque fizera converter em igreja catholica, e que elle doára, logo depois da conquista, aos religiosos de S. Francisco, que o tinham acompanhado desde Portugal. Foram estes frades os primeiros pastores espirituaes de Goa, como haviam sido os primeiros capellães das naus que devassaram os mares da India.

Passados annos (1542) aportaram ao Indostão os padres da companhia de Jesus, guiados pelo apostolo do oriente S. Francisco Xavier, os quaes tomaram posse do seminario de Santa Fé, instituido por dois clérigos seculares, e que foi transformado em collegio e igreja de S. Paulo, da ordem dos jesuitas.

Appareceram depois no Malabar os filhos do patriarcha

S. Domingos, porém só no anno de 1549 se reuniram em comunidade n'aquelle estado, e em 1566 estabeleceram-se na India os reformados de S. Francisco; seguiram-se-lhe os augustinianos, que chegaram a Goa em numero de doze no anno de 1572, e logo fundaram convento da ordem dentro da nova cerca da cidade.

Após estes vieram á India os carmelitas italianos, que tambem estabeleceram um convento em Goa e se encarregaram das missões da costa do Malabar e do imperio do Mogol; porém foram expulsos da India portugueza em 1707 por se negarem, como estrangeiros, a prestar juramento de fidelidade ao soberano de Portugal. A sua igreja e cenobio passou para os padres de S. Filipe Nery ou da congregação do Oratorio, que pouco antes se tinham estabelecido na ilha (1682). Já a esse tempo haviam fundado outros mosteiros na capital da India portugueza os theatinos ou clérigos regulares de S. Caetano (1640), e os hospitaleiros de S. João de Deus (1681), que dirigiram por muitos annos os hospitaes d'aquelle vasto emporio. Os carmelitas (ordem terceira) foram os ultimos a estabelecer-se nos estados da India (1750).

Estes religiosos repartiram entre si as missões da Asia e Africa oriental do seguinte modo: os franciscanos tomaram para si as de Cochim, Coulão, Ceylão, costa de Coromandel e Japão; os jesuitas, missão universal, dividiram-se em quatro províncias orientaes: do *norte*, do *sul*, do *Japão* e da *China*; os dominicos tinham á sua conta a Africa oriental, Jafanapatão, Malaca, China, Solor e Timor; os reformados de S. Francisco encarregaram-se das christandades de Diu, Damão, Chaul, S. Thomé, e tambem de parte de Malaca, Moçambique, Cochim, Taná e Ceylão; os augustinianos, da Persia, Baçorá, Mascate, Ormuz, Baçaim, Bengala, Mombaça, e tomaram parte em outras muitas missões; os theatinos, do Malabar, Golconda, Bornéo e Sumatra; os carmelitas, de Canapur, Quitur e Tamaricopa; os congregados, de Ceylão, e os hospitalarios, dos hospitaes de Damão, Diu e Moçambique.

O unico convento de religiosas fundado na ilha de Goa, o qual ainda hoje existe, é o mosteiro de Santa Monica da ordem de Santo Agostinho, instituido pelo arcebispo D. fr. Aleixo de Menezes em 1606.

Quando, pela perda de Ceylão, Malaca, Cochim e outras conquistas dos portuguezes, ficou o estado da India reduzido a Goa, Chaul, Baçaim, Damão e Diu, em eujas cidades havia ao todo quarenta mosteiros, mas povoado cada um d'elles de poucos religiosos, tentou-se diminuir o numero de casas conventuaes, ou pelo menos prohibir que de futuro se erguessem novos cenobios¹; porém uma e outra idéa caducaram, porque as tendencias do seculo não animavam emprezas de tal ordem.

Pela extincção da Companhia de Jesus em 1759 foram presos no estado da India os duzentos vinte e um jesuitas que ali viviam em casas conventuaes e collegios; e em 1761 foi cedida a sua casa professa do Bom Jesus, o noviciado da ilha de Chorão e a casa conventual de Rachol aos missionarios italianos de S. Vicente de Paulo, para ali estabelecerem seminarios. Estes padres, expulsos da India portugueza em 1790, por não quererem admittir alguns regulamentos contrarios aos seus estatutos, que o governador e o arcebispo de Goa lhes tentaram impor, foram substituidos no magisterio por portuguezes da mesma ordem religiosa (do convento de Rilhafolles), e na sua falta por clérigos da congregação do Oratorio.

Por occasião de um incendio na casa do Bom Jesus foi extinto o seminario que ali existia, e os outros dois (Chorão e Rachol) foram ha pouco reunidos em um só. Os collegios e igrejas de S. Paulo e de S. Roque de Goa, que pertenciam igualmente aos jesuitas, caíram em ruinas com a ausencia dos mesmos padres.

Quando foram extintas as ordens religiosas na India (1835),

¹ Consulta de 26 de agosto de 1672.

existiam em Goa duzentos quarenta e oito frades, repartidos pelas seguintes ordens:

Franciscanos	27
Ditos reformados.....	31
Dominicos.....	41
Augustinianos.....	59
Theatinos	16
Hospitalarios.....	15
Congregados	36
Carmelitas	23
Total.....	<u>248</u>

Se a abolição completa de todas as ordens monasticas em Portugal é assumpto que admite controversia quanto á sua utilidade ou inconveniencia, a extincção das casas religiosas da India não está no mesmo caso: os frades eram os maiores perturbadores da ordem publica, e os inimigos mais declarados da prosperidade d'aquelle estado.

« Affirmo a Vossa Magestade (dizia o vice-rei da India, conde de Villa Verde, em officio datado de 15 de novembro de 1694) que o maior trabalho que aqui têm os viso-reis é com os frades; e sendo-me necessaria toda a attenção para as materias politicas do governo, os frades me perturbam de sorte que para elles só todo o tempo não basta ¹.»

E já em dezembro de 1691 escreviam ao rei os governadores interinos da India:

« Senhor:— Não dá tanto cuidado a quem governa este estado o em que elle se acha, como dão as continuas perturbações dos religiosos que assistem n'estas partes, sendo excepção

¹ Livro 58, fl. 277 do archivo do estado da India. Quem quizer fazer idéa dos tumultos, desordens e rebeliões promovidas pelos frades em Goa, e bem assim das simonias e outros crimes e immoralidades em que andava enlodado o clero regular d'aquellas partes nos séculos XVII e XVIII, consulte os noventa e um documentos annexos ao *Ensaio historico da lingua concani* pelo sr. Rivara.

de todos os *dominicos* e os padres da *companhia de Jesus*, porque só estes vivem com aquella moderação religiosa que em toda a parte costumam ter¹; porém nos mais é insofrível a inquietação que causam, pois apenas se socegaram os religiosos de Santo Agostinho, quando começaram a contender os capuchos, franciscanos e carmelitas; o que fazemos presente a Vossa Magestade para que seja servido ordenar o como nos havemos de haver nas bulhas d'estes religiosos, que *devendo gastar o tempo na conversão dos infieis, o consomem e passam todo em dependencias particulares, parecendo os claus-tros mais quarteis de soldados que habitações de monges.*»

Devemos todavia confessar que se os frades não davam lições de moralidade ao povo, muitas vezes serviram para animar, com o exemplo, os soldados da India. Sabemos, por um documento oficial do seculo xvii, que os franciscanos obraram proezas na guerra, pelejando e morrendo muitos d'elles, como valentes, na defesa do forte de Chaporá, na investida do baluarte Santo Estevão em Goa, nas muralhas da fortaleza dos Reis Magos, na guarnição do passo de Carambolim, e em outros lugares arriscados. A camara de Bardez porém não apreciava as qualidades bellicosas dos bons religiosos, e quasi ao mesmo tempo que elles praticavam feitos heroicos, e derramavam o sangue em defesa do estado, reclamava ella contra as *insolen-cias, desaforos e injurias* que soffria o povo d'aquella comarca da parte dos ditos religiosos que parochiavam vinte e quatro igrejas do respectivo territorio².

A India, como todas as conquistas dos portuguezes na Asia e na Africa, estava a principio sujeita na parte espiritual ao

¹ É principalmente contra os *dominicos* e *jesuitas* que se queixavam os governadores de Moçambique, porque iam para ali *missionar* os frades incorrigíveis dos conventos de Goa d'aquellas duas ordens religiosas. (*Vide o tomo iv d'estes Ensaios*, pag. 145 e seguintes).

² Representação da camara geral de Bardez contra os religiosos de S. Francisco. (*Vide documentos annexos ao Ensaio historico da lingua concani* pelo sr. Rivara, pag. 410 e seguintes).

prior mór da ordem de Christo, por bulla do papa Leão X, e passou em 1515, por outra bulla do mesmo pontífice, a ficar subordinada, com as demais possessões ultramarinas, ao novo bispo do Funchal e Arguim; porém no anno de 1534 constituiu-se o bispado de Goa (por bulla do santo padre Paulo III, de 1 de novembro) comprehendendo todos os estabelecimentos portuguezes desde o cabo da Boa Esperança até aos confins do oriente, e ficando por então suffraganeo do arcebispado do Funchal, cuja diocese fôra elevada á dignidade metropolitana em 1533.

A instancias de el-rei D. Sebastião foi Goa elevada á categoria de arcebispado, por bulla do papa Paulo IV, de 4 de fevereiro de 1557, com dois bispados suffraganeos: o de Cochim, cuja diocese começava em Cranganor e abrangia a costa de Coromandel até ás bôcas do Ganges; e o de Malacá, comprehendendo a peninsula malaia, de Pegu até á China, Java, Sumatra e as Molucas. A diocese de Goa ficava restringida á parte da India ao norte de Cranganor e Africa oriental até ao cabo da Boa Esperanca.

Depois foram creados outros novos bispados suffraganeos de Goa; a saber: o de Macau, comprehendendo toda a China e Japão, em 1575; o de Funay, desmembrando o Japão d'aquele, em 1588; o de Meliapor, que começava na costa de Coromandel e terminava no Pegu (1606); os de Pekin e Nankin, na China, tambem desmembrados do de Macau, em 1690. O arcebispado de Cranganor, erecto por bulla de 3 de dezembro de 1609, em substituição do bispado de Angomale (creado em 4 de agosto de 1600), comprehende o territorio do Indostão entre Cananor e Vaipim, e não teve, nem tem, suffraganeos.

Tambem tivemos um patriarcha na Ethiopia, um bispo de Sirene na Persia, e outros *in partibus infidelium*. Hoje não ha um só prelado portuguez residindo no oriente!

Celebraram-se em Goa cinco concilios provinciales (desde 1567 até 1606), e n'elles se fizeram trezentos e dezeseis decretos relativos á disciplina da igreja.

Desde 1606 que o arcebispo de Goa tomou o título de *pri-maz do oriente*.

Em 1612 foi separada do arcebispado de Goa a costa oriental de Africa, desde o cabo Guardafu até ao da Boa Esperança, cujo territorio passou a constituir a prelazia de Moçambique, como dissemos no precedente volume d'estes *Ensaios*.

Por bulla do papa Gregorio XIII, de 13 de dezembro de 1572, foi concedido aos bispos de Cochim o direito de governar o arcebispado de Goa na *sede-vacancia*; e por bulla do pontífice Leão XII, de 12 de dezembro de 1826, se estendeu esse mesmo direito ao arcebispo de Cranganor na falta do bispo de Cochim, e ao bispo de Meliapor na falta do arcebispo de Cranganor.

Os arcebispos de Goa e os cabidos da mesma sé perturbara-ram por varias vezes a paz do estado, a ponto de obrigarem os vice-reis e governadores a tomar serias medidas de repres-são contra elles, e até mesmo a provocarem as censuras da corte e determinações superiores para obviarem aos seus ex-cessos. O breve apostolico de 10 de março de 1635, communi-cado ao vice-rei da India por carta regia de 27 do mesmo mez e anno, auctorisava-o a mandar governar a diocese pelo inquisidor, quando soffresse oposição do cabido.

O tribunal da inquisição de Goa foi fundado em 1560, aboli-do em 1774, de novo restabelecido em 1779, mas sem o apparato das fogueiras, e regulando-se o processo dos réus pelas leis geraes do reino; em 1809 passou este tribunal a ser presidido por um secular, e finalmente foi abolido, por carta regia de 21 de maio de 1814.

Quando souou a ultima hora a este tribunal de sangue, sacri-legamente chamado *santo officio*, já estava muito modificado o systema das *torturas*, e tinham acabado os spectaculos de cannibaes, denominados *autos de fé*.

Dois terços da população do estado da India pertencem ao gremio da christandade; o resto compõe-se de gentios adora-dores de Brama, Visnu e Siva, e ainda de alguns mahome-tanos e parses.

Alem d'aquelles christãos luso-indianos, ainda ha por todo o oriente muitas ovelhas, chamadas ao aprisco da igreja catholica pelos nossos missionarios e dirigidas por parochos portuguezes, apresentados pelo real padroeiro; mas, segundo a concordata de 21 de fevereiro de 1857, ratificada e confirmada pelo governo de Portugal em 6 de fevereiro de 1860, restringe a santa sé o antigo direito do padroado real da corôa portugueza no oriente á igreja metropolitana e primacial de Goa, á igreja archiepiscopal *ad honorem* de Cranganor, e ás igrejas episcopaes de Cochim, Meliapor e Malaca, quanto á India, e á igreja episcopal de Macau na China.

Eis-aqui as principaes disposições da dita concordata relativas ás dioceses da India :

—Em vista das considerações de conveniencia religiosa offerecidas por parte da santa sé, o governo portuguez, como padroeiro, comprometteu-se a contribuir, quanto d'elle dependa, para a criação de um novo bispado em parte do territorio actual do arcebispado de Goa, de acordo com a mesma santa sé.

—Ficou separada da jurisdicção do bispado de Malaca e do padroado a ilha de Pulo-Penang (Pinão), mas continua a pertencer-lhe a ilha de Singapura, aonde poderá de futuro estabelecer-se a residencia episcopal, conservando o prelado o antigo titulo de bispo de Malaca.

Proceder-se-ha á circumscripção dos bispados, de forma que pela extensão de cada um d'elles se não difficulte o prompto e proficuo exercicio da jurisdicção episcopal, isto de acordo entre o governo de Portugal e o da santa sé.

—Nas partes do territorio que ficarem fóra dos limites assignados ás supramencionadas dioceses, poderão erigir-se, com as competentes formalidades, novos bispados, começando desde então o exercicio do padroado pela corôa portugueza.

—Á medida que se for estabelecendo a circumscripção de cada bispado, e se expedir a bulla de confirmação do respectivo bispo, remover-se-hão successivamente do territorio da

diocese o vigario ou vigarios apostolicos que n'elle existirem.

Pelo *annexo B* ao mesmo tratado declara-se que — o territorio do padroado da corôa de Portugal na India será o territorio da India ingleza, entendendo-se por estas palavras «as terras sujeitas immediata ou mediatamente ao governo britanico»; mas em uma *nota reversal* explicativa do referido tratado «reconhece a santa sé o direito de padroado da corôa portugueza em toda a extensão da India, aonde d'antes era exercido», bem como se aclararam outros pontos da concordata.

Assim terminou esta grave questão, pendente ha tantos annos... Aguardemos a sua inteira execução.

Por decreto do 1.^o de junho de 1859 se determinou que, logoque vague qualquer igreja do ultramar, e enquanto Sua Magestade não tiver nomeado e apresentado quem n'ella haja de ser collado, compete ao prelado diocesano a nomeação do presbytero para desempenhar interinamente as funcções parochiaes.

Dependem do arcebispo de Goa os vigarios geraes das missões de Ceylão, do norte, do sul ou do Canará e dos Gates.

Eis-aqui uma relação exacta das parochias existentes nos limites do estado portuguez da India, e numero de christãos de cada uma d'ellas, conforme um certificado da respectiva camara pontifícia de 17 de outubro de 1859.

	NUMERO DE CHRISTÃOS
PAROCHIAS DAS ILHAS DE GOA	
Sé primacial	85
Collegiada do Rosario.....	24
S. Pedro.....	514
Ribandar	2.212
Mercês	4.558
Somma.....	4.393

	NUMERO DE CHRISTOS
<i>Transporte.....</i>	4:393
Pangim.....	3:387
Taleigão.....	2:836
Santa Ignez.....	392
Santa Cruz.....	3:062
Bambolim.....	174
Siridão.....	424
Curca.....	553
Sant'Anna.....	246
Batim.....	963
Goa velha.....	1:831
Agaçaim.....	1:944
Neurá.....	428
Mandur.....	970
Azossim.....	183
Carambolim.....	274
Corlim.....	958
S. Braz.....	400
Santa Luzia.....	45
Santo Estevão.....	1:906
Narôa.....	685
S. Mathias.....	736
S. Bartholomeu.....	1:624
Piedade.....	1:801
Graça.....	437
PAROCHIAS DE SALSETE	
Cortalim.....	2:423
Sancoale.....	226
Illa de S. Jacinto.....	403
Chicalim.....	458
Murmugão.....	544
Velção.....	1:151
S. Thomé.....	2:043
Verná.....	3:032
Majordá.....	3:476
Betalbatim.....	2:198
Somma.....	46:323

	NUMERO DE CHRISTÃOS
<i>Transporte</i>	46:323
Colvá	2:660
Benaulim	5:700
Seraulim	914
Margão	9:668
Varcá	2:283
Orlim	4:700
Carmoná	3:354
Chinchinhim	8:307
Assolná	3:239
Velim	4:560
Navelim	6:929
Concolim	5:760
Chandor	3:531
Macazana	1:307
Areal	3:450
Curtorim	6:319
Rachol	1:354
Raia	6:695
Loutolim	3:553
Ilha de Angediva	385
PAROCHIAS DE BARDEZ	
Penha de França	4:328
Soccorro	3:263
Sirula	4:883
Pomburpá	1:987
Aldona	6:362
Nachinolá	819
Ucassaim	2:439
Moirá	2:086
Tivim	5:378
Assonorá	1:957
Revorá	1:826
Colvalle	3:825
Oxel	4:700
Siolim	7:259
Somma	470:003

	NÚMERO DE CRISTÃOS
<i>Transporte.....</i>	170:003
Anjuna.....	5:606
Assagão	2:668
Mapuçá	5:929
Parrá	3:963
Guirim	3:149
Nagoá	6:629
Calangute.....	6:026
Cadolim	4:876
Linhares.....	631
Nerul	2:189
Pilerme	1:624
Reis Magos	1:406
 NOVAS CONQUISTAS	
Bicholim	850
Sanquelim	847
Arambol	1:457
Pernem	1:256
Sirodá	4:584
Pondá	2:939
Zambaulim	2:738
Parodá	2:842
Marcella.....	465
Quepem	2:923
Cabo de Rama.....	561
Canacona.....	1:509
Sanguem	4:473
Total ¹	242:143

N.B. Falta-nos o numero de christãos das cinco parochias de Damão e Diu.

¹ A diferença que se encontra entre este numero de christãos e o que se acha mencionado a paginas 53, encontra-se igualmente entre os registos civil e ecclesiastico da India que temos presentes.

Alem d'estas parochias e de muitos conventos em ruinas ha no estado innumeras capellas, e fóra d'elle muitas igrejas das missões portuguezas, repartidas pelos arcebispados de Goa e Cranganor e bispados de Cochim e Meliapor, na India. Os locaes d'essas missões que chegaram ao nosso conhecimento são os seguintes:

Mazagão (cathedral)	Colexy
Bandorá	Crudaly
Caliana	Potentorey
Corlem	Catur
Mané	Changachira
Condotim	Tutur
Taná	Eruvine
Ambolin	Espirito Santo
Varsavá	Agaçaim
Poinser	Trapor
Malvane, de Baçaim	Caranjá
Manerim	Chaul
Goray	Palle
Uthaná	Ratnagerim
Dongrim	Saunt-Warim
Bainel	Azrem
Remedios, de Baçaim	Adony
Papuldy	Randurgo
Palley	Secundrabad
S. Thomé de Concão	Hydrabad
Purim	Mablixaur
Calvario	Saltará
Ramadurgo	Sholapor
Mudongory	Dharwar
Belary	Malvane, do Decan
Corga	Rosario, de Mangalor
Cananor	Milagres, de Mangalor
Aurangabad	Agrar
Satará	Bidrem
Mablibescar	Mulquim
Vaddim	Mogornada
Bantual	Caliampor
Morro de Chaul	Sirvão
Valavady	Querim

Onor	Mudacará
Chandor	Mempalem
Gulmoná	Motipoty
Sadashigor	Vencotto
Rosario, de Barcelor	Alandalé
Bantuala	Odeigary
Pezar	Vadassery
Ullalá	Cutanguddy
Oمزور	Vatallunguel
Gangalim	Vamancuddy.
Bedrug	Tumbá
Carcol	Chinentorrey
Angríá	Nettancotel
Coulão	Chinemidalam
Manapar	Valavaloy
Mangatto	Calachey
Vingorlá	Manacurim
Belgão	Tenganapatam
Baicalá	Tattá
Cavel	Muralis
Culabo	Angenga
Mahim	Coitorá
Salsete (ilha)	Vaipar
Quitur	Vely
Tumaricopa	Punicael
Canapur	Manapar
Raichur	Tutocorim
Chitapeira	Ovorim
Peripale	Mudinigniry
Mugudale	Caddenim
Punem	Caddemonem
Sivanserra	Amballecade
Ancola	Pullevaley
Cochim (cathedral)	Tutur
Saragony	Rajacabangalão
Sevalaparery	Edda
Coulão de cima	Pallangata
Raitorá	Cormoné (Santo Ignacio de Loyola)
Cariapananam	Cormoné (S. José)
Pontelorey	Tricanacoto
Vaddaconculam	Purinitancurichy
Aibica	Muddalam

Corolongato	Conducapam
Changanacheira	Covelong
Polay	Dendigal
Amballur	Madurá
Pallacalachery	Massulipatam
Mutupalião	Mallialpettá.
Calangany	Negapatam
Malassamey	Punamally
Seringapatam.	Protaguddy
Calacavery	Tanjor
Sarmaporim	Tranquebar
Anacula ou Anacolú	Trichopoly
Calecut	Velangany
S. Thomé de Meliapor (cathedral)	Vesigapatam
Sibpore	Bengala
Senhora do Descanso, em Meliapor	Calcutá
Senhora da Luz	Chinsurah
Madre de Deus	Boitaconah
S. João	Durruntolah
S. Thomé e Monte Grande	Ponta de Galle
Parchery	Columbo
Mayapettá	Seminario de Vaipiçota
Aur	Escola de Olicaré
Combaconum	Collegio de Cranganor

*N.B. Do bispado de Macau e missões de Timor e estreito de Malaca fallaremos no seguinte e ultimo volume d'estes *Ensaios*.*

CAPITULO X

CATALOGO DOS PRELADOS DE GOA

BISPOS

I D. fr. João de Albuquerque, da ordem de S. Francisco—Foi o primeiro prelado que veiu a Goa, eleito em lugar de *D. Francisco de Mello*, que fôr nomeado para este cargo, e falleceu antes de embarcar. Chegou D. João á India com o vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1538, e n'esse mesmo anno se instituiu o cabido. Falleceu a 28 de fevereiro de 1553.

Sucedeu-lhe no governo do bispado D. fr. Jorge de Santa Luzia, dominico, e bispo eleito de Malaca.

Em 1558 passou a exercer as funções episcopaes em Goa o patriarca da Ethiopia D. João Nunes Barreto, da companhia de Jesus.

ARCEBISPOS

I D. Gaspar de Leão Pereira, conego da sé de Evora —Saiu de Lisboa em 2 de abril de 1560, e chegou a Goa em novembro do mesmo anno. Sagrou bispo de Nicéa e segundo coadjutor do patriarca da Ethiopia o jesuita Melchior Carneiro.

D. Gaspar resignou o arcebispado e retirou-se para o convento da Madre de Deus em Goa, fundação sua (1567).

II D. fr. Jorge Themudo, da ordem dos prégadores—Transferido do bispado de Cochim em 1567.

A 3 de dezembro do mesmo anno celebrou-se o primeiro

concilio provincial de Goa, a que assistiram o bispo de Cochim e procurador do de Malaca, vigario geral de Moçambique e prelados dos conventos da India.

D. fr. Jorge falleceu em Goa a 29 de abril de 1571.

III D. fr. Gaspar de Leão Pereira (segunda vez)—Reassumiu as funcções archiepiscopaes por novas bullas do anno de 1574, e falleceu a 15 de agosto de 1576. Em 1575 teve logar o segundo concilio provincial de Goa.

IV D. fr. Henrique de Tavora, da ordem de S. Domingos—Era bispo de Cochim e sucedeu no arcebispado de Goa em 1578.

V D. fr. Vicente da Fonseca, da mesma ordem—Saiu de Lisboa a 3 de abril de 1580, governou a diocese por tempo de seis annos, e regressando a Portugal morreu na viagem.

Em 1585 teve logar o terceiro concilio provincial, e n'elle abjurou da heresia nestoriana o famoso Mar Abrahão, bispo syriaco de Angamale.

VI D. fr. Matheus de Medina, da ordem de Christo—Transferido do bispado de Cochim. Fez celebrar o quarto concilio provincial a que presidiu, em 1592, e no mesmo anno reuniou o arcebispado.

Ficou governando a diocese o bispo de Cochim D. fr. André de Santa Maria.

VII D. fr. Aleixo de Menezes, da ordem de Santo Agostinho—Saiu de Lisboa a 12 de abril de 1595, e chegou no mesmo anno a Goa. Em 1599 celebrou o synodo de Diamper, no Malabar, para unir a christandade de S. Thomé; e em 1606 o quinto e ultimo concilio provincial em Goa, no qual tomou para si e seus sucessores o titulo de primaz do oriente. Em 1610 reuniu uma assembléa de bispos para assignar os limites das quatro dioceses de Goa, Cranganor, Cochim e Meliapor; e nesse mesmo anno foi transferido para o arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas. Fundou muitos conventos e parochias, e enviou missionarios a Socotorá, Bassorá,

Melinde, Persia e Ceylão. Regressando ao reino deixou por governador do arcebispado o seu coadjutor D. fr. Domingos da Trindade, bispo de Salé.

VIII **D. fr. Christovão de Sá e Lisboa**, da ordem de S. Jeronymo—Transferido do bispado de Malaca. Começou a governar o arcebispado em 1616, e faleceu no dia 31 de março de 1622.

IX **D. fr. Sebastião de S. Pedro**, da ordem de Santo Agostinho—Primeiro bispo de Meliapor e sexto de Cochim, governador do arcebispado de Goa em 1623, e arcebispo primaz em 1625. Faleceu a 7 de novembro de 1629.

Por morte d'este prelado ficou governando o cabido, mas a instancias do vice-rei escolheu para vigario capitular o seu deão Gonçalo Velloso, e depois o bispo de Hierapoli D. fr. João da Rocha, com quem teve graves desavenças.

Desde 16 de março de 1634 governou a diocese D. fr. Miguel Rangel, bispo de Cochim, e continuou por morte do novo arcebispo *D. fr. Manuel Telles de Brito*, que se finou na viagem de Portugal para a India.

X **D. fr. Francisco dos Martyres**, da ordem de S. Francisco—Tomou posse a 21 de outubro de 1636, e faleceu a 25 de novembro de 1652. Durante os seguintes vinte e dois annos esteve vaga a sé de Goa, e ocorreram inumeras desordens no seu governo espiritual, já promovidas pelo cabido, já pelo governo temporal.

Em 1660 nomeou o cabido para governador da diocese a fr. João de S. Jacinto, que desistiu do cargo logo no seguinte anno.

Por cumulo de fatalidade faleceu na viagem, em 1672, o novo arcebispo *D. fr. Christovão da Silveira*, que vinha do reino.

XI **D. fr. Antonio Brandão**, da ordem de Cister—Chegou a Goa a 24 de setembro de 1675, e faleceu a 6 de julho de 1678.

XII **D. Manuel de Sousa e Menezes**, clérigo secular

— Governou o arcebispado desde 20 de setembro de 1681 até 31 de janeiro de 1684, que faleceu.

XIII D. Alberto da Silva, conego regular de Santo Agostinho — Aportou em Goa em 24 de setembro de 1687, e faleceu a 8 de agosto de 1688.

D. fr. Pedro da Silva, bispo de Cochim, que chegou a Goa em 1689, tomou conta do arcebispado, que governou até falecer em 15 de março de 1691.

XIV D. fr. Agostinho da Annunciação, da ordem de Christo — Começou a governar o arcebispado em 1691. Instituiu o cofre da fabrica da Sé em 1693, para cujo fundo contribuiu com a terça parte da sua congrua. Morreu a 6 de julho de 1713.

XV D. Sebastião de Andrade Pessanha, clérigo secular — Chegou à India a 17 de setembro de 1716, resignou o arcebispado, e voltou para Portugal em 1721.

XVI D. Ignacio de Santa Thereza, conego regular de Santo Agostinho — Chegou a Goa a 25 de setembro de 1721. Armou ordenanças para destruir pagodes indios em 1722, por interdicto á relação de Goa em 1724, e causou sérias perturbações no estado da India pelo seu genio turbulento. Regressou a Portugal em 1739 transferido para o bispado do Algarve.

D. fr. Eugenio Trigueiros, da ordem de Santo Agostinho, transferido do bispado de Macau para o arcebispado de Goa em 1741, faleceu na viagem, e foi substituído, em conformidade com as disposições da bulla de 13 de dezembro de 1572, pelo bispo de Cochim D. Francisco de Vasconcellos, que começou a governar em 20 de dezembro de 1742, e faleceu a 30 de março de 1743.

XVII D. fr. Lourenço de Santa Maria — Chegou a Goa a 19 de setembro de 1744, e voltou ao reino em 1751, transferido para o bispado do Algarve.

XVIII D. Antonio Taveira da Neiva Brum da Silveira, da ordem de S. Thiago — Chegou à India em

23 de setembro de 1750. Ordenou as constituições goanas, conforme a auctorisação do quinto concilio provincial, e falleceu em viagem para o reino no dia 2 de junho de 1775.

XIX D. Francisco da Assumpção e Brito — Apesar de ser frade não usou do titulo de *frei*. Chegou a Goa em setembro de 1774, e tomou conta do governo da diocese em março de 1775, quando embarcou para o reino o seu antecessor. Teve querela com a sua cleresia e o povo de Goa, e foi suspenso, com mais tres bispos do ultramar, pelo papa Pio VI, depois da queda do marquez de Pombal, cuja creatura era o arcebispo. Falleceu em 1780.

XX D. fr. Manuel de Santa Catharina, carmelita descalço — Bispo de Cochim e governador apostolico do arcebispado de Goa em 1779, arcebispo em 1783. Publicou, com leves alterações, as constituições goanas ordenadas pelo arcebispo Brum da Silveira, e deu estatutos aos carmelitas. Falleceu em Quepem no dia 10 de fevereiro de 1812, com oitenta e seis annos de idade.

XXI D. fr. Manuel de S. Galdino, franciscano reformado (da província da Arrabida em Portugal) — Bispo de Tonkin em 1801, transferido para Macau em 1803, e coadjutor do arcebispo de Goa em 1805; chegou a esta cidade a 14 de março de 1806, e governou o arcebispado desde a morte do seu successor até falecer, em 15 de julho de 1831. Fez construir e dotou tres igrejas, e deu varias providencias de disciplina ecclesiastica.

O cabido, para o substituir, elegeu o deão da sé primacial José Paulo da Costa Pereira de Almeida, que falleceu a 11 de janeiro de 1835, tendo fundado a igreja de Quepem. Por sua morte foi eleito vigario capitular o thesoureiro mór da mesma sé, Paulo Antônio Dias da Conceição.

XXII D. Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho — Arcebispo eleito e governador temporal do arcebispado. Tomou posse do governo da diocese como vigario ca-

pitular a 2 de dezembro de 1837, e falleceu no dia 1.^o de fevereiro de 1839.

Por morte d'este arcebispo eleito houve desintelligencia entre o cabido e o precedente vigario capitular, e depois de convenientes providencias da corte foi eleito para o governo da diocese, em 6 de outubro de 1839, o chantre da sé primacial Antonio João de Athaide.

Em 8 de março de 1841 foi nomeado e apresentado arcebispo de Goa o presbytero José da^o Rocha Martins Furtado, que resignou.

XXIII D. José Maria da Silva Torres—Nomeado e confirmado em 1843. Chegou a Goa a 2 de março de 1844. Reformou os seminarios archiepiscopales, e defendeu corajosamente o direito do padroado portuguez nas igrejas do oriente. Em 1849 voltou a Portugal, transferido para coadjutor e futuro successor do arcebispo de Braga. Falleceu em Lisboa com o titulo de arcebispo de Palmira *in partibus infidelium*.

Ficou governando o arcebispado o bispo eleito de Cochim, D. Joaquim de Santa Rita Botelho, que falleceu a 8 de fevereiro de 1859; e por sua morte elegeu o cabido para vigario capitular o conego da sé de Lisboa *D. Antonio da Trindade Vasconcellos Pereira de Mello*, que foi nomeado e apresentado arcebispo primaz do oriente em 26 de maio do mesmo anno, e transferido para bispo de Beja em 22 de outubro de 1860. Por sua provisão de 21 de maio de 1859, nomeou para o substituir no governo do arcebispado ao mestre-escola da sé primacial Caetano João Peres, o qual falleceu a 24 de janeiro de 1860, succedendo-lhe em virtude da alludida provisão o conego Antonio José Pereira, vigario geral do arcebispado.

XXIV D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa—Transferido de bispo de Cabo Verde para arcebispo de Goa em 22 de outubro de 1860. O cabido, *séde vacante*, elegeu para vigario capitular o conego da sé de Evora Antonio Ribeiro de Azevedo Bastos (12 de janeiro de 1861).

CAPITULO XI

INSTRUCCÃO PUBLICA

A organização da instrucção primaria e secundaria no estado da India, como hoje se acha, salvas pequenas modificações, data do illustrado governo do visconde de Villa Nova de Ourem. Em harmonia com os decretos de 20 de setembro de 1844 e 14 de agosto de 1845, ordenou aquelle governador geral, em conselho, por portaria de 9 de novembro de 1854, sancionada pelo real decreto de 4 de outubro de 1858, as seguintes disposições a respeito da instrucção publica:

Creação de cinco escolas de ensino primario de *segundo grau* nas Velhas Conquistas; a saber:

- 1 no concelho das ilhas de Goa;
- 2 no de Bardez;
- 2 no de Salsete.

Uma escola *normal* para habilitação de professores de instrucção primaria em Nova Goa;

Um lyceu com a denominação de *Lyceu nacional de Nova Goa*;

Mais duas escolas de *latin*:

- 1 em Chinchinim, de Salsete;
- 1 em Saligão, de Bardez.

alem de outras duas já existentes nas capitais de cada uma das mesmas provincias, Margão e Mapuçá.

Antes d'aquella data já havia escolas de diversas ordens no estado da India, e ainda outras foram creadas posteriormente; o ramo da instrucção publica não tem sido esquecido n'aquellas partes.

Eis-aqui o quadro completo das escolas do estado na actualidade.

INSTRUÇÃO PRIMARIA — 1.^º GRAU

<i>Aulas do sexo feminino</i> — Nova Goa, Margão, Mapuçá, Diu e Damão ¹	5
<i>Aulas do sexo masculino</i> — Concelho das ilhas — Taleigão, Santa Cruz, S. Pedro, Piedade, Santo Estevão, S. Mathias, Goa Velha e Corlim	8
Concelho de Salsete — Raia, Loutolim, Curtorim, Majordá, Navelim, Benaulim, S. Thomé, Chinchinim, Assolná, Colvá, Carmoná, Chandler e Verná	43
Concelho de Bardez — Calangute, Candolim, Saligão, Aldoná, Parrá, Reis Magos, Guirim, Colvale, Socorro, Siolim e Uccassaim	41
Novas Conquistas — 1. ^a Divisão — Cassabé de Pernem, Parcem, Arabó ..	3
2. ^a Divisão — Cassabé de Bicholim, Mulgão, Sanquelim e Velguem ..	4
3. ^a Divisão — Queulá, Mardol, Marcella, Sirodá, Sanguem	5
4. ^a Divisão — Loliem	1
Ilha de Angedira	1

INSTRUÇÃO PRIMARIA — 2.^º GRAU

Escola normal em Nova Goa	1
---------------------------------	---

Leccionam-se n'esta escola as seguintes disciplinas:

- Calligraphia;
- Grammatica;
- Noticia dos methodos de ensino e legislação respectiva à instrucção primaria;
- Geographia, chronologia e historia;
- Doutrina christã e historia sagrada;
- Theologia e philosophia moral;

¹ Uma commissão presidida pelo governador geral trata de alargar o ensino primario para as creanças do sexo feminino, estabelecendo novas escolas por meio de subcripções.

Arithmetica e geometria com applicação á industria;
Escripturação¹.

Escola de segundo grau, na mesma cidade.....	1
Ditas no concelho de Bardez	2
Ditas no concelho de Salsete	2
Escola promiscua (portuguez e latim) em Diu.....	1
Ditas em Damão e Damão Pequeno	2

INSTRUCCÃO SECUNDARIA

Aulas de latin — Margão, Mapuçá, Chinchinim e Saligão.....	4
Aulas de frances — Margão e Mapuçá.....	2
Aula de inglez — Mapuçá	1
Aula dos idiomas marata, industani e persa — Mapuçá	1
Seminario de Rachol, ao qual se acha provisoriamente annexo o pes- soal do seminario de Chorão ²	1

Comprehende o ensino das seguintes disciplinas:

Theologia;
Philosophia;
Rhetorica;
Latim;
Inglez.

Aula de theologia — Mapuçá	1
Aula de philosophia — Mapuçá	1
Aula de physica e chimica — Margão	1
Lyceu nacional de Nova Goa	1

¹ Regulamento e instrucção para a escola normal de ensino primario em Nova Goa, por portaria do governador geral, em conselho, de 29 de agosto de 1856.

² Em consequencia das doenças que grassavam no seminario de Chorão, foram os lentes e seminaristas transferidos para Rachol (portaria do governador geral de 28 de maio de 1859); porém crearam-se, para suprir aquella falta, duas aulas de estudos ecclesiasticos em Mapuçá, uma de theologia dogmatica e outra de philosophia racional e moral (portaria de 21 de julho do mesmo anno).

Comprehende as seguintes cadeiras:

Grammatica portugueza e latina;
Latinidade;
Philosophia racional e moral e principios de direito natural;
Oratoria, poetica e litteratura classica, principalmente a portugueza;
Historia universal e patria, chronologia, geographia e estatistica;
Lingua franceza;
Lingua ingleza;
Lingua marata.

O conselho dos professores do lyceu é presidido pelo reitor, que é um dos mesmos lentes, nomeado pelo governador geral do estado, na falta do commissario dos estudos¹.

INSTRUÇÃO SUPERIOR

*Escola medico-cirurgica de Nova Goa*² 1

Habilita medicos-cirurgões e pharmaceuticos.

Para os primeiros o curso é de quatro annos, e comprehende as seguintes disciplinas, repartidas por seis cadeiras:

- 1.^a Anatomia e physiologia;
- 2.^a Materia medica, hygiene e pharmacia;
- 3.^a Pathologia externa e medicina operatoria;
- 4.^a Pathologia geral e pathologia interna;
- 5.^a Clinica cirurgica e arte obstetricia;
- 6.^a Clinica medica e medicina legal.

Para os segundos é o curso de tres annos: dois de pratica, e um de estudo das materias da segunda cadeira.

Só são admittidos a matricula n'esta escola os maiores de

¹ Regulamentos de 28 de abril de 1856 e de 3 de junho de 1857.

² Instituida por decreto de 14 de setembro de 1844, e organisada por decreto de 11 de janeiro de 1847.

dezeseis annos, e que se achem habilitados com os seguintes estudos preparatorios:

Latin;
Francez;
Philosophia racional e moral;
Primeiro anno de mathematica¹;
Principios de physica, chimica e historia natural.

A escola medico-cirurgica é regida pelo conselho dos len-tes, sob a presidencia do director da mesma escola.

Escola mathematica e militar — Nova Goa² 1

Comprehende as seguintes cadeiras:

- 1.^a Arithmetica, algebra e geometria elementar, trigonometria rectilinea e espherica, geometria descriptiva, e practica dos instrumentos mais usados no levantamento das plantas;
- 2.^a Algebra transcendent, calculo differencial e integral, e geometria analytica;
- 3.^a Mechanica, suas principaes applicações ás machinas e obras hydraulicas, noções elementares de architectura civil, e theoria das machinas a vapor;
- 4.^a Artilheria e balistica;
- 5.^a *Primeira aula* — Arte militar e fortificação passageira;
Segunda aula — Fortificação permanente, pontes e estradas;

¹ Aos que se destinam ao curso de pharmacia dispensa-se esta cadeira.

² Por portaria do governador geral de 18 de agosto de 1841 foi organisa-
da a nova escola mathematica e militar, sobre as ruinas da denominada
academia militar, que tinha diferente plano de estudos. Em 14 de
agosto de 1843 aggregou-se-lhe uma cadeira de marinha, e ainda ultimamente,
em 21 de julho de 1859, se ampliou o seu curso com a ligão de
outras indispensaveis disciplinas, de fórmā que apresenta na actualidade
o quadro de estudos mencionado no texto. A origem d'esta escola foi
a *aula de navegação* creada em Goa no anno de 1759, e a *aula de arti-
lheria* organisada na mesma cidade em 1776; a primeira foi reformada
em 1784, e passou a chamar-se *aula de marinha*, a segunda foi abolida,
e em seu logar creado um curso de fortificação unido ao de marinha,
que lhe servia de preparatorio (1812); d'estes dois elementos nasceu
em 1817 a *academia militar de Goa*, ampliada com uma aula de desenho
em 1820, e a final transformada em *escola mathematica e militar* em 1841.

- 6.^a Desenho civil e militar;
- 7.^a Astronomia, navegação, construção naval e manobra;
- 8.^a Princípios de física, química e história natural¹.

Este estabelecimento também é regido pelo conselho escolar, sob a presidência do respectivo director.

Os lentes da escola mathematica e militar de Nova Goa go-sam das vantagens que competem aos da escola polytechnica de Lisboa (decreto de 4 de dezembro de 1856).

A concessão da aposentação, jubilação ou maioria do terço do ordenado aos professores de instrução secundária no ultramar, é regulada pelas disposições da carta de lei de 17 de agosto de 1853, que também amplia o decreto de 14 de agosto de 1845, quanto às mesmas concessões em referência aos professores de instrução primária. A portaria do ministério da marinha e ultramar de 16 de julho de 1859 determina a forma do processo que se deve observar para a realização de tais concessões.

O governador geral é, como primeira autoridade administrativa, o superintendente da instrução pública no estado, e ouve o *conselho inspector de instrução primária e secundária* acerca destes dois ramos de ensino, e cada um dos *conselhos escolares* na sua especialidade, quando é questão de instrução superior.

Muitos naturais da Índia portuguesa têm vindo estudar à Europa, a expensas do tesouro público, e alguns com extraordinário aproveitamento; destes últimos porém poucos são os que têm regressado ao seu paiz natal.

Ha em Nova Goa uma biblioteca pública e um arquivo militar, além dos arquivos da secretaria do governo geral e das municipalidades: duas imprensa, sendo uma delas do go-

¹ Por decreto de 10 de dezembro de 1853 foi suprimida a *escola principal* de instrução primária do estado da Índia, e criada em seu lugar esta aula, que, pelo mesmo decreto, ficou incorporada na escola mathematica e militar.

verno, d'onde têem saido a lume varias obras, não com grande nitidez typographica. Hoje publica-se em Goa o *Boletim do governo*, em Margão o *Ultramar*, e ainda se annuncia um terceiro jornal *A India portugueza*, que deve apparecer brevemente.

Na cidade de Goa e nas villas de Margão e Mapuçá ha theatros, aonde se dão representações por curiosos, e não sei se ainda em algum outro ponto do estado se encontram d'estes marcos da civilisação.

Vamos concluir este capitulo com os mappas do movimento de estudantes no ultimo anno lectivo, em referencia ás escolas de que obtivemos informações officiaes, sentindo não apresentar um quadro completo como desejavamos.

ANNO LECTIVO DE 1859-1860

ESCOLA MATHEMATICA E MILITAR

CADEIRAS	MATRICULADOS	EXAMINADOS	APPROVADOS	REPROVADOS
1. ^a	63	37	18	19
2. ^a	1	1	—	1
3. ^a	3	2	2	—
4. ^a	4	4	4	—
{ 1. ^a aula	9	9	8	1
5. ^a { 2. ^a aula	9	9	8	1
Construcçāo	15	11	6	5
{ 1. ^a anno	1	1	—	1
{ 2. ^a "	2	1	1	—
6. ^a { 3. ^a "	4	4	2	2
{ 4. ^a "	9	9	6	3
{ 5. ^a "	9	9	8	1
{ 6. ^a "	1	1	1	—
7. ^a	1	1	1	—
8. ^a	16	7	5	2
Total.....	147	106	70	36

LYCEU DE NOVA GOA

DISCIPLINAS	MATRICULADOS	VOLUNTARIOS ¹	EXAMINADOS	APROVADOS	REPROVADOS
Latim e latinidade.....	99	34	67	67	-
Oratoria, poetica, etc....	20	1	13	13	-
Historia	12	1	10	10	-
Francez	64	49	81	59	22
Inglez	71	12	28	28	-
Marata	7	3	4	4	-
Philosophia	-	15	15	12	3
Somma.....	273	115	218	193	25

AULAS DE ENSINO SECUNDARIO EM BARDEZ E SALSETE

DISCIPLINAS	EXAMINADOS	APROVADOS	REPROVADOS
Latim e latinidade (<i>Mapuçá</i>).....	16	16	-
" " (<i>Margão</i>).....	14	5	9
" " (<i>Chinchinim</i>)	10	10	-
Inglez..... (<i>Mapuçá</i>)	8	7	1
Francez	9	7	2
"	13	12	1
Theologia..... (<i>Mapuçá</i>)	78	78	-
Philosophia*..... "	28	28	-
Total.....	176	163	13

* Chamámos voluntários aos estudantes de aulas particulares que foram examinados no lyceu.

AULAS DE ENSINO PRIMÁRIO NAS NOVAS CONQUISTAS

LOCALIDADES	MATRICULADOS	EXAMINADOS	APROVADOS	REPROVADOS
Arabó.....	9	5	5	-
Cassabé de Pernem.....	-	-	-	-
Parcem.....	40	7	7	-
Mulgão.....	27	14	14	-
Cassabé de Bicholim.....	29	17	17	-
Sanquelim.....	11	6	6	-
Queulá.....	36	27	27	-
Mardol.....	5	5	5	-
Sirolá.....	16	9	9	-
Marcella.....	-	-	-	-
Sanguem.....	-	-	-	-
Loliem.....	20	11	11	-
Somma.....	163	101	101	-

CAPITULO XII

RECEITA E DESPEZA DO ESTADO

A receita do estado da India foi orçada no anno economico de 1860-1861 em 2.002:135 xerafins ou 320:341\$600 réis fortes, e a sua despeza em 1.929:314 xerafins, 4 tangas e 18 réis fracos, ou 308:690\$368 réis da nossa moeda, apparecendo portanto um saldo de 72:820 xerafins e 42 réis da India ou 11:651\$232 réis de Portugal.

FONTES DE RECEITA	XERAFINS
Impostos directos.....	658:774
Impostos indirectos.....	414:252
Rendimentos diversos.....	929:109
Total.....	2.002:135

DESENVOLVIMENTO POR VERBAS	XERAFINS
IMPOSTOS DIRECTOS	
Contribuição das camaras geraes das tres comarcas.....	2:500
Contribuição das Novas Conquistas.	8:565
Duas tangas por cada palmeira á sura.....	19:460
Dizimos.....	409:767
Imposto sobre o consumo do tabaco de folha.....	69:558
Diritos de mercé.....	23:959
Diritos de sêlo	9:828
	543:637

	XERAFINS
	Transporte.....
Sizas.....	543:637
Subsidio litterario	28:133
Multas diversas.....	29:939
Obras pias, 4 por cento.....	7:032
Papel sellado.....	6:381
Sélio de verba.....	38:210
	5:422
	IMPOSTOS INDIRECTOS
	Alfandegas
Nova Goa	106:507
Assolná	14:949
Chaporá	3:634
Sanquelim	38:318
Sanguem	58:700
Doromarogo	49:600
Damão e Praganá	19:957
Diu.....	30:004
Direitos adicionaes	29:891
Direitos de importação do tabaco em folha.....	39:213
Collecta e terço de Parangues	10:126
Vinho, jagra e sura.....	2:208
Armazenagem	477
Panotry ou imposto sobre as embarcações.....	1:690
Miudezas do basar	4:325
Passagem do Passo Secco.....	260
Passagem do Passo Covo	410
Passagem de Brancavará	4:000
Caidas das portas de Gogolá	288
Renda de azeite, manteiga e sebagem	950
Venda de judeu, urracas e fenim	3:135
Renda de peso de cairo de Brancavará	57
Colonisação	1:853
	PROPRIOS E RENDIMENTOS DIVERSOS
Agio da moeda de prata.....	55:020
	<hr/> 1.428:056

	XERAFINS
Transporte.....	1.128:056
Monte pio	45:300
Aguada de navios.....	508
Aferição de pesos e medidas.....	1:000
Pharol da Aguada.....	640
Fóros.....	414:355
Imprensa nacional.....	10:140
Licença para venda do tabaco em folha.....	6:010
Licença para venda de bebidas espirituosas.....	63:106
Pasto de gado estrangeiro.....	1:105
Medicamentos vendidos no hospital.....	3:054
Juros de captaes em emprestimo.....	1:093
Correio geral.....	3:489
Rendimentos de predios.....	160:055
Mel e cera.....	76
Producto da venda de polvora.....	1:343
Senhoreagem de moeda.....	400
Producto da venda de madeiras.....	14:271
Producto da venda dos effeitos do arsenal.....	729
Rendimento da provincia de Satary.....	1:687
Réceita eventual.....	79:242
Alcances	8:765
Tomadias.....	3:222
Renda das passagens	4:870
Renda de urraca e vinho forte	7:680
Venda de bethel	355
Alugueis da casa da feitoria	135
Rendas dos prasos sequestrados.....	272
Renda da aldeia Gogolá	297
Medidagem da cidade.....	213
Medição de mantimentos de Gogolá.....	115
Contribuição que recebia o convento de S. Domingos	32
Licenças de barcos de pescaria	339
Tara de mantimento.....	303
Renda das pedreiras nacionaes.....	1
Producto da venda dos bens nacionaes	69:887
	2.002:435

DESPEZA	X.	T.	R.
Administração geral.....	285:853	4	21
» de fazenda.....	132:667	2	00
» de justiça.....	76:855	4	36
» ecclesiastica.....	109:623	4	51
» militar.....	958:751	4	42
» de marinha.....	24:653	3	00
Encargos geraes.....	296:996	4	48
Despezas diversas.....	43:913	0	00
Total.....	1.929:314	4	48

DESENVOLVIMENTO DA DESPEZA	X.	T.	R.
1 Governador geral	30:000	0	00
1 Capellão do palacio.....	205	0	00
1 Sacristão	204	0	00
SECRETARIA			
1 Secretario geral.....	6:250	0	00
1 Official maior.....	2:000	0	00
1 Official maior graduado.....	1:000	0	00
3 Officiaes ordinarios, a 4:000 xerafins.....	5:000	0	00
1 Archivista	1:000	0	00
1 Official graduado.....	200	0	00
3 Amanuenses, a 200 xerafins.....	600	0	00
4 Praticantes, a 60 xerafins.....	240	0	00
EXPEDIENTE MILITAR			
1 Major, chefe do expediente, gratificação e forragens.....	2:445	0	00
1 Official militar, gratificação	200	0	00
1 Porteiro	700	0	00
3 Continuos, a 180 xerafins	540	0	00
1 Lingua do estado	600	0	00
	50:854	0	00

		x.	t.	n.
	<i>Transporte.....</i>			
1	Servente e encadernador			50:854 0 00
	Fardamento para os continuos			144 0 00
				36 0 00
	GOVERNOS SUBALTERNOS			
1	Governador de Damão			6:758 1 21
1	Interprete.....			240 0 00
1	Porteiro da fortaleza.....			72 0 00
1	Governador de Diu			4:000 0 00
12	Guardas			1:064 0 00
	ESCOLA MEDICO-CIRURGICA			
3	Lentes, a 375 xerafins de gratificação.....			1:125 0 00
1	Medico, lente substituto			900 0 00
	LYCEU			
1	Reitor e professor de historia, gratificação....			1:020 0 00
1	Professor, secretario do lyceu			960 0 00
4	Professores, a 720 xerafins.....			2:880 0 00
1	Professor substituto			600 0 00
1	Porteiro			73
	OUTRAS ESCOLAS			
2	Professores de latim em Margão e Mapuçá, a 720 xerafins			1:440 0 00
2	Ditos em Chinchinim e Saligão, a 400 xerafins			800 0 00
1	Dito de francez em Margão			480 0 00
1	Dito de inglez em Mapuçá.....			480 0 00
1	Dito da escola normal.....			720 0 00
5	Ditos de ensino primario.....			2:820 0 00
1	Mestra de meninas em Goa			870 0 00
8	Professores de primeiras letras.....			1:920 0 00
2	Mestras em Margão e Mapuçá			780 0 00
				81:036 1 21

	L.	T. R.
<i>Transporte.....</i>		81:036 1 21
13 Professores em Salsete.....	3:480	0 00
11 Ditos em Bardez.....	3:000	0 00
13 Ditos nas Novas Conquistas.....	2:880	0 00
3 Ditos em Damão.....	1:560	0 00
2 Ditos em Diu.....	600	0 00
Aluguer da casa para as aulas de Mapuçá e Ri-bandar.....	186	0 00
Material para as aulas de Damão.....	30	0 00
BIBLIOTHECA		
1 Bibliothecario.....	— — —	
1 Porteiro.....	360	0 00
IMPRENSA NACIONAL		
1 Director, gratificação.....	720	0 00
1 Escrivão e revisor.....	660	0 00
1 Thesoureiro.....	360	0 00
1 Fiel.....	180	0 00
1 Porteiro.....	96	0 00
Ferias.....	4:894	0 00
Papel e outros objectos.....	2:700	0 00
SAUDE PUBLICA		
1 Physico mó, soldo e gratificação.....	5:400	0 00
1 Cirurgião mó, soldo e gratificação.....	4:500	0 00
1 Cirurgião de 1. ^a classe, soldo e gratificação...	2:550	0 00
1 Cirurgião de 2. ^a classe, soldo e gratificação...	2:025	0 00
1 Primeiro pharmaceutico, soldo e gratificação..	2:550	0 00
1 Segundo pharmaceutico, soldo e gratificação..	1:875	0 00
1 Escripturario.....	360	0 00
1 Empregado addido	900	0 00
1 Amanuense	360	0 00
	122:962 1 21	

	X.	T. R.
Transporte.....	122:962	1 21
DEPOSITOS DE MEDICAMENTOS, APPARELHOS E INSTRUMENTOS CIRURGICOS		
GOA		
Gratificação ao segundo pharmaceutico pelo en- cargo do deposito.....	840 0 00	
2 Praticantes de pharmacia, a 180 xerasins	360 0 00	
1 Escrypturario	1:000 0 00	
1 Amanuense.....	420 0 00	
1 Continuo.....	180 0 00	
2 Moços da cozinha, a 120 xerasins	240 0 00	
Medicamentos e mais effeitos.....	7:526 0 00	
DAMÃO		
1 Pharmaceutico	600 0 00	
1 Ajudante do dito.....	180 0 00	
1 Moço.....	120 0 00	
Medicamentos e utensilios	563 0 00	
DIU		
1 Pharmaceutico	600 0 00	
1 Praticante	180 0 00	
Medicamentos e utensilios	563 0 00	
ESTABELECIMENTOS DE BENEFICENCIA		
Pensionistas de obras pias de Goa	40:944 0 00	
Ditas » de Damão	2:736 0 00	
Ditas » de Diu.....	360 0 00	
20 Orphãs do recolhimento da Serra.....	1:000 0 00	
Ao recolhimento de convertidas de Santa Maria Magdalena.....	300 0 00	
	451:676	1 21

	X.	T. R.
Transporte.....	151:676 1 21	
Esmolas distribuidas ás sextas feiras na Misericordia de Goa.....	572 0 00	
OBRAS PUBLICAS		
Reparos de edifícios.....	125:837 0 00	
1 Pagador das obras militares	288 0 00	
ADMINISTRAÇÃO DOS CORREIOS		
1 Administrador.....	800 0 00	
1 Escrivão.....	400 0 00	
1 Ajudante	240 0 00	
36 Conductores.....	3:930 0 00	
Custeamento	450 0 00	
Correio de Gogue, pertencente a Diu	80 0 00	
Porte de officios pago ao correio britannico	200 0 00	
Malas do governo para Lisboa e Macau.....	4:680 0 00	
CONTADORIA DA FAZENDA		
1 Director, escrivão da junta	6:250 0 00	
1 Contador geral.....	2:000 0 00	
1 Contador graduado	1:000 0 00	
7 Escripturarios, a 1:000 xerafins.....	7:000 0 00	
1 Guarda-livros.....	480 0 00	
8 Amanuenses de 1. ^a classe a 420 xerafins	3:360 0 00	
8 Ditos de 2. ^a classe, a 360 xerafins.....	2:880 0 00	
12 Praticantes, a 180 xerafins.....	2:460 0 00	
1 Porteiro	500 0 00	
1 Ajudante do dito.....	360 0 00	
2 Continuos, a 180 xerafins.....	360 0 00	
2 Serventes, a 144 xerafins.....	288 0 00	
1 Encadernador	288 0 00	
	312:779 1 21	

	X.	T. R.
<i>Transporte</i>	312:779	1 21
REPARTIÇÃO DO PAPEL SELLADO		
1 Chefe	600	0 00
1 Ajudante	420	0 00
1 Amanuense	360	0 00
1 Recebedor	360	0 00
1 Praticante.....	180	0 00
2 Serventes, a 180 xerafins	360	0 00
Papel para sellar.....	3:000	0 00
Despeza de expediente e material	250	0 00
Despeza extraordinaria.....	9:000	0 00
THESOURARIA DO ESTADO		
1 Thesoureiro geral.....	3:000	0 00
1 Fiel do thesoureiro	360	0 00
2 Fieis pagadores, a 420 xerafins.....	840	0 00
1 Escrevente.....	420	0 00
1 Ensaidor e contador da prata	480	0 00
1 Contador do cobre	300	0 00
1 Servente.....	144	0 00
EMPREGADOS ADDIDOS E EXTRAORDINARIOS		
1 Escrivão do estanco do tabaco.....	800	0 00
1 Fiel e porteiro do estanco	480	0 00
9 Escreventes	1:566	0 00
Gratificações a diversos empregados	600	0 00
1 Escrivão de repartição extinta.	420	0 00
17 Empregados do extinto arsenal da marinha	6:376	0 00
FEITORIA DE DAMÃO		
1 Feitor e alcaide mó.....	1:200	0 00
1 Primeiro escrivão	600	0 00
	344:895	1 21

		L. T. R.
	<i>Transporte.....</i>	344:895 1 21
1	Segundo escrivão.....	400 0 00
2	Amanuenses, a 200 xerafins.....	400 0 00
1	Fiel.....	240 0 00
1	Porteiro.....	240 0 00
	Expediente.....	150 0 00
	 FEITORIA DE DIU 	
1	Feitor.....	1:000 0 00
1	Primeiro escrivão.....	600 0 00
1	Segundo dito.....	400 0 00
1	Amanuense.....	300 0 00
1	Porteiro.....	240 0 00
	Expediente.....	150 0 00
	 ADMINISTRAÇÕES FISCAIS 	
4	Administradores fiscaes das Novas Conquistas, a 1:200 xerafins.....	4:800 0 00
4	Escrivães, a 240 xerafins.....	960 0 00
1	Administrador das aldeias Assolná e outras...	600 0 00
1	Administrador dos predios nacionaes de Diu	1:000 0 00
	Livros e papel para as reparticoes	3:000 0 00
	 ALFANDEGAS 	
	 NOVA GOA 	
1	Director e administrador geral.....	2:500 0 00
1	Primeiro escrivão	1:000 0 00
1	Segundo escrivão	800 0 00
1	Terceiro escrivão.....	600 0 00
1	Guarda mór.....	800 0 00
1	Recebedor e fiel.....	900 0 00
2	Verificadores, a 600 xerafins	1:200 0 00
1	Escrivão de bilhetes	600 0 00
		 367:775 1 21

	X.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>			
1 Escrivão do expediente e tomadias.....		367:775	1 24
1 Escrivão de carga e descarga.....		504	0 00
2 Aspirantes de 1. ^a classe, a 300 xerafins		400	0 00
2 Aspirantes de 2. ^a classe, a 180 xerafins		600	0 00
1 Porteiro		360	0 00
28 Guardas de diferentes classes		480	0 00
3 Serventes, a 108 xerafins.....		6:000	0 00
1 Mestre tanoeiro		324	0 00
Mocadão e 8 marinheiros do escaler.....		54	0 00
Mocadão guarda-costa em Tiracol.....		870	0 00
Mocadão guarda-costa em Tiracol.....		840	0 00
Mocadão no registo da Aguada.....		1:044	0 00
Tona guarda-costa em D. Paula		477	0 00
Tona do sul.....		549	0 00
Gratificação aos guardas e soldados que servem n'aquellas embarcações		630	0 00
Despezas miudas.....		100	0 00
Material e expediente.....		612	2 30
<i>ASSOLNÁ</i>			
1 Sub-director.....		600	0 00
1 Recebedor		360	0 00
1 Escrivão		300	0 00
1 Guarda, servindo de porteiro e sellador.....		240	0 00
13 Guardas de 2. ^a e 3. ^a classes.....		2:040	0 00
Gratificação aos guardas		290	0 00
Tona de vigia		35	0 00
Material e expediente.....		76	2 30
<i>CHAPORÁ</i>			
1 Sub-director e recebedor		480	0 00
1 Escrivão.....		300	0 00
1 Guarda, servindo de porteiro e sellador		240	0 00
8 Guardas		1:200	0 00
1 Servente.....		12	0 00
		387:793	1 21

	I.	T. R.
<i>Transporte.....</i>	<u>387:793 1 21</u>	
Gratificação aos guardas	72 0 00	
Material e expediente.....	<u>26 2 30</u>	
SANQUELIM		
1 Sub-director.....	800 0 00	
1 Escrivão.....	400 0 00	
1 Recebedor.....	400 0 00	
1 Ajudante do escrivão	180 0 00	
1 Guarda, servindo de porteiro e sellador	240 0 00	
12 Guardas.....	<u>1:920 0 00</u>	
1 Servente.....	96 0 00	
Gratificação aos guardas	144 0 00	
Material e expediente.....	334 0 00	
SANGUEM		
1 Sub-director.....	800 0 00	
1 Escrivão.....	400 0 00	
1 Recebedor.....	360 0 00	
1 Ajudante do escrivão	180 0 00	
1 Guarda, servindo de porteiro e sellador	240 0 00	
17 Guardas.....	<u>2:640 0 00</u>	
1 Servente.....	96 0 00	
Gratificação aos guardas	792 0 00	
Material e expediente.....	610 0 00	
COLEM		
1 Sub-director.....	600 0 00	
1 Recebedor.....	240 0 00	
1 Guarda, que serve de escrivão.....	120 0 00	
DOROMAROGO		
1 Sub-director.....	800 0 00	
		<u>400:283 3 51</u>

	L.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>			
1 Escrivão.....	400	283	3 51
1 Recebedor	400	0	00
1 Ajudante do escrivão.....	192	0	00
1 Guarda, servindo de porteiro e sellador.....	240	0	00
13 Guardas.....	1.980	0	00
1 Servente.....	96	0	00
Gratificação aos guardas	360	0	00
Material e expediente	393	2	30
 FORXIM			
1 Encarregado	240	0	00
 REGISTOS			
1 Fiel em Polem	240	0	00
1 Dito em Tiracol	180	0	00
1 Dito em Veluz.....	240	0	00
1 Dito em Chandel.....	240	0	00
 DAMÃO			
1 Sub-director	900	0	00
1 Escrivão.....	600	0	00
1 Thesoureiro	400	0	00
1 Ajudante do escrivão.....	200	0	00
1 Porteiro	192	0	00
9 Guardas	1.200	0	00
5 Fieis para os postos fiscaes	900	0	00
6 Sipaes para vigias das estradas	504	0	00
 DIU			
1 Sub-director	800	0	00
1 Escrivão.....	600	0	00
1 Thesoureiro verificador	400	0	00
	412:181 4 21		

	I.	T. R.
	<i>Transporte.....</i>	412:181 1 21
1 Aspirante	180 0 00	
1 Guarda mór.	360 0 00	
1 Porteiro	192 0 00	
10 Guardas	1:462 2 00	
Custeio das embarcações	50 0 00	
 ADMINISTRAÇÃO DAS MATAS		
1 Administrador em Goa, gratificação.....	360 0 00	
1 Escrivão, secretario	600 0 00	
4 Guardas fiscaes	1:440 0 00	
1 Administrador em Damão	600 0 00	
1 Escrivão, secretario	360 0 00	
2 Guardas fiscaes	600 0 00	
1 Guarda de deposito.....	120 0 00	
Material.....	45 0 00	
 RELAÇÃO DO ESTADO		
1 Presidente	10:000 0 00	
3 Juizes, a 7:500 xerafins	22:500 0 00	
1 Procurador da corôa e fazenda	7:500 0 00	
1 Guarda mór.....	400 0 00	
2 Guardas menores.....	600 0 00	
2 Officiaes de diligencias	360 0 00	
Expediente	40 0 00	
 JUIZES DE PRIMEIRA INSTANCIA		
3 Juizes de direito, a 6:250 xerafins	18:750 0 00	
3 Juizes substitutos, a 4:200 xerafins.....	3:600 0 00	
3 Delegados do procurador da corôa, a 1:000 xerafins	3:000 0 00	
3 Solicitadores das causas fiscaes	360 0 00	
1 Fiel, na comarca das ilhas.....	240 0 00	
3 Officiaes de diligencias	360 0 00	
2 Juizes de Damão e Diu, a 2:000 xerafins.....	4:000 0 00	
	490:230 3 21	

	I.	T.	R.
<i>Transporte</i>	490:230	3	21
2 Delegados, nas mesmas praças, a 4:000 xerafins	2:000	0	00
2 Interpretes, idem, a 480 xerafins.....	360	0	00
Expediente dos juizes em Goa.....	750	0	00
 CADEIAS			
1 Capellão da cadeia de Nova Goa	144	0	00
1 Carcereiro da dita	360	0	00
Sustento dos presos indigentes da dita	810	0	00
1 Carcereiro de Mapuçá.....	128	0	00
1 Ajudante do dito.....	64	0	00
Sustento dos presos indigentes.....	106	0	00
1 Carcereiro de Margão.....	80	0	00
1 Ajudante.....	40	0	00
Sustento dos presos pobres	246	0	00
1 Carcereiro de Damão	57	4	36
 ADMINISTRAÇÃO ECCLESIASTICA			
1 Arcebispo metropolitano	12:000	0	00
1 Deão da sé	1:010	3	49
1 Chantre	610	3	57
1 Thesoureiro mór.....	610	3	57
1 Arcediago.....	610	3	57
1 Mestre-escola.....	610	3	57
10 Conegos	5:407	4	30
4 Meios conejos.....	1:154	4	46
2 Quartenarios.....	566	3	20
1 Cura	220	0	00
12 Capellães	2:000	0	00
7 Cantores.....	933	1	40
4 Meios cantores.....	266	3	20
3 Tiples.....	240	0	00
1 Sub-chantre.....	100	0	00
1 Sub-thesoureiro	200	0	00
1 Porteiro da massa	107	1	00
	521:727	0	40

	X.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>	521:727	0	40
6 Meninos do côro	432	0	00
1 Mestre de capella.....	200	0	00
1 Mestre de ceremonias.....	146	3	20
1 Organista	200	0	00
2 Altareiros.....	160	0	00
3 Sacristães	288	0	00
Para a sacristia.....	514	0	00
Para a fabrica, incluindo 3 sineiros, a 120 xerafins	892	0	40
1 Prior e vigario da vara de Damão.....	801	2	06
4 Cantores	160	3	24
1 Thesoureiro e sacristão.....	184	3	36
1 Prior e vigario da vara de Diu	800	0	00
1 Sacristão.....	180	0	00
2 Meninos do côro	96	0	00
1 Sineiro	48	0	00
96 Parochos e capellães das Velhas e Novas Conquistas.....	16:400	1	56
2 Catechistas da igreja de Vellim.....	144	0	00
2 Mestres de capella, de Linhares e Assolná.....	156	0	00
1 Sacristão de Linhares	84	0	00
1 Vigario dos Remedios em Damão.....	360	0	00
1 Parocho do forte de S. Jeronymo.....	494	2	30
1 Parocho de Brancavará, em Diu	451	3	20
1 Sacristão da mesma igreja	60	0	00
34 Missionarios do arcebispado de Goa, entrando guisamentos e paga de catechistas	15:107	0	48
Seminarios.....	17:165	4	00
Casa professa do Bom Jesus.....	1:494	3	00
1 Sacristão da extincta' casa dos catechumenos de Betim	96	0	00
1 Capellão do hospicio de Culabo em Bombaim..	378	0	00
1 Servente do mesmo.....	126	0	00
Para festividades e fabricas de igrejas	2:050	2	40
1 Arcebispo de Cranganor.....	3:333	1	40
1 Bispo de Cochim.....	3:333	1	40
1 Bispo de Meliapor.....	3:333	1	40
	591:399	1	30

	I.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>	591:399	4	30
1 Governador do bispado de Malaca e Timor	1:500	0	00
1 Vigario geral de Ceylão	720	0	00
9 Missionarios do arcebispo de Cranganor.....	2:030	2	00
38 Ditos do bispado de Cochim	8:000	1	18
1 Dito do bispado de Malaca.....	600	0	00
1 Dito em Ceylão.....	600	0	00
1 Dito em Meliapor	450	0	00
ADMINISTRAÇÃO MILITAR			
ESTADO MAIOR			
1 Brigadeiro	2:400	0	00
1 Major, chefe do expediente militar	3:375	0	00
1 Capitão, empregado no dito expediente	960	0	00
1 Alferes, dito	800	0	00
2 Alferes, ajudantes de ordens, soldo, gratificação e forragens	4:980	0	00
1 Alferes, ás ordens do governo.....	1:500	0	00
CORPO DE ENGENHEIROS			
1 Tenente coronel, commandante — soldo, grati- ficação e forragens.....	3:760	0	00
2 Majores.....	3:600	0	00
1 Ajudante — soldo, gratificação e forragens....	1:920	0	00
3 Capitães.....	2:880	0	00
2 Primeiros tenentes	1:760	0	00
2 Segundos tenentes.....	2:400	0	00
Comissões activas e residencias de officiaes em serviço.....	6:050	0	00
REGIMENTO DE ARTILHÉRIA			
1 Tenente coronel, commandante — soldo, grati- ficação e forragens.....	3:160	0	00
	644:544	4	48

	I.	T. R.
		<i>Transporte.....</i>
1 Major—soldo e forragens	644:544	4 48
1 Ajudante — idem.....	2:040	0 00
1 Quartel mestre.....	1:420	0 00
1 Capellão	880	0 00
1 Cirurgião mór.	800	0 00
1 Cirurgião ajudante	960	0 00
8 Capitães — soldo e gratificação.....	880	0 00
8 Primeiros tenentes.....	10:880	0 00
16 Segundos tenentes.....	7:040	0 00
1 Sargento ajudante.....	12:800	0 00
1 Sargento quartel-mestre.....	413	3 20
1 Corneteiro mór	340	3 20
1 Cabo de corneteiros	267	3 20
2 Artífices	206	4 10
8 Primeiros sargentos.....	292	0 00
16 Segundos sargentos.....	2:336	0 00
8 Furrieis	4:282	3 20
32 Cabos	1:557	1 40
48 Anspeçadas.....	5:450	3 20
480 Soldados.....	6:716	0 00
16 Corneteiros.....	64:240	0 00
Fardamento para 614 praças.....	2:920	0 00
Rancho para 5 praças europeas, a 33 2 17 1/2	11:205	2 30
Azeite para luzes	167	1 27
Vencimento para 3 cavallos.....	310	0 00
Compra de instrumentos musicos e bellicos	75	0 00
	180	0 00
<i>N. B.</i> No vencimento das praças de pret entram 40 réis diarios a cada uma, sendo 20 de pão e 20 de gratificação.		
		DOIS BATALHÕES DE INFANTERIA
2 Tenentes coroneis	6:320	0 00
2 Majores.....	4:080	0 00
2 Ajudantes	2:240	0 00
2 Porta-bandeiras, alferes	1:600	0 00
	797:146	4 15

	x.	t.	r.
<i>Transporte.....</i>	797:146	1	15
2 Quartéis-mestres	4:760	0	00
2 Capellães	4:600	0	00
2 Cirurgiões móres	4:920	0	00
2 Cirurgiões ajudantes	4:760	0	00
16 Capitães	21:760	0	00
16 Tenentes	14:080	0	00
16 Alferes	12:800	0	00
2 Sargentos ajudantes	827	1	40
2 Sargentos quartéis-mestres	681	1	40
2 Mestres de musica	973	1	40
16 Musicos	5:840	0	00
2 Tambores móres	389	1	40
2 Cabos de cornetas	340	3	20
4 Artífices	584	0	00
16 Primeiros sargentos	3:893	1	40
32 Segundos sargentos	6:229	1	40
16 Furricis	2:725	1	40
64 Cabos	9:344	0	00
64 Anspeçadas	8:176	0	00
960 Soldados	116:800	0	00
32 Tambores	5:840	0	00
Fardamento para 1:214 praças	22:155	2	30
Rancho para 19 praças europeas	635	3	32
Azeite para luzes	438	0	00
Vencimento para 6 cavallos	150	0	00
Compra de instrumentos musicos	360	0	00
Augmento de despesa com um tenente coronel e 2 capitães servindo n'estes corpos	5:070	0	00
DOIS BATALHÕES DE CACADORES			
2 Tenentes coroneis	6:320	0	00
2 Majores	4:080	0	00
2 Ajudantes	2:240	0	00
2 Quartéis-mestres	4:760	0	00
2 Capellães	4:600	0	00
	1.060:279	2	47

	X.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>		1.060:279 2 47	
2 Cirurgiões móres.....		1:920 0 00	
2 Cirurgiões ajudantes.....		1:760 0 00	
12 Capitães.....		16:320 0 00	
12 Tenentes.....		10:560 0 00	
12 Alferes.....		9:600 0 00	
2 Sargentos ajudantes.....		827 1 40	
2 Sargentos quartéis-mestres.....		681 1 40	
2 Corneteiros móres.....		389 1 40	
2 Cabos de corneteiros.....		340 3 20	
4 Artífices.....		584 0 00	
12 Primeiros sargentos.....		2:920 0 00	
24 Segundos sargentos.....		4:672 0 00	
12 Furrieis.....		2:044 0 00	
48 Cabos.....		7:008 0 00	
48 Anspeçadas.....		6:132 0 00	
720 Soldados.....		87:600 0 00	
24 Corneteiros.....		4:380 0 00	
Fardamento para 900 praças.....		16:425 0 00	
Rancho para 5 praças europeas.....		167 1 27	
Azeite para luzes.....		497 0 30	
Vencimento para 6 cavallos.....		450 0 00	
Compra de instrumentos musicos.....		360 0 00	
Augmento de despesa com 1 tenente coronel, 1 capitão e 1 alferes que servem n'estes corpos		4:340 0 00	
 GUARDA MUNICIPAL			
1 Major.....		3:040 0 00	
2 Capitães.....		2:720 0 00	
2 Tenentes.....		1:760 0 00	
4 Alferes.....		3:200 0 00	
1 Sargento ajudante.....		413 3 20	
1 Sargento quartel-mestre.....		340 3 20	
2 Primeiros sargentos.....		486 3 20	
4 Segundos sargentos.....		778 4 00	
2 Furrieis.....		340 3 20	
		1.253:007 4 54	

	x.	t. r.
Transporte.....	4.253:007	4 54
8 Cabos.....	1:168	0 00
12 Anspeçadas.....	1:533	0 00
120 Soldados.....	14:600	0 40
4 Corneteiros.....		730 0 00
Fardamento para 154 praças.....	2:810	2 30
Azeite para luzes	127	3 35
Vencimento para 1 cavallo.....	25	0 00
Augmento de despesa com 1 major e 1 alferes do exercito de Portugal, que servem n'este corpo.....	3:150	0 00
DUAS COMPANHIAS DE DAMÃO		
2 Capitães	3:520	0 00
2 Tenentes.....	2:320	0 00
4 Alferes.....	3:840	0 00
2 Primeiros sargentos.....	486	3 20
6 Segundos sargentos.....	1:468	0 00
2 Furrieis	340	3 20
10 Cabos.....	1:460	0 00
10 Anspeçadas	1:277	2 30
4 Corneteiros	730	0 00
140 Soldados.....	17:033	1 40
Fardamento para 174 praças.....	3:175	2 30
Rancho para uma praça europea.....	33	2 17
Azeite para luzes	39	0 48
COMPANHIA DE DIU		
1 Capitão.....	1:760	0 00
1 Tenente	1:160	0 00
2 Alferes.....	1:920	0 00
1 Primeiro sargento.....	243	1 40
3 Segundos sargentos	584	0 00
1 Furriel	170	1 40
6 Cabos.....	876	0 00
	1.319:290	1 04

	X.	T. R.
		<i>Transporte.....</i>
6 Anspeçadas	1.349:290	4 04
76 Soldados	766	2 30
2 Corneteiros	9:246	3 20
Fardamento para 95 praças	365	0 00
Rancho para uma praça europea	4:733	3 45
Azeite para luzes	33	2 17
	56	3 00
(P) GOVERNOS E COMMANDOS DE PRAÇAS		
1 Capitão, servindo de major da praça de Damião	4:760	0 00
1 Tenente, ajudante da mesma	4:280	0 00
1 Condestável, idem	451	4 22
Azeite para luzes	451	4 22
1 Capitão, servindo de major da praça de Diu	4:760	0 00
1 Tenente, ajudante da mesma	4:280	0 00
1 Tenente coronel, governador da praça da Aguada	2:920	0 00
1 Major da mesma praça	4:800	0 00
1 Ajudante, idem	4:850	0 00
1 Cirurgião mórmor	960	0 00
1 Capellão	800	0 00
1 Almoxarife	360	0 00
1 Fiel	480	0 00
Azeite para luzes	276	0 00
Guizamentos para a capella da fortaleza	40	0'00
1 Major, commandante da praça de Morinugão	1:320	0 00
1 Ajudante	640	0 00
1 Cirurgião-mórmor	800	0 00
1 Capellão	240	0 00
1 Almoxarife	360	0 00
Azeite para luzes	487	1 45
Tona	636	0 00
1 Major, commandante da praça de Angediva	2:376	0 00
1 Ajudante da mesma	880	0 00
	1.354:671	» 45

	X.	T.	R.
		<i>Transporte.....</i>	
1 Cirurgião ajudante		1.334:671	» 45
1 Vigario		600	0 00
1 Interprete		480	0 00
Azeite para luzes		240	0 00
Condução de pret		54	3 43
1 Major, commandante da praça de Alorna		96	0 00
1 Alferes, ajudante da mesma		4:520	0 00
1 Capellão		480	0 00
Azeite para luzes		480	0 00
1 Tenente coronel, commandante da fortaleza de Tiracol		73	0 00
1 Ajudante		1:600	0 00
1 Capellão		640	0 00
1 Cirurgião ajudante		480	0 00
Azeite para luzes		600	0 00
1 Major, commandante da fortaleza de cabo de Rama		109	2 30
1 Tenente, ajudante		1:520	0 00
1 Capellão		640	0 00
1 Cirurgião ajudante		516	0 00
Azeite para luzes		600	0 00
1 Major, commandante da fortaleza dos Reis Magos		73	0 00
1 Ajudante		1:800	0 00
1 Cirurgião ajudante		640	0 00
1 Fiel		880	0 00
Azeite para luzes		120	0 00
1 Major, commandante do forte de Chaporá		73	0 00
Azeite para luzes		1:520	0 00
1 Major, commandante do forte de Sanquelim		73	0 00
1 Capellão		1:520	0 00
1 Sacristão		240	0 00
Azeite para luzes		72	0 00
1 Alferes, encarregado do forte de Betul		109	2 30
1 Capellão		480	0 00
Azeite para luzes		123	0 00
		36	2 30
		1.373:162	2 30

	X.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>	1.373:162	2	»
1 Alferes, encarregado do forte de Gaspar Dias	480	0	00
Azeite para luzes.....	36	2	30
1 Alferes, commandante do forte de Colá	480	0	00
Azeite para luzes	36	2	30
1 Alferes, commandante do forte de S. Thiago..	480	0	00
1 Tenente, commandante do posto de Bagá	600	0	00
Azeite para luzes do posto.....	36	2	30
Azeite para luzes do forte de Corjuem	18	1	15
 COMMANDOS DAS PROVINCIAS			
1 Major, commandante de Pernem.....	1:800	0	00
1 Medico ou cirurgião.....	240	0	00
1 Vigario.....	720	0	00
1 Lingua, professor de marattá.....	240	0	00
Azeite para luzes	328	2	30
1 Commandante de Bicholim e Sanquelim (serve o commandante do 3. ^o batalhão de infanteria).....	-		
1 Medico-cirurgião.....	240	0	00
1 Lingua, professor de marattá.....	240	0	00
1 Commandante de Pondá e Embarracem (serve o commandante do 2. ^o batalhão de infantaria).....	-		
1 Alferes, cominandante nos campos de Unguem	480	0	00
1 Dito, commandante nos campos de Colem....	480	0	00
1 Interprete	360	0	00
1 Commandante de Zambaulim (serve o do 1. ^o batalhão de caçadores)	-		
1 Medico-cirurgião	240	0	00
1 Lingua, professor de marattá	240	0	00
1 Capitão, commandante de Canacona	960	0	00
1 Medico-cirurgião	240	0	00
1 Lingua, professor de marattá.....	240	0	00
Azeite para luzes da casa forte	109	2	30
1 Capitão, commandante da Praganá Nagar Avely	2:160	0	00
	1.384:648	0	45

	I.	T. R.
Transporte.....		1.384.648 0 45
ESCOLA MATHEMATICA		
1 Director (o commandante do corpo de engenheiros).....		-
7 Lentes, a 720 xeratins de gratificação	5.040 0 00	
1 Lente, primeiro piloto, gratificação.....	720 0 00	
2 Lentes substitutos, gratificações	1.440 0 00	
1 Ajudante da sexta cadeira, gratificação	480 0 00	
1 Professor de physica e chimica, gratificação.....	1.562 2 30	
1 Secretario da escola, tenente de infanteria.....		-
1 Porteiro.....	360 0 00	
Premios aos estudantes	200 0 00	
Despezas da aula de physica e chimica	1.500 0 00	
JUSTICA MILITAR		
1 Brigadeiro, presidente do supremo conselho.....		-
6 Vogaes militares do mesmo conselho		-
1 Vogal togado, juiz da relação.....		-
1 Promotor, tenente coronel.....		-
1 Secretario, major		-
1 Auditor.....	960 0 00	
REPARTIÇÃO FISCAL DE CONTABILIDADE DO EXERCITO		
1 Chefe	1.920 0 00	
1 Sub-chefe.....	1.200 0 00	
1 Official de 1. ^a classe.....	960 0 00	
1 Dito de 2. ^a classe.....	880 0 00	
1 Dito de 3. ^a classe	800 0 00	
2 Aspirantes, a 360 réis.....	720 0 00	
1 Moço	96 0 00	
1 Empregado addido	1.350 0 00	
Transporte aos officiaes no servizo de mostras.....	416 0 00	
Expediente	40 0 00	
		1.405.292 3 45

	X.	T. R.
<i>Transporte.....</i>	4.405:292	3 45
ARSENAL DO EXERCITO		
1 Inspector, gratificação.....	1:440	0 00
2 Ajudantes, gratificação.....	1:200	0 00
1 Contador	1:200	0 00
3 Escripturarios	1:800	0 00
4 Amanuenses.....	1:680	0 00
3 Praticantes.....	540	0 00
1 Porteiro, archivista.....	300	0 00
1 Almoxarife.....	1:200	0 00
3 Fieis.....	720	0 00
1 Empregado addido	875	0 00
1 Primeiro artifice	600	0 00
2 Segundos ditos.....	960	0 00
2 Aspirantes a artifices	400	0 00
1 Inspector de artilharia, gratificação	120	0 00
1 Cabo ou anspeçada de artilharia.....	72	0 00
3 Soldados de artilharia.....	480	0 00
1 Porteiro	360	0 00
3 Ajudantes	720	0 00
1 Patrão de galés.....	240	0 00
Ferias	25:734	0 00
Material.....	23:708	0 00
Custeio de embarcações miudas	4.822	0 00
HOSPITAL REGIMENTAL DE GOA		
1 Director, cirurgião mór de artilharia, gratifi-cação.....	400	0 00
1 Escripturario.....	720	0 00
1 Fiel	360	0 00
1 Sacristão.....	120	0 00
1 Porteiro	288	0 00
1 Enfermeiro mór	360	0 00
	4.473:411	3 45

	X.	T. R.
Transporte.....	1.473:411 3 45	
3 Enfermeiros.....	864 0 00	
1 Moço de enfermaria ¹	420 0 00	
N.B. As dietas para os enfermos são calculadas em 9:500 xerafins, mas esta despesa é equilibrada pelo desconto nos vencimentos dos enfermos, orçado em igual quantia.		
HOSPITAL REGIMENTAL DE DAMÃO		
1 Cirurgião mó, soldo e gratificação.....	1:360 0 00	
1 Cirurgião ajudante.....	880 0 00	
1 Enfermeiro.....	216 0 00	
1 Ajudante do enfermeiro.....	144 0 00	
1 Cozinheiro.....	144 0 00	
Dietas para os enfermos	364 0 00	
HOSPITAL REGIMENTAL DE DIU		
1 Cirurgião mó, soldo e gratificação.....	1:360 0 00	
1 Cirurgião ajudante.....	880 0 00	
1 Escripturario.....	120 0 00	
1 Encarregado	120 0 00	
1 Enfermeiro.....	36 0 00	
1 Cozinheiro.....	156 0 00	
2 Serventes.....	288 0 00	
Medicamentos para os presos pobres.....	60 0 00	
Enxoval para os enfermos.....	160 0 00	
OFFICIAES EM DISPONIBILIDADE		
2 Da terceira secção.....	1:520 0 00	
2 Da quarta secção.....	9:300 0 00	
2 Do extinto partido de Sipaes.....	696 0 00	
¹ Alem d'estes empregados ha mais no hospital 1 frei, 2 amanuenses, 3 enfermeiros, 2 cozinheiros e 10 moços, que são praças de pret e vencem como taes.		
	1.492:499 3 45	

	X.	T. R.
Transporte.....	1.492:199	3 45
 OFFICIAES EM COMISSÃO		
2 Do exercito de Portugal.....	5:415	0 00
9 Da arma de artilheria.....	13:000	0 00
10 Da arma de infantaria	14:680	0 00
 COMISSÃO TELEGRAPHICA		
4 Administrador do pharol da Aguada, gratifi- cação.....	320	0 00
7 Officiaes artifices.....	1:044	0 00
Gratificação a tres artifices do pharol.....	216	0 00
1 Relojoeiro	72	0 00
Azeite para o pharol	615	0 00
 DESPEZAS DIVERSAS		
1 Tenente, cazerneiro	560	0 00
6 Alferes, cazerneiros.....	2:400	0 00
Transporte de tropas	1:650	0 00
Azeite para luzes das guardas.....	750	0 00
Material para o serviço da fortaleza de Diu.....	100	0 00
Azeite para luzes da mesma	300	0 00
 DESPEZAS EXTRAORDINARIAS		
4 Officiaes addidos aos corpos do exercito de Goa	4:310	0 00
485 Praças de pret, addidas aos mesmos, e seu fardamento	22:466	0 00
Gratificações e outras despezas eventuaes	3:600	0 00
18 Praças de pret, addidas ás companhias de Damão e seu fardamento.....	2:548	4 35
	1.566:246	2 50

	X.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>	1.566:246	2	50
32 Praças, addidas á companhia de Diu, e seu far- damento	4:477	1	40
	1.570:723	4	30
Deduz-se pelas licenças registadas aos officiaes e pracas de pret	5:150	0	00
	1.565:573	4	30
CAPITANIAS DE PORTOS E ARSENAES DE MARINHA			
1 Primeiro tenente da armada, capitão do porto de Goa, soldo e gratificação	2:918	2	00
1 Segundo tenente, constructor naval, soldo e gratificação.....	2:775	0	00
1 Escrivão da capitania.....	600	0	00
1 Amanuense.....	420	0	00
1 Patrão mór	816	0	00
1 Sota patrão mór	600	0	00
1 Piloto mór da barra	332	0	00
1 Sota-piloto.....	240	0	00
2 Aspirantes de piloto	360	0	00
Lotação de dois escaleres.....	2:232	0	00
1 Segundo tenente da armada, capitão do porto de Damão, soldo, comedorias, ração e luz	2:745	0	00
1 Segundo tenente, constructor naval, soldo e gratificação.....	2:775	0	00
1 Constructor do arsenal de Damão.....	480	0	00
1 Patrão mór	432	0	00
1 Ajudante do patrão mór	144	0	00
Tripulação do escaler de governo de Damão.....	720	0	00
1 Mandador do arsenal de Diu	540	0	00
1 Mestre serralheiro, idem.....	540	0	00
1 Official de serralheiro	180	0	00
1 Official de carpinteiro.....	187	1	00
1 Sarangue.....	180	0	00
1 Mocadão.....	120	0	00
1 Marinheiro.....	120	0	00
Jornaes a operarios	80	0	00
	1.586:410	2	30

	X.	T.	R.
<i>Transporte.....</i>	4.586:140	2	30
Á tripulação da manchua	305	0	00
Fornecimento de effeiros para as officinas.....	4:150	0	00
OFFICIAES DA EXTINCTA MARINHA DE GOA			
4 Commissario	360	0	00
4 Primeiro piloto	320	0	00
4 Aspirante de piloto.....	160	0	00
ENCARGOS GERAES			
Juros do emprestimo voluntario e forçado de 430:300 0 48 a 3 por cento.....	3:909	0	00
Á casa de Quenerós de Cumbarjua, importancia de letras por pagar, e juro de 5 por cento	40:187	2	03
Á santa casa da misericordia de Goa, pela amor- tiseração de 30:000 xerafins, e juro de 5 por cento.....	6:000	0	00
Ao convento de Santa Monica, pelo juro de 21:789 4 30, a 3 por cento.....	4:089	0	28
Aos cofres da igreja de Rachol, pelo juro de 9:000 pardaus, a 3 por cento	270	0	00
Pensionistas de monte pio.....	51:427	3	46
Pensões	3:243	3	00
Militares reformados	79:986	3	05
Empregados aposentados.....	14:801	2	42
Subsidio á rainha de Sundem.....	42:000	0	00
Subsidio a quatro deputados ás cortes.....	25:350	0	00
Director da feitoria de Surrate.....	2:400	0	00
Aos egressos	34:656	0	00
Aos refugiados de Saunt-Warim.....	3:893	1	40
Aos dessais e outros mercenarios.....	26:986	2	19
Á gente do sonodo da província de Perneim	8:436	0	00
Aos neophytes	3:252	0	00
Ao dipagy e sua comitiva	4:200	0	00
Á santa casa da misericordia de Diu.....	4:414	0	00
	4.881:508	0	33

	x.	t.	n.
<i>Transporte.....</i>	1.881	:508	» 33
16 Exemplares do <i>Diario de Lisboa</i>	1:000	0	00
1:800 Ditos do <i>Boletim do Conselho Ultramarino</i>	2:250	0	00
14 Ditos da legislação	281	1	15
34 Ditos do orçamento das províncias ultramari-			
nas.....	187	2	30
Jornaes ingleses e outras folhas	175	0	00
Passagens, ajudas de custo e fretes.....	29:520	0	00
Sustento de 3 estudantes (1 em Paris e 2 em			
Bombaim)	3:960	0	00
Despezas eventuaes.....	6:500	0	00
Prémio aos matadores de tigres	300	0	00
Duplicação de vencimentos aos empregados que			
vão servir fóra das suas localidades	4:750	0	00
Fóros das casas denominadas da Feitoria	30	0	00
Colonisação.....	1:853	0	00
	4.929	:314	4 18

A receita e despeza effectivas do estado da India, no anno economico de 1859-1860, pelo balanço do cofre geral da fazenda publica que temos á vista, foram em resumo as seguintes:

COFRE GERAL DO ESTADO EM NOVA GOA

RECEITA	PRATA XERAFINS	COBRE			TOTAL		
		X.	T.	R.	X.	T.	R.
Saldo em 30 de junho de 1859	"		147	0	41		147 0 41
Receita desde o 1. ^o de julho de 1859 até 30 de junho de 1860.....	659:235	4.107	165	4	40	1.766	400 4 40
Fundos transferidos de varios cofres ^{1.}	80:572	48	155	2	22	128	727 2 22
	739:807	4.155	468	2	43	4.895	273 2 43
DESPEZA							
Pagamentos efectuados durante o anno economico .	732:281	4.149	735	4	38	4.882	016 4 38
Saldo que passou para o novo anno	7:526	5	732	3	05	43	258 3 05

COFRE DE DIU

RECEITA

X. T. R.

Saldo em 30 de junho de 1859	20	723	1	12	1/3
Receita desde o 1. ^o de julho de 1859 até 30 de junho de 1860	96	432	0	59	

¹ A procedencia d'estes fundos é a seguinte:

X. T. R.

Do cofre especial de bens nacionaes	402	177	3	07
» » dos direitos antigos dos prasos.....	6	443	4	50
» » do deposito para caução de rendas	9	105	4	35
» » de obras sanitarias.....	11	059	4	50
				<u>128:727 2 22</u>

DESPEZA

	X.	T.	R.
Pagamentos effectuados durante o anno economico .	82:998	3	44
Saldo que passou para o novo anno	<u>34:156</u>	3	57 $\frac{1}{4}$

COFRE DE DAMÃO

RECEITA

	X.	T.	R.
Saldo em 30 de junho de 1859	59:760	0	36 $\frac{1}{4}$
Receita desde o 1. ^o de julho de 1859 até 30 de junho de 1860	<u>440:102</u>	0	44 $\frac{1}{4}$

DESPEZA

	X.	T.	R.
Pagamentos effectuados durante o anno economico .	127:673	3	54 $\frac{3}{4}$
Saldo que passou para o novo anno	<u>72:188</u>	1	55 $\frac{3}{4}$

O rendimento das alfandegas do estado da India durante o anno civil de 1860 foi o seguinte:

	X.	T.	R.
Alfandega principal (Nova Goa).....	190:111	4	54 $\frac{1}{2}$
" de Assolná	49:170	2	37 $\frac{1}{4}$
" de Chaporá	7:829	2	43 $\frac{3}{8}$
" de Doromarogo	89:260	4	44 $\frac{1}{4}$
" de Sanquelim	71:839	0	57
" de Sanguem e Colem	90:425	3	48
Total.....	<u>468:637</u>	4	44 $\frac{3}{8}$

Esta receita proveiu das seguintes fontes:

	X.	T.	R.
Importação.....	340:397	4	33
Exportação.....	101:899	2	46 $\frac{1}{4}$
Direitos adicionaes.....	42:120	3	44 $\frac{1}{4}$
Armazenagem.....	291	2	26 $\frac{3}{8}$
Pharol.....	816	2	00 $\frac{1}{4}$
Tomadias	1:038	2	16 $\frac{3}{8}$
Fretes	419	3	45 $\frac{3}{4}$
Sizas	11:709	3	08 $\frac{3}{4}$
Sélio de baralhos de cartas.....	244	0	00
Somma.....	<u>468:637</u>	4	44 $\frac{3}{8}$

Nos cinco annos anteriores renderam as mesmas alfandegas:

	x.	t.	R.
Em 1859.....	447:806	0	33 3/4
» 1858	393:904	2	20 3/4
» 1857	396:819	2	08 1/3
» 1856	368:871	4	57 1/4
» 1855	314:538	1	47

Vê-se pois que tem havido um consideravel augmento na receita d'estas casas fiscaes.

A alfandega de Diu rendeu no anno de 1860:

	x.	t.	R.
Direitos de importação	27:473	1	48
Direitos de exportação	300	0	21
Dois por cento na importação	7:348	3	54
Meio por cento na exportação	2:660	1	28
Armazenagem	473	0	42
Addicionaes	2:815	1	38 4/5
Multas	197	1	41
Tomadias	256	0	34
Direitos de licença dé pescaria	360	3	45
Ancoragem	320	0	00
Panotri	2:396	3	00
Frete	183	1	33
Somma.....	44:753	0	24 4/5

	x.	t.	R.
No annô de 1859 havia rendido a mesma alfandega	40:475	0	28
E no anno economico de 1857-1858.....	33:079	3	48 1/5

Ignorâmos qual foi o rendimento da alfandega de Damão nos dois ultimos annos, mas pouco poderá exceder ao do anno economico de 1857-1858, que foi de 24:633 3 57 réis fracos.

Está em vigor no estado da India a seguinte pauta das alfandegas, mandada executar por portaria do governador geral (ouvido o conselho do governo e a junta de fazenda) de 24 de abril de 1854.

PAUTA DAS ALFANDEGAS

TABEL

DOS DIREITOS DO CONSUMO QUE DEVEM PAGAR OS GENEROS DE PRODUCCÃO, INDUS
IMPORTADOS PELAS ALFANDEGAS DOS PORTOS

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS

CLASSE 1.^a

- | | |
|---|---|
| 1 | Dinheiro amoedado em oiro e prata de todas as qualidades..... |
| 2 | Oiro { Em bruto, pedaços, barra, pó, mina e quebrado |
| 3 | Prata }
4 Animaes e aves desecadas e conchas para museus |
| 5 | Materias primas e outras constantes da relação A |
| 6 | Livros, mappas e musica impressos, lithographados ou manu-
scriptos |
| 7 | Adubo de peixe e qualquer outro para a agricultura |
| 8 | Sementes para a agricultura de todas as qualidades, excepto ar-
roz com casca (batte)..... |

CLASSE 2.^a

- | | |
|----|--|
| 9 | Pedras preciosas de todas as qualidades |
| 10 | Ditas em obra mais do valor das mesmas pedras..... |
| 11 | Perolas e aljofres |

CLASSE 3.^a

- | | |
|----|---------------------------------|
| 12 | Aço |
| 13 | Ferro de todas as qualidades } |
| 14 | Cobre..... |
| 15 | Latão..... |
| 16 | Estanho (<i>calaim</i>) |
| 17 | Chumbo..... |
- } Em bruto, linguados, barra, bar-
rinha, varões, verguinha e folha

DO ESTADO DA INDIA

LÁ N.º 1

TRIA E MANUFACTURA NACIONAL E ESTRANGEIRA ABAIXO DECLARADOS, QUE FOREM
SECCOS OU MOLHADOS DE GOA, DAMÃO E DIU

PRODUCCÃO, INDUSTRIA OU MANUFACTURA

NACIONAL		ESTRANGEIRA	
DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
livres	»	livres	»
1 por cento	ad valorem	1 por cento	ad valorem
0 1 45	arroba	0 1 45	arroba
0 0 50	»	0 0 50	»
0 0 48	arratel	0 0 48	arratel
0 0 48	»	0 0 48	»
0 0 42	»	0 0 42	»
0 1 45	arroba	0 1 45	arroba

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS

18	Ancoras.....	De ferro.....
19	Fateixas.....	
20	Correntes.....	
21	Zinco.....	Em bruto
22	Azougue ou mercurio.....	
23	Metaes em bruto de todas as qualidades, acima não especificadas	
24	Folha de Flandres.....	
25	Typos para imprimir de todas as qualidades.....	
26	Pedras lithographicas.....	
27	Ditas de quaesquer outras qualidades em bruto, cortadas ou em mós para moinhos.....	
28	Tintas de imprimir ou lithographar.....	
29	Estampas, quadros pintados a oleo ou tinta, de todas as qualidades.....	
30	Coral de todas as qualidades	
31	Barbas de baleia, dentes de marfim ou cavallo marinho, tartaruga, chifres ou pontas, ossos e unhas de todas as qualidades	
32	Cabellos, pellos, clinas e plumas não preparadas	
33	Lã e seda em rama ou preparada e em simples fio, ou torcido, de todas as qualidades.....	
34	Lona de linho ou de algodão (<i>traratá ou xirpata</i>)	
35	Couros e pelles de todas as qualidades	
36	Drogas medicinaes simples ou compostas do reino vegetal, animal, mineral e productos chimicos propriamente ditos.....	
37	Enxofre.....	
38	Gomma laca, copal e todas as mais gomimas e gesso	
39	Alcatrão, breu, pez ou pixe	
40	Madeira de todas as qualidades em toros, traves ou serrada	
41	Aduellas e harris vasios	
42	Moitões, cadernaes simples, ferrados ou bronzeados	
43	Tonas e almadias de um só madeiro	
44	Ferramentas e instrumentos agronomicos de todas as qualidades	
45	Estojos mathematicos e cirurgicos	

PRODUÇÃO, INDÚSTRIA OU MANUFATURA

NACIONAL		ESTRANGEIRA	
DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
0 1 20	arroba	0 1 20	arroba
0 1 45	dita	0 1 45	dita
0 1 25	arratel	0 1 25	arratel
5 por cento	ad valorem	5 por cento	ad valorem

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS

46	Instrumentos scientificos.....	}
47	Machinas de todas as qualidades.....	
48	Oiro { Em obra de todas as qualidades, afóra relogios.....	
49	Prata }.....	
50	Relogios de algibeira de oiro	
51	Ditos de algibeira de prata	
52	Ditos de bofete, parede e de todas as mais qualidades.....	
53	Rotins inteiros	
54	Salitre em bruto de todas as qualidades	
55	Pinaca (resíduo) de côco	

CLASSE 4.^a

56	Assucar candy ou <i>pedra</i> , e assucar refinado ou branco em pó (<i>fula</i>), ou em pão
57	Assucar não branco, em pó, da 1. ^a qualidade.....
58	" " " da 2. ^a qualidade.....
59	" " " da 3. ^a qualidade.....
60	Melaço e mel.....
61	Chá de todas as qualidades
62	Cabos de linho de todas as qualidades.....
63	Estofos de linho de todas as qualidades
64	Ditos de algodão de todas as qualidades
65	Ditos de seda de todas as qualidades
66	Ditos de lã de todas as qualidades.....
67	Carnes salgadas, ensacadas ou por outro qualquer modo preparadas
68	Manteiga, banha, unto ou gordura de todas as qualidades.....
69	Queijos de todas as qualidades.....
70	Obras de cutelaria
71	Espingardas ou clavinas, e pistolas de todas as qualidades
72	Instrumentos de musica de todas as qualidades
73	Louça, porcelanas e quaequer vitrificações.....

PRODUÇÃO, INDUSTRIA OU MANUFACTURA

NACIONAL		ESTRANGEIRA	
DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
5 por cento	ad valorem	5 por cento	ad valorem
6 0 00	um	6 0 00	um
3 0 00	"	3 0 00	"
5 por cento	ad valorem	5 por cento	ad valorem
2 2 30	candil de 542 lb.	2 2 30	candil de 542 lb.
2 2 30	"	2 2 30	"
Livre	"	0 0 45	arroba
•			
0 3 00	arroba	1 1 00	"
0 2 30	"	1 0 00	"
0 2 00	"	0 4 00	"
0 1 30	"	0 3 00	"
0 0 30	"	0 1 00	"
0 0 30	arratel	0 1 00	arratel
5 0 00	candil de 542 lb.	10 0 00	candil de 542 lb.
•			
5 por cento	ad valorem	10 por cento	ad valorem

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS

74	Cortiça ou rolha de cortiça.....
75	Papel de escrever de todas as qualidades
76	Sabão.....
77	Aço
78	Ferro
79	Cobre.....
80	Latão.....
81	Estanho
82	Chumbo..
83	Especiarias de todas as qualidades (afóra pimenta redonda).....
84	Sacas vazias de linho canhamo novas, denominadas de <i>gume</i>
	Ditas vazias de linho canhamo velhas.

CLASSE 5.^a

85	Azeite de gergelim.....
86	Dito de peixe
87	Cabos de cairo de todas as qualidades.....
88	Café de todas as qualidades.....
89	Calçado de todas as qualidades.....
90	Chapéus de todas as qualidades—de homem e de senhora.....
91	Linha branca, torcida, de algodão, propria para costura
92	Fato feito de todas as qualidades.....
93	Moveis de madeira
94	Aço.....
95	Ferro
96	Cobre.....
97	Chumbo ...
98	Latão
99	Estanho
100	Folhas de Flandres em obra.....
101	Jagra de todas as qualidades

PRODUÇÃO, INDUSTRIA OU MANUFATURA

NACIONAL		ESTRANGEIRA	
DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
5 por cento	ad valorem	10 por cento	ad valorem
0 0 07 1/3 0 0 03 3/4	uma "	0 0 15 0 0 07 1/2	uma "
0 1 30 0 0 45 2 2 30 0 2 30	almude " candil de 512 lb. arroba	1 1 00 0 3 00 10 0 00 2 0 00	almude " candil de 512 lb. arroba
5 por cento	ad valorem	20 por cento	ad valorem
0 0 45	arroba	0 3 00	arroba

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS

CLASSE 6.^a

- 102 Azeite de coco.....
103 Areca de todas as qualidades.....
104 Cocos.....
105 Cópra.....
106 Cera lavrada ou branqueada.....
107 Pimenta redonda.....
108 Dita longa.....
109 Peixe salgado.....
110 Polvora finíssima de caça em latas.....

CLASSE 7.^a

- 111 Fructas frescas e hortalica.....

CLASSE 8.^a

- 112 Arroz com casca (batte).....
113 Dito descascado.....
114 Trigo.....
115 Legumes de todas as qualidades e quaesquer farinaceos.....

CLASSE 9.^a

- 116 Vinho de uvas, de todas as qualidades.....
117 Licores de todas as qualidades.....
118 Aguardentes de todas as qualidades.....
119 Cerveja de todas as qualidades e quaesquer outras bebidas fermentadas (afóra vinagre).....
120 Vinagre de todas as qualidades.....

PRODUÇÃO, INDUSTRIA OU MANUFATURA

NACIONAL		ESTRANGEIRA	
DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
0 2 00	almude	2 0 00	almude
2 2 30	candil de 512 lb.	12 2 30	candil de 512 lb.
1 3 45	milheiro	8 3 45	milheiro
2 2 30	candil de 512 lb.	12 2 30	candil de 512 lb.
1 2 30	arroba	7 2 30	arroba
0 0 00	candil de 512 lb.	25 0 00	candil de 512 lb.
2 2 30	"	12 2 30	"
0 0 45	arroba	0 3 45	arroba
0 2 30	arratel	0 2 30	arratel
livres	-	livres	-
0 0 30	6 curós	0 0 30	6 curós
0 1 00	"	0 1 00	ditos
1 1 24	almudes	9 0 00	almude
2 3 20	"	9 0 00	"
0 2 30	"	3 0 00	"
0 1 00	"	0 4 00	"

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS

CLASSE 10.^a

- 121 Tabaco de folhas, rolo ou em pasta, ou solto de todas as qualidades.....
122 Charutos de todas as qualidades
- 123 Tabaco de pó e rapé de todas as qualidades

CLASSE 11.^a

- 124 Gado cavallar.....
125 Dito asnal
- 126 Dito vaccum.....
127 Dito suino.....
128 Dito lanigero ou caprino.....
129 Quaesquer outros animaes (afóra aves).....
130 Aves de qualquer especie.....

CLASSE 12.^a

- 131 Sal commun de todas as qualidades.....
132 Polvora de todas as qualidades (afóra a finissima de caça em latas).....

CLASSE 13.^a

- 133 Todos os artigos acima não especificados.....

PRODUÇÃO, INDUSTRIA OU MANUFATURA

NACIONAL		ESTRANGEIRA	
DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
0 0 22 1/2	arratel	0 0 45	arratel
0 2 30	"	1 0 00	"
5 0 00	cabeça	5 0 00	cabeça
0 2 30	"	0 2 30	"
0 1 00	"	0 1 00	"
0 0 30	uma	0 0 30	uma
0 0 05	candil de 20 curós	prohibido	-
prohibido	-	"	-
5 por cento	ad valorem	10 por cento	ad valorem

RELAÇÃO — A —

DAS MATERIAS PRIMAS E OUTRAS QUE DEVEM GOSAR DA ISENÇÃO DOS DIREITOS
DO CONSUMO NA SUA IMPORTAÇÃO EM GOA, DÂMÃO E DIU

- 1 Algodão em caroço com a semiente, ou em rama, ou em torcidas.
- 2 Fio ou linha de algodão branca ou tinta de todas as grossuras proprias para o fabrico dos tecidos.
- 3 Alkalies; a saber:
 - » Barrela (soda do commercio);
 - » Sagicar (dita do dito);
 - » Ussar (potassa do dito).
- 4 Drogas de tinturaria do reino vegetal; a saber:
 - » Ardas de todas as qualidades;
 - » Cascas de rumã;
 - » Cussomb (açafroa);
 - » Folhas de *Daury* ou *Daunem*;
 - » Indigo (anil);
 - » Ludar;
 - » Nozes de galhas (*Maisor*, *Imoge*, etc.) de todas as qualidades;
 - » *Naqueçar*;
 - » *Paruas* ou *Padduas*;
 - » Ruiva dos tintureiros (*Mangit*, etc.) de todas as qualidades;
 - » Raiz de *Sarangui*;
 - » *Sapang* (pau do Brazil);
 - » *Tumolpatar*;
 - » Urzella.
- 5 Drogas de tinturaria do reino mineral; a saber:
 - » Caparrosa verde (sulphato de ferro);
 - » Pedra hume (acetato de alumén e potassa).
- 6 Cera em pão ou pasta ou em bruto, não branqueada.
- 7 Cebo em pão ou em bruto.
- 8 Cairo em rama ou em fio ligeiramente torcido, denominado *sumb*, no paiz.
- 9 Colla de boi ou peixe.
- 10 Linho canhano em rama.
- 11 Sementes de gergelim, sómente a denominada, no paiz, *tilió*.
- 12 Ditas de carrapato ou mamona.

TABELLA N.º 2

DOS DIREITOS QUE DEVEM PAGAR OS GENEROS ABAIXO DECLARADOS,
NA SUA EXPORTAÇÃO PELAS ALFANDEGAS DOS PORTOS MOLHADOS
DE GOA, DAMÃO E DIU

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
1 Areca de todas as qualidades	2 2 30	candil de 512 lb.
2 Côcos	1 0 00	milheiro
3 Castanhas de cajú com casca	0 4 00	candil de 512 lb.
4 Ditas de dito descascadas .. .	1 3 00	"
5 Arroz com casca (batte)....	0 0 30	6 curós
6 Dito descascado.....	0 1 00	"
7 Legumes e farinaceos de to-das às qualidades (afóra batatas)	0 1 00	"
8 Lenha e madeira de todas as qualidades.....	5 por cento	ad valorem
9 Sal de todas as qualidades. .	0 0 20	candil de 20 euros
10 Todos os mais generos acima não especificados.....	Livres	-

TABELLA N.º 3

DOS DIREITOS QUE DEVEM PAGAR OS GENEROS ABAIXO DECLARADOS,
NA SUA EXPORTAÇÃO PELAS ALFANDEGAS DOS PORTOS SECCOS
DE GOA, DAMÃO E DIU

DESIGNAÇÃO DOS ARTIGOS	DIREITOS	POR UNIDADE OU AD VALOREM
1 Areca de todas as qualidades	2 2 30	candil de 512 lb.
2 Azeite de côco	0 1 00	almude
3 Cópra ou tiras de côco secco	2 0 00	candil de 512 lb.
4 Côcos	1 0 00	milheiro
5 Castanhas de cajú com casca	0 4 00	candil de 512 lb.
6 Ditas de dito descascadas...	1 3 00	"
7 Arroz com casca (batte). . .	0 0 30	6 curós
8 Dito descascado.....	0 1 00	"
9 Legumes e farinaceos de todas as qualidades (afóra batatas)	0 1 00	"
10 Peixe salgado.....	0 0 30	arroba
11 Sal de todas as qualidades..	0 3 20	candil de 20 curós
12 Todos os mais generos acima não especificados.....	livres	—

INDICE

(LIVRO QUINTO — PARTE PRIMEIRA)

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>Bosquejo historico</u>	4
I	Noticia geral do paiz e de seus habitantes	41
"	Tábuia das latitudes e longitudes dos principaes pontos	49
II	Extensão e divisão do territorio do estado e sua população	50
III	Clima, solo e producções	64
IV	Commercio, agricultura e industria	70
V	Moeda, pesos e medidas, preços do mercado e cambios	81
1.º	Moeda	81
2.º	Pesos e medidas	84
3.º	Preços do mercado e cambios	88
VI	Legislação e governo	91
VII	Catalogo dos governadores, vice-reis e capitães geraes do estado da India, e successos notaveis do tempo de cada um dos governos	110
VIII	Força militar	134
IX	Religião e regimen ecclesiastico	142
X	Catalogo dos prelados de Goa	137
XI	Instrucción publica	163
XII	Receita e despeza do estado	172

MAPPA do territorio das Velhas e Novas Conquistas no estado da India em 1860 — *in fine.*

*image
not
available*

Princeton University Library



32101 072159021